

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2011-2012)

Presidente: Marcos Costa Lima (UFPE); *Secretário Executivo:* Maria Filomena Gregori (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Andréa Zhouri (UFMG); Flávia Biroli (UnB); Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Conselho Fiscal: Angela Maria de Randolpho Paiva (PUC-RJ); Carlos Arturi (UFRGS); Carlos Guilherme O. Valle (UFRN)

Coordenação: Maria Filomena Gregori (Unicamp)

Editor: Rossana Reis (USP)

Comissão Editorial: André Botelho (UFRJ); Andrei Koerner (Unicamp); Arlei Sander Damo (UFRGS)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Copidesque/preparação/revisão de textos: Ponto Final Serviços Editoriais

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e André Villalobos (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice; Sumários.org

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

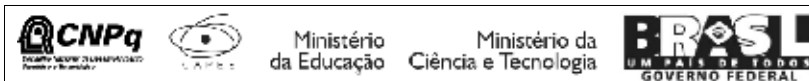
ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária <i>Luiz Inácio Gaiger</i>	5
Teoria política grega da democracia: demarcação e métodos de um cânone histórico e intelectual <i>Patricio Tierno</i>	21
Inclusão e exclusão na teoria de sistemas sociais: um balanço crítico <i>João Paulo Bachur</i>	55
Contribuições de campanha: problemas e dificuldades da agenda de pesquisa quantitativa <i>Gustavo Batista Araujo</i>	85
Homenagem	
A influência da trajetória intelectual de Sérgio Adorno nos estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil <i>Renato Sérgio de Lima</i>	101
Resenha	
<i>Marxismo como ciência social</i> , de Adriano Codato e Renato Perissinotto <i>Por Angelita Matos Souza</i>	119

Colaboraram neste número:

Angelita Matos Souza é bacharel em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp) e doutora em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia (IE/Unicamp). É professora de Sociologia e História Econômica do Brasil na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Rio Claro. Livros publicados: *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)* (Annablume, 2001); *Deus e o diabo na terra do sol (Estado e economia no Brasil)* (Annablume, 2009). E-mail: <angelitams2010@gmail.com>.

Gustavo Batista Araujo é doutor pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni). E-mail: <gbaraujo1@yahoo.com.br>.

João Paulo Bachur é doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e pesquisador visitante do Instituto de Filosofia da Universidade Livre de Berlim (Alemanha) como bolsista de pós-doutorado da Fundação Alexander von Humboldt. E-mail: <joaopbachur@hotmail.com>.

Luiz Inácio Gaiger é doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pesquisador do CNPq. Coordena a Cátedra Unesco “Trabalho e Sociedade Solidária”, dirige o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa e integra a coordenação da Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidaria (Riless). E-mail: <gaiger@unisinos.br>.

Patricio Tierno é licenciado em Ciência Política pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor de Teoria Política e Social na UBA entre 2000 e 2009 e atualmente é professor de Teoria Política no Departamento de Ciência Política da USP, dedicando-se à pesquisa sobre Teoria Política clássica e moderna e democracia grega. E-mail: <ptierno@usp.br>.

Renato Sérgio de Lima foi orientando de Sérgio Adorno no mestrado (2000) e no doutorado (2005), defendidos no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Possui pós-doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). É assessor técnico na Fundação Seade. Ex-Secretário Executivo e membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; editou a *Revista Brasileira de Segurança Pública* (2006-2013). E-mail: <rsdlima@uol.com.br>.

Introdução

Desde os anos 1990, o dinamismo e a ampliação progressiva da Economia Solidária no Brasil deram lugar a um leque amplo de mobilizações que tinham a intenção de promovê-la como alternativa de renda e de qualidade de vida, convertendo-a em objeto de crescente interesse científico. Resenhas da literatura acadêmica produzidas a respeito são ainda escassas; contudo, seja do ponto de vista da análise das orientações teóricas de tais estudos (Leite, 2009), de suas relações com temáticas afins (Lima, 2012), seja da discussão dos temas e enfoques usuais (Gaiger, 2012a), não deixaram de destacar as mútuas influências entre ideologia, política e ciência, próprias desse campo de prática e de conhecimento.

As interações entre atores sociais e analistas, por sinal, ensejaram o abrandamento gradativo do tom politizado e normativo que caracterizou os debates travados inicialmente, não apenas entre militantes, mas igualmente nos círculos acadêmicos. O avanço das práticas, por sua vez, tem acarretado demandas de conhecimentos e trazido desafios ao marco epistemológico, teórico e metodológico das ciências, agindo então como um propulsor crítico do campo científico. Estimulam-se assim a proposição de novos objetos investigativos e a discussão em torno de métodos e fronteiras disciplinares. Esse processo de construção a várias mãos ainda

se encontra desprovido de análises específicas, não obstante seja inquestionável sua atualidade, como aponta uma recente avaliação institucional das políticas públicas do governo federal (Senaes/Soltec, 2011), na qual a cooperação entre diferentes setores e atores aparece como decisiva para o avanço da Economia Solidária.

Com essa perspectiva geral, este artigo tenciona salientar alguns dos fatores que delinearão a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária no Brasil. Inicialmente, ao registrar como as experiências econômicas solidárias converteram-se paulatinamente em foco de atuação de inúmeras organizações civis, em itens das políticas públicas e em temas de pesquisa, enfatizam-se as relações circulares que matizam esses campos de ação e de estudos, desde suas origens.

Como pano de fundo, tem-se em vista o processo de transição democrática transcorrido no Brasil nos anos 1980 e 1990, cujos desdobramentos ainda se fazem sentir, especialmente porque engendraram um padrão complexo de relações entre a sociedade civil e o Estado (Silva e Oliveira, 2011). Nesse contexto, atores sociais diversos, como direções dos movimentos sociais, agentes de organizações não governamentais, líderes políticos e representantes governamentais, jogam papéis múltiplos, de acordo com seu campo social de origem, suas possibilidades de trânsito de um campo a outro e seus recursos de poder, materiais, simbólicos e pro-

priamente políticos. A Economia Solidária não é exceção.

A seguir, tecem-se considerações sobre as convergências e desencontros observados entre esses setores, com base na premissa sociológica de que suas formas e possibilidades de atuação decorrem não apenas da visão e da vontade política dos atores implicados, mas de peculiaridades próprias aos campos sociais em que ditos atores se situam, nos quais sofrem determinações do contexto geral e, mais profundamente, de estruturas sociais persistentes na realidade brasileira. Ao contabilizarem-se esses efeitos estruturais, os desafios enfrentados pela Economia Solidária tornam-se mais nítidos.

As últimas partes do artigo dedicam-se a perscrutar os óbices que a Economia Solidária deve enfrentar em sua trajetória como área de estudos, sejam os decorrentes da lógica de autoproteção do campo científico, sejam os derivados da imbricação entre militância e ciência, marca que lhe é característica. Esses vínculos, que bem contribuem para a impulsão e o reconhecimento social e científico desse campo, não isentam a prática acadêmica dos riscos tanto do idealismo quanto do ceticismo. Tampouco impedem que a força de recuperação do campo científico se manifeste, minando desde seu interior as potencialidades dialéticas disruptivas dessa prática social.

Origens híbridas de um novo campo de estudos

A história da sociedade brasileira é marcada pela força persistente de profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas, contrapostas à instauração de uma democracia inclusiva e à superação de um quadro geral de iniquidades. Malgrado tais barreiras estruturais, desde o início da transição democrática, nos anos 1980, a realida-

de política brasileira conheceu importantes mudanças, favoráveis à participação cidadã e ao reconhecimento das demandas sociais pela esfera pública e pelo aparato estatal. A partir das amplas manifestações sociais que culminaram na promulgação da “Constituição cidadã”, em 1988, têm-se visto sucessivas mobilizações coletivas que trouxeram ao cenário político atores até então relegados a um papel marginal. Entre eles, grupos e entidades empenhados em levar adiante experiências locais de organização e de defesa de interesses comuns.

Essas iniciativas apoiaram-se na solidariedade de classe e em estruturas de cunho comunitário e vicinal, contando com o suporte de instituições civis, como igrejas, ONGs e sindicatos. Elas se voltaram a temas como igualdade de direitos, qualidade de vida e geração de trabalho e renda. Inovaram, pelo fato de buscarem soluções por meio da auto-organização popular a demandas sociais, cujo atendimento esperava-se anteriormente por intermédio de pressões endereçadas à capacidade provedora do Estado. Inovaram, igualmente, ao adotarem princípios democráticos e cooperativos, em sua estrutura interna e na gestão de suas atividades econômicas.

Em seus primórdios, essas iniciativas passaram ao largo da produção acadêmica e dos temas centrais discutidos no âmbito das políticas públicas, seja devido a seu caráter circunstancial e efêmero à época, seja devido a sua presença aparentemente alheia aos embates centrais dos movimentos populares, por isso sem expressão na ótica de interpretação teórica e de atuação política preponderante. Há vinte anos, a Economia Solidária não formava um campo integrado, convergente e reconhecido publicamente em suas singularidades. Ela se resumia a uma gama indefinida de iniciativas aglutinadas em segmentos que gravitavam em órbita própria,

como projetos comunitários, bancos populares, associações de produtores rurais familiares e empresas de autogestão recuperadas pelos trabalhadores.

Os primeiros estudos sobre essas experiências resultaram da iniciativa de entidades de apoio, em certos casos em consórcio com universidades. A reflexão decorrente dessas imersões circulou em boletins e revistas de divulgação (v. g. *Proposta, Tempo e Presença, Cadernos do CEAS e Cadernos Cedope*), além de alguns livros e coletâneas (Cáritas Brasileira, 1995), antes de integrar a produção acadêmica em sentido estrito. Seu alvo principal foram as organizações atuantes na Economia Solidária (Souza, 1989; Rech, 1995), mas se direcionaram também ao poder público, no contexto das primeiras ações do Estado nesse campo (Gaiger *et al.*, 1999).

Com o propósito de vencer a dispersão e o isolamento das experiências, ações de intercâmbio e de integração econômica, ao lado de programas de apoio mais abrangentes, estimularam a multiplicação de agências e instituições de fomento, a implantação de políticas públicas específicas em alguns municípios e estados, e uma progressiva convergência entre as visões e métodos de atuação. Apesar da diversidade de iniciativas, ficava patente que se tratava de um campo de experiências com potencial alternativo quanto à sorte que poderia representar para os seus protagonistas diretos, merecendo assim atenção e investimentos públicos. Essa convicção foi motivada, de modo primordial, pelo desempenho de alguns empreendimentos pioneiros, ao se converterem no cerne de uma

experiência social e econômica nova, de cujo estudo originou-se o conceito de *empreendimento econômico solidário* (Gaiger, 1996), entre outros correlatos, formulados por disciplinas de diferentes áreas científicas¹.

O cenário alterou-se nos anos 1990, graças à convergência progressiva entre as experiências e à importância que lhes foi gradativamente atribuída por organizações civis, por setores acadêmicos já sensibilizados e, ainda, em circunstâncias políticas já mais favoráveis, pelo poder público. A *Economia Solidária*, expressão adotada consensualmente no Brasil, passou a designar um conjunto de *práticas* referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, um *movimento* social comprometido com a transformação social e, por fim, um *setor* constitutivo da esfera pública e da atuação do Estado.

Políticas de apoio à Economia Solidária foram implantadas inicialmente em alguns municípios, por governos situados à esquerda do espectro político – com destaque a capitais como Porto Alegre, Belém, Recife e São Paulo – estendendo-se a unidades federativas de governos conduzidos via de regra pelo Partido dos Trabalhadores, dentre eles Rio Grande do Sul, Pará, Acre e Bahia (Duboux *et al.*, 2011). Essa espiral ascendente explica por que 22 ministérios (de um total de 37) desenvolveram programas relacionados à Economia Solidária em 2011², assim como várias outras instituições federais. Essa multiplicidade de ações motivou a criação da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, para favorecer o intercâmbio e a confluência entre as políticas. Um fato mais

1 A introdução e adoção do termo *Economia Solidária*, com suas visões subjacentes, foi objeto de uma tese de Sociologia do conhecimento (Lechat, 2004).

2 Com destaque às políticas de saúde (Ministério da Saúde), de inclusão produtiva (Desenvolvimento Social), de reforma agrária (Desenvolvimento Agrário), de segurança e cidadania (Justiça) e, sobretudo, ao conjunto de políticas e programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes (Ministério do Trabalho e Emprego).

recente de extrema relevância foi a incorporação da Economia Solidária ao Programa Brasil sem Miséria, em tese, a ação transversal de governo mais abrangente da história do país, direcionada à redução das agudas iniquidades econômicas e sociais.

O papel cumprido pelos conhecimentos gerados a partir da pesquisa acadêmica e da elaboração teórica reflete-se bastante bem no enfoque subjacente ao Brasil sem Miséria. Em um plano mais geral, ele incorpora a rejeição e a superação de teses advogadas pelas Ciências Econômicas, que apontavam medidas de crescimento econômico como a melhor forma de diminuir as desigualdades, em função de um presumido efeito de ampliação da renda dos pobres, efeito que jamais se confirmou na América Latina (Kliksberg, 2002). Estudos sobre a matéria demonstraram, ao contrário, que apenas medidas redistributivas direcionadas aos setores mais pobres são capazes de reduzir significativamente as desigualdades (Medeiros, 2005). Em um plano mais específico, a estratégia do Brasil sem Miséria alinha-se com estudos sobre a natureza associativa da economia dos pobres (Abramovay, 2004), concluindo que seu fortalecimento como agentes econômicos produtivos, e não meramente como consumidores, é o caminho mais recomendado para produzir efeitos redistributivos duráveis. Pesquisas sobre os empreendimentos de Economia Solidária chegaram exatamente às mesmas conclusões, em favor de políticas públicas que fortaleçam sua condição de protagonistas econômicos (Parreiras, 2007; Gaiger, 2009), sendo essa uma das diretrizes que têm orientado as ações de fomento à Economia Solidária.

Contudo, o reconhecimento do potencial inovador da Economia Solidária não é ponto pacífico na produção acadêmica. A dúvida se instala, muitas vezes, pela necessidade, do ponto de vista da análise científica, de não se deixar entusiasmar por conclusões prematuras sobre uma realidade vicejante, mas historicamente incipiente e claramente aberta, e de tampouco recorrer a axiomas de cunho teleológico, sem valor preditivo, senão no sentido de orientar a ação (Leite, 2009). A má recepção da Economia Solidária por correntes de pensamento decorre também do fato de ela questionar premissas – algumas também de teor teleológico – e práticas científicas arraigadas, cujos pressupostos funcionalistas ou cuja insistência em situar os problemas no plano de totalidades sociais fechadas³ as impedem de compreender a práxis das classes populares, ou mesmo de interessar-se por ela. Essas questões serão retomadas nas partes finais do artigo.

O crescimento de uma nova área acadêmica

O campo científico, porém, não é homogêneo nem centralizado. O ceticismo de algumas áreas de conhecimento quanto à relevância da Economia Solidária como objeto de pesquisa, assim como o descrédito quanto a seu valor social e político – manifesto tanto em correntes da economia neoclássica quanto do marxismo – não a impediram de despertar interesse e granjear adeptos no campo acadêmico. Isso veio a ocorrer notadamente em instituições de pesquisa já dedicadas ao estudo do associativismo e do cooperativismo, e em universidades envolvidas com o

3 A falta de totalidades alternativas leva o pensamento dualista dessas abordagens a concluir que a Economia Solidária não cumpre senão um papel de integrar ao sistema econômico dominante parcelas de trabalhadores, sendo então *funcional* e, portanto, um engodo em termos de emancipação social. A desconexão entre o pensamento dos intelectuais e a práxis dos trabalhadores foi bem identificada por Souza (2000).

tema a partir da criação de *incubadoras* de empreendimentos solidários e de projetos sociais de apoio aos empreendimentos.

Uma simbiose entre ação e reflexão passou a caracterizar a produção de conhecimentos nas instituições especializadas. No âmbito universitário, um dos sintomas é a evolução temática dos grupos de pesquisa, conforme registra o Diretório de Grupos do CNPq. Em 2009, ao lado de 91 grupos de pesquisa dedicados ao cooperativismo, assunto estudado há várias décadas no Brasil, 92 grupos declinavam atividades relacionadas à Economia Solidária, mobilizando em alguns casos pesquisadores com produção científica reconhecida. Em 2011, esse total elevou-se a 130, dos quais 70 na área de Ciências Sociais Aplicadas; nas Ciências Humanas, encontravam-se 50 grupos, concentrados na Sociologia e na Educação (17 grupos cada). Em junho de 2013, o total de grupos relacionados à Economia Solidária equivalia a 152, em vantagem mais nítida sobre os grupos dedicados ao cooperativismo, que perfaziam 122.

O sistema de currículos acadêmicos do CNPq oferece outros indicadores, ao apresentar 7.256 pesquisadores vinculando sua produção científica à Economia Solidária. A Tabela 1, *infra*, compara esse segmento com áreas temáticas afins, destacando o total de pesquisadores com formação acadêmica completa (doutorado) e aqueles em posição de vanguarda em suas áreas disciplinares (Bolsistas de Produtividade do CNPq).

Mais importante é a evolução desses números. Comparando-se as cifras atuais com aquelas de dezoito meses atrás (dezembro de 2011), o número de grupos de pesquisa relacionados à Economia Solidária cresceu 32%; enquanto aqueles dedicados às Cooperativas e ao Associativismo cresceram 20%. Resultados convergentes obtêm-se nas pesquisas em repertórios da produção científica nacional, como o Portal de Periódicos da Capes e a Base *Scielo* de Periódicos Científicos: a Economia Solidária e temas relacionados mostram estabilidade ou incremento nos últimos anos⁴. Ao aferir o volume geral de trabalhos acadêmicos sobre a Economia Solidária, in-

Tabela 1
Perfil temático dos currículos acadêmicos

Temas de referência	Pesquisadores	Doutores	Bolsistas de produtividade
Economia Solidária	7.256	2.239	215
Economia Solidária e Políticas Públicas	2.750	1.455	185
Cooperativas	8.850	3.131	319
Cooperativismo	7.514	2.432	212
Associativismo	3.711	1.334	178

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Consulta em 6 jun. 2013.

⁴ Ambas as bases, especialmente no caso do *Scielo*, restringem-se a publicações científicas que satisfazem uma série de critérios quanto à política editorial, continuidade, periodicidade e indexação, entre outros.

dependentemente de sua classificação por critérios científicos escritos, por meio do Google Scholar⁵, encontraram-se 32.400 trabalhos com referências à Economia Solidária em novembro de 2011, subindo essa cifra para 42.100 em junho de 2013. Sua evolução é constante entre 2002 e 2009, com ligeiro descenso e estabilização em 2010-11.

Pode-se considerar que a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária assume hoje algumas das características de uma área acadêmica própria, interdisciplinar e entrelaçada a estudos sobre temáticas afins ou sobre questões mais gerais das sociedades e da realidade global. Inicialmente, o tema ingressou nas universidades graças à militância acadêmica de alguns pesquisadores, não sem enfrentar desconhecimento e descrédito. Passados vinte anos, constitui um objeto de investigações como tantos outros, em torno do qual gravitam instituições e pessoas que se reconhecem como integrantes de um círculo acadêmico peculiar, mobilizando-se em eventos científicos, publicações e pesquisas.

Estudos comparativos sobre tipos de organização ou sobre questões específicas

deram qualidade teórica e analítica a essa produção, à medida que a Economia Solidária integrou-se à agenda de pesquisa de centros de referência (Lima, 2007; Parreiras, 2007; Veronese, 2008; Hespanha e Santos, 2011; Georges e Leite, 2012) e motivaram as primeiras revisões bibliográficas sobre o assunto, já citadas. De forma promissora, uma nova geração de estudantes de mestrado e doutorado interessou-se pelo tema, com variados enfoques disciplinares, a partir dos quais estabelecem novas revisões e balanços do estado da arte. O entusiasmo e o denodo desses trabalhos terminaram por quebrar resistências e contagiar pesquisadores experientes, diante de um novo *fato social* que já não podia passar despercebido. O resultado tem sido o crescimento exponencial das dissertações de mestrado e das teses de doutorado aprovadas nos últimos anos, conforme se observa nos indicadores oficiais:

A tendência ascensional da Tabela 2 manteve-se em 2011, com um total de 115 trabalhos de mestrado ou doutorado concluídos, enquanto 99 trabalhos foram registrados em 2012. Mas a produção cientí-

Tabela 2
Dissertações e teses no Brasil sobre Economia Solidária

Quinquênios	Dissertações	Teses	Totais	Médias anuais
1996 – 2000	30	6	36	7,2
2001 – 2005	160	35	195	39,0
2006 – 2010	307	97	404	80,8
Totais	497	138	635	—

Fonte: Diretório de Teses e Dissertações da Capes. Consulta em 6 jun. 2013.

5 O Google Scholar (<http://bit.ly/oQssof>) identifica apenas trabalhos científicos e exclui outras referências comuns na internet. Embora os números resultantes não sejam de extrema precisão, em função dos parâmetros variáveis de busca e de alguns casos de duplicação, pode-se descartar a hipótese de múltipla contagem (salvo versões diferentes do mesmo trabalho), o que confere aos resultados um valor estimativo de interesse.

fica sobre a Economia Solidária não tem se limitado às universidades. Quem pesquisa o tema, além de atribuições típicas como a docência e a orientação de trabalhos acadêmicos, usualmente atua em programas de apoio às experiências solidárias e participa dos circuitos de debate, quando não de instâncias representativas e deliberativas, como fóruns e redes; via de regra, as pesquisas desenvolvem-se em conexão com demandas provenientes dos atores, amiúde relacionadas a programas públicos que estimulam ou financiam estudos e avaliações.

O fato de a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dispor de um Departamento de Estudos e Divulgação traduz o reconhecimento institucional quanto à necessidade de produzir conhecimento sobre uma realidade inapreensível em muitos dos seus aspectos singulares pelos instrumentos canônicos da ciência. A Senaes tem celebrado convênios e financiado projetos relacionados a levantamentos de dados, estudos, análises e divulgação de resultados. A par das agências de fomento à pesquisa, autarquias públicas também realizam ou financiam estudos, como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a Fundação Banco do Brasil e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O desdobrar da Economia Solidária vem renovando os temas da agenda de pesquisa, sobretudo em questões de fundo, como o papel das experiências solidárias no contexto paradigmático do ecodesenvolvimento e o seu significado tomando por base a perspectiva da ecologia dos saberes e da poscolonialidade. As práticas impulsionam o pensamento e sugerem novos olhares, a partir do conhecimento tácito já existente ou da análise de informações mais amplas e sistemáticas.

Um dos melhores exemplos a respeito é o Mapeamento Nacional da Economia

Solidária, um esforço incomum de pesquisa com gestão participativa, conduzido pela Senaes e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além da participação de dezenas de entidades, com o objetivo de levantar informações sobre os empreendimentos, em todo o território nacional. Por conter uma base representativa de informações, o Mapeamento permite questionar ideias preconcebidas, a começar porque confirma a existência de um número considerável de organizações econômicas dirigidas por trabalhadores, que se associam e cooperam entre si; portanto, algo bem distinto do fenômeno das cooperativas *de fachada* e de outras estratégias patronais de aviltamento do trabalho, corretamente apontados (Lima, 2007).

Contudo, o valor essencial do Mapeamento é de ordem epistemológica: ele constitui um esforço excepcional de *escavação* do presente, de ida a bordas e interstícios recônditos da sociedade, condenados à subalternidade e ao desprezo. Nesses lugares, populações vivem em circuitos periféricos sob a ótica da economia capitalista moderna, mas de valor inestimável como repositórios de formas de vida que se alimentam da coesão social primária e a transpõem a sistemas mais amplos, sustentados na reciprocidade. Tais formas primárias de solidariedade nada têm de irrefletidas ou arbitrárias. Sedimentadas na cultura popular, cumprem funções indispensáveis no âmbito de sua racionalidade específica, indissociável da cosmovisão e do estilo de vida das populações que as cultivam. Por isso, devem ser apreendidas em seu sentido original e em suas atualizações ulteriores, e não como formas anacrônicas ou incompletas daqueles tipos de solidariedade que tomam a frente e são mais facilmente identificados com a Economia Solidária.

Assim, *novas* categorias sociais – embora em verdade sejam ancestrais – *chegam* à

Economia Solidária: pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, seringueiros e outras populações autóctones apresentam-se em cena, multiplicam frentes de organização e pressionam por inovações nas políticas públicas. O fato é ilustrado pela Rede Solidária da Pesca, que abarca empreendimentos dentre os mais antigos identificados pelo Mapeamento, de iniciativa de pescadores artesanais. Outro caso notório é a inclusão nas políticas públicas de povos tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros) e de categorias sociais específicas (mulheres, beneficiários de programas sociais, jovens em situação de risco, pessoas com deficiência ou transtorno mental), à medida que o Mapeamento e estudos sucessivos acusaram sua existência e sua relevância, efetiva ou potencial, para a Economia Solidária. De todo modo, vinculadas ou não à Economia Solidária, essas categorias sociais têm galvanizado a atenção da academia, em grupos de trabalhos de sociedades científicas ou em encontros temáticos específicos.

Estrutural social e assimetria entre atores

Esse fenômeno de ingresso na agenda social é uma constante na transição democrática do Brasil das últimas duas décadas, período em que se sucederam novas iniciativas de base, organizações representativas e protagonistas; entre eles, precisamente, os empreendedores populares, militantes civis e *policy makers* da Economia Solidária (Gaiger, 2012b). As formas de aproximação e articulação entre as iniciativas de base da Economia Solidária, os movimentos sociais e o Estado, são múltiplas e multidirecionais, mas se deparam com problemas herdados de uma cultura política forjada por uma história de iniquidades sociais e por elitismo. Se as organizações representativas

deixam de acompanhar a dinâmica social de ampliação e inovação das iniciativas de base, compromete-se o seu papel de porta-voz e mutila-se a sua legitimidade. Esse processo instituinte, ademais, tende a sofrer influências crescentes de fatores político-ideológicos, ligados a disputas em torno das representações simbólicas e de recursos de poder, cujo desfecho repercute seletivamente sobre as linhas propulsoras do movimento social e afeta tanto a sua base de experiências quanto a orientação e a eficiência das políticas públicas derivadas da ação organizada dos atores sociais.

Como viabilizar processos democráticos perante uma estrutura social que historicamente promoveu a desigualdade social e política e na qual as ações se sustentam e se desdobram? A desatenção aos efeitos da estrutura social talvez explique um paradoxo. De um lado, os avanços manifestos pelos empreendimentos econômicos solidários, pelo conjunto das organizações de apoio, pelas políticas públicas e pelo campo acadêmico são saudados no dia a dia e justificadamente enaltecidos como fruto de esforços conjuntos. Os fatos e as cifras já aludidos deixam pouca margem à dúvida: os últimos vinte anos transformaram a face da Economia Solidária no Brasil indelevelmente, o que se reflete em particular na sua incorporação à agenda pública. De outro lado, queixas recíprocas se sucedem: aos empreendimentos, aos seus dispositivos de representação e às suas organizações *ad hoc*, no sentido de garantirem processos deliberativos democráticos e eficazes; ao Estado, para que acolha as demandas populares e assegure recursos contínuos e condizentes, com presteza e eficiência; à academia, para que seus compromissos sejam regulares e constantes, em ritmo adequado à dinâmica premente da Economia Solidária. Mesmo cientes da grande importância de suas realizações conjuntas, os ato-

res sociais experimentam, ao mesmo tempo, bem-estar e mal-estar.

No caso do Estado, as queixas dirigem-se principalmente à insuficiência de recursos e à morosidade na efetivação das ações de apoio político, técnico ou financeiro. A lentidão da máquina estatal até certo ponto é tributável à conhecida morosidade do aparelho burocrático no Brasil e à indiferença ou desinteresse do funcionalismo público encarregado de movimentá-lo. Contudo, os numerosos controles e trâmites estatais, que impõem uma série de condicionalidades e normalmente atrasam as ações-fim do governo, constituem um mecanismo inevitável, embora insuficiente, para garantir o correto uso dos recursos públicos; desse ponto de vista, constituem um dispositivo democrático vital a um país ainda desprovido de princípios republicanos elementares, o que a todo instante dá margem à apropriação privada dos bens públicos.

Ademais, nos últimos dez anos as concepções e prioridades de governo têm resultado de um debate interno constante, entre frações do Partido dos Trabalhadores, principal força dirigente, e os demais integrantes da ampla coalizão política formada para assegurar a governabilidade, ao preço de dificuldades permanentes para manter coerência mínima e continuidade nas políticas públicas. Essa sistemática de acordos, com vistas à geração de consensos ao menos temporários, é exercida também em relação à sociedade civil, o que implica negociações complexas e demoradas, uma vez que a interlocução dos atores sociais com o governo envolve sucessivas consultas aos segmentos sociais que representam, os quais fazem valer o seu poder de barganha, de censura, ou mesmo de embargo às propostas de governo.

Portanto, a lentidão do Estado tem a ver em boa medida com a complexidade intrínseca dos processos deliberativos democráti-

cos e, no caso brasileiro, com as profundas assimetrias sociais e políticas, que mantêm tais procedimentos frágeis e vulneráveis a desvirtuamentos (Miranda, 2011). No campo da Economia Solidária, essas assimetrias encerram um agravante, uma vez que o protagonismo dos empreendedores populares se vê constantemente ameaçado, ou adiado, pela intromissão de agentes mediadores vinculados a organizações civis e agremiações políticas que há muito deixaram o seu papel de *assessoria orgânica* aos movimentos populares e passaram a disputar espaços e recursos de poder em nome próprio, reivindicando igualdade de condições. Uma igualdade impossível, mesmo em aparência, uma vez que tais agentes e suas organizações, salvo exceções, atuam conforme diretivas e estratégias institucionais próprias, sendo-lhes facultado, conforme as circunstâncias, priorizar, preterir ou simplesmente deixar de lado a Economia Solidária.

Tais organizações se caracterizam precisamente por seu trânsito particular entre distintos campos sociais e o campo político. As diferenças não encobrem apenas visões, mas *posições sociais*, dissimuladas pelos agentes mediadores como estratégia de legitimação na arena de disputas da Economia Solidária, para a qual dispõem de condições objetivas diametralmente opostas e notoriamente vantajosas em relação aos empreendedores populares. Entre elas, o recurso habitual de estender indefinidamente os processos deliberativos, a pretexto de garantir sua natureza democrática, não obstante essas postergações terminem por alijar os atores populares ou gerar impasses estagnantes, que imobilizam o movimento social e o próprio governo.

Supor que haja paridade política entre agentes de mediação e empreendedores significa esquecer que, em sociedades marcadas pelo dualismo estrutural, o intelectual é irremediavelmente externo e estranho às clas-

ses populares (Martins, 1993), ficando sua eficiência dependente de condições prévias relacionadas às experiências e disposições do público-alvo (Gaiger, 2006). Desconexões dessa ordem costumemente abrem caminho à imposição de visões e estratégias distantes da práxis e das demandas populares (Souza, 2000). Reconhecer essas assimetrias e esses riscos é necessário para um agir político consequente, em favor de um processo efetivo e duradouro de construção conjunta de saberes e práticas. Diante disso, a pesquisa acadêmica tem uma grande responsabilidade, mas as chances de exercê-la dependem das singularidades do campo científico no Brasil, nem sempre favoráveis.

O conservadorismo científico

Uma parcela dos reclamos dirigidos pelos atores sociais aos acadêmicos, cobrando-lhes maior compromisso, origina-se do desconhecimento do fato de que as instituições acadêmicas não podem fugir, senão excepcionalmente, às regras coercitivas estabelecidas pelo campo universitário e científico, isto é, por aquilo que o constitui como um sistema próprio, dotado de reconhecimento e prestígio, dos quais emana a legitimidade de cada um dos seus agentes singulares. Um motivo suficiente para que os estudiosos da Economia Solidária não possam se voltar inteiramente para ela e necessitem de tempo para elucidar problemas sociais, simples em aparência, visto ser-lhes inevitável converter tais problemas em questões de conhecimento, distintas do prisma e da necessidade de respostas peculiares aos atores sociais. A expectativa desses últimos, de *resolução* dos problemas, choca-se a todo instante com o seu inverso, isto é, com o imperativo de *problematização* que caracteriza a prática científica.

O caso das Ciências Sociais é emblemático, pois uma de suas primeiras dificulda-

des reside precisamente no fato de que seus objetos são definidos antecipadamente nos termos da práxis social, segundo categorias do senso prático, que lida com noções derivadas das condições e necessidades de ação, funcionando desse ponto de vista como evidências inquestionáveis. A fixação social dessas formas de entendimento, como sabemos, resulta das disputas travadas em função de interesses, estratégias e recursos de poder dos atores sociais implicados, não de sua superioridade intrínseca ou de sua maior correspondência à realidade. A principal consequência, tanto mais incontornável quando imperceptível, é a imposição de sistemas normativos e classificatórios de indivíduos e fatos, de sorte que a primeira tarefa das Ciências Sociais consiste em examinar o processo social de gênese dos problemas sociais e das definições e designações que os tornam legitimamente reconhecidos.

Romper com as visões construídas do mundo social é mais difícil quando elas recebem a caução da autoridade do Estado e da própria ciência. Mas trata-se de uma tarefa primordial, para impedir que a influência das categorias dominantes da práxis social sobre a formulação dos problemas científicos seja aceita passivamente, apoiada na crença pública no desinteresse da ciência por tudo que não seja a verdade. Por certo, essa presença dissimulada é o que tem elevado certos discursos reducionistas sobre o mundo social à condição de juízos irrefutáveis, a exemplo da concepção utilitarista reinante sobre o econômico (Coraggio, 2009) e sobre a própria ciência econômica (Sen, 1999).

Assim, importa se livrar de toda percepção imaculada da ciência, que a vê como uma atividade inteiramente movida por altruísmo e vocacionada retamente para o saber e o bem comum. Mas, ainda que o trabalho científico seja devidamente compreendido como parte de um jogo de poder

e se tenham expectativas mais realistas, dilemas se apresentam quando a prática científica cessa de se voltar reflexivamente sobre si mesma e de se interrogar sobre o que deixa de reconhecer e apreender da realidade social. Nesse particular, quanto a alargar seus horizontes e renovar seus instrumentos, a estrutura do campo científico no Brasil é conservadora e mostra-se refratária a inovações a respeito das questões de conhecimento relevantes, a questionamentos de práticas consagradas e a ultrapassagens das fronteiras em que as dissensões científicas são legítimas e admissíveis.

Uma razão dessa tendência estrutural é a centralidade assumida pelos problemas internos de constituição das áreas de saber científico, aceita em nome do seu aprimoramento constante – na verdade, infundável – fato que em última instância reflete uma das regras basilares do campo, segundo a qual o capital científico, buscado sob a forma de prestígio e notoriedade, requer que se ultrapassem continuamente os predecessores e os estados anteriores da ciência (Bourdieu, 1976). A produção acadêmica no Brasil, ciosa de reconhecimento científico, ocupada em recuperar seu *atraso* diante das nações de *ciência avançada*, sente-se compelida a se dirigir precipuamente aos pares, relegando as iniciativas de vulgarização a um segundo plano ou ao desprezo.

Nas atuais circunstâncias, uma contradição aguda afeta a quase totalidade das áreas científicas: projetos de pesquisa em parceria com atores sociais, em atendimento a demandas concretas e visando a transferência e aplicabilidade dos resultados obtidos, são estimulados pela ampla maioria de programas

e fundos de apoio. No entanto, salvo exceções, a produção intelectual vinculada a esses propósitos é considerada inferior à produção científica em sentido estrito, à qual o pesquisador necessita se dedicar prioritariamente, quando não exclusivamente, para se manter competitivo⁶. Ficam, assim, constantemente valorizados os centros de prestígio, titulares da tradição e comprometidos com os circuitos reprodutivos do campo já instaurados. A permeabilidade à inovação, ou o simples interesse por temas emergentes, torna-se a princípio inversamente proporcional à quota de poder científico que se possui. A seu turno, os intentos originados na periferia do campo ficam à mercê de pressões por seu enquadramento nas problemáticas e óticas teóricas e conceituais dominantes, sob a pena de não científicidade.

Um motivo adicional de resistência do campo acadêmico a mudanças decorre dos critérios de reconhecimento da autoridade científica, pelos quais se acumula o conhecimento, se organiza o saber e se forma o capital cultural e simbólico dos pesquisadores. Em observância a padrões hoje universais, cabe aos líderes expoentes das áreas científicas encarregarem-se da sua organização e do seu incremento, definindo conceitos, prioridades e programas, os quais são traduzidos a seguir em modalidades de apoio e financiamento, mediante processos seletivos em conformidade com os parâmetros vigentes. Muito embora a essas regras se adicione amiúde o princípio de estimular novos pesquisadores e, sobretudo, sejam encorajadas as iniciativas *inovadoras*, o ingresso de novos concorrentes é fatalmente limitado.

É que, mesmo nos casos em que se objetivam inovações – hoje uma insistên-

6 De acordo com o atual sistema nacional de avaliação, as iniciativas de divulgação científica destinada ao grande público, consideradas *grasso modo* como *Produção técnica*, correspondem a um pequeno percentual da pontuação atribuível aos programas de pós-graduação e pesquisa.

cia onipresente nos editais de fomento à pesquisa no Brasil – os requisitos de experiência científica e de reconhecimento prévio prevalecem com larga vantagem, justamente em um período em que o número de candidatos a entrar no campo científico aumenta em ritmo bem superior à ampliação de vagas e recursos. Assim, os novatos acederão por um longo tempo apenas a recursos de pequena monta, sem viabilizarem pesquisas de envergadura e de impacto, até que deixem de ser novatos. Para isso, precisarão se adequar às regras da comunidade científica e se dedicar longamente ao trabalho interno de construção de suas respectivas áreas de conhecimento. Ademais, embora os discursos oficiais do campo enalteçam as novas perspectivas disciplinares, ao novato tampouco é recomendável transitar entre áreas científicas além de certos limites, ou investir em frentes de trabalho interdisciplinar⁷.

Com tais procedimentos, e estando igualmente submetida a controles burocráticos, a pesquisa científica no Brasil segue seus ritmos. Fatalmente, entra em descompasso com as demandas dos atores sociais e das políticas públicas, que também se configuram no bojo de demorados processos deliberativos, tudo isto redundando em desencontros e frustrações, nem sempre compensadas com as conquistas e os avanços esperados na Economia Solidária. Nesse estado de coisas, interfere ainda um terceiro fator, atinente às relações entre ciência, teoria e política, que motiva algumas vozes altissonantes das Ciências Sociais no Brasil a não dar maior crédito aos estudos sobre a Economia Solidária, por serem *militantes*.

O preço do compromisso social

Sabe-se que as nuances e variações registradas na história das Ciências Sociais não ocultam quanto seu desenvolvimento se deveu a motivações políticas e a engajamentos concretos, justificados pelo entendimento de que a essas ciências, em particular, não cabe o pretexto fictício da neutralidade: sua tarefa de elucidar os mecanismos de preservação da ordem social, dos quais o ocultamento é um dos mais eficientes, compele-as a se constituírem cientificamente tomando partido na luta política. De forma mais nítida do que em outras disciplinas, as Ciências Sociais ganham impulsão em referenciais metacientíficos.

Bem entendido, o militantismo desavisado aumenta a exposição do pesquisador aos riscos de assimilação acrítica da práxis social, com a qual se erigem os problemas e se adotam as categorias construídas para nomeá-los e dar-lhe sentido. Ocorre que, em um plano mais geral, as relações entre ciência e política são ambíguas. Os arcabouços teóricos de referência – como é nítido na Sociologia – possuem vínculos históricos de parentesco com as ideologias políticas modernas e mantêm com elas afinidades paradigmáticas evidentes (Bajoit, 1992). Assim, as grandes questões sociais, a que as ideologias buscam responder no plano político, correspondem aos problemas centrais das principais vertentes sociológicas. Seus respectivos desenvolvimentos aportam quadros teóricos não apenas explanatórios, por conterem chaves de entendimento da realidade social, mas heurísticos, ao selecionarem e ordenarem as questões mestras a serem investigadas na realidade social. Em cada caso, sedimentou-

7 Publicações realizadas em outras áreas de conhecimento, no lugar de merecer estímulo por seu caráter expedicionário, pelo fato de romperem fronteiras, são encaradas como estratégias de fuga do rigor científico vigente no campo de origem do pesquisador, ficando inibidas ou mesmo censuradas. O fato se reflete no modo como cada área científica pontua – quase invariavelmente *para menos* – a produção científica das demais.

-se uma tradição sociológica, cuja influência reflete-se na escolha de certos problemas ou prismas de pesquisa, congruentes com o senso comum erudito correlato.

Por conseguinte, é plausível imaginar que parte das objeções científicas à Economia Solidária não se deva a seu militantismo *em geral*, mas a seu militantismo *particular*, que destoa do viés teórico e ideológico dominante no trato das questões relacionadas à dinâmica do capitalismo. Segundo as abordagens correntes sobre as formas de resistência dos trabalhadores à ordem do capital, negociar as condições de venda da força de trabalho, buscando melhorar a condição de classe dos assalariados por via de pressões coletivas, historicamente à raiz das lutas sindicais e da consciência operária, constitui o grande objeto de interesse, quiçá o único para determinados enfoques das Ciências Sociais. Essa convicção de que apenas o *front* de classes é portador de sentidos emancipatórios não se abalou, mesmo diante das reiteradas manifestações do caráter reformista do proletariado (Gorender, 1999).

A Economia Solidária não despreza essa estratégia, mas a teoriza a partir de uma visão crítica destoante do seu exclusivismo e de sua entronização pelo *mainstream* das Ciências Sociais. Seus estudos ocupam-se primordialmente de uma alternativa de resistência e contestação dos trabalhadores, também recorrente na história, que consistiu em manter ou criar fontes de trabalho e sistemas de vida próprios, visando preservar, tanto quanto possível, algum grau de autonomia de classe. Seus intentos investigativos encontram resistência porque contradizem a *doxa* científica, mesmo a que se reclama de revolucionárias tradições teóricas, porque se debruçam sobre o que, à primeira vista, parece indigno de nota, embora seja muitas vezes o que permite o progresso da ciência, como lembra H. Becker (2007, p. 131).

De outra parte, se a Economia Solidária tem sido trazida da periferia para o centro da academia com essa expectativa, convém atentar para os possíveis desdobramentos desses movimentos a partir das margens, evitando-se conclusões prematuras. É certo que os cientistas novatos têm menos a perder e dispõem de mais tempo para a acumulação de capital científico, estando estimulados a romper com a expectativa ortodoxa de sucederem aos cientistas consagrados e a transgredir as regras e fronteiras aceitas, o que pode culminar em inovações disruptivas na prática científica. Contudo, tais contestações podem funcionar, de modo premeditado ou intuitivamente – assim prenunciando uma assimilação em marcha do *ethos* acadêmico –, como estratégia de futura integração, levando consigo o bônus da independência intelectual e da originalidade, marcas indelévels e sustentáculos das hierarquias do campo científico.

Os mecanismos de reprodução desse último são sutis, poderosos e ambivalentes. Deles depende o grau de autarquia e de independência do campo, ao mesmo tempo que dão suporte à autoridade científica. Se suas regras internas sofrem o efeito multiplicador de fatores homólogos externos ao campo, do que não faltam exemplos no Brasil, a prática científica é levada a reproduzir a lógica de concentração do saber e do poder vigentes na sociedade. Longe de ser instantânea ou depender do grau de vontade das partes envolvidas, a resolução desses dilemas nada tem de simples e imediata.

De modo geral, os efeitos mais dramáticos da estrutura social, acima apontados, podem ser evitados à medida que a compreensão da Economia Solidária mantenha-se crítica e fundamentada, distanciando-se metodologicamente do imediatismo corrente e lançando mão de conhecimentos especializados, de modo a objetivar as práticas sociais.

Para o ativista, o agente de organizações e o gestor da política pública, um desafio fulcral consiste em não confundir ideologia e processo histórico e, sem maiores considerações, sobrepor seus projetos políticos às experiências, classificadas categoricamente conforme seu alinhamento com aquelas convicções. Além de estar obviamente sujeito a graves erros de juízo, esse procedimento desloca as atenções das práticas sociais, em sua concretude e em sua riqueza experiencial, para os problemas típicos da superestrutura, na

qual pontificam os intelectuais e os agentes mediadores, em prejuízo do protagonismo popular. Como medidas preventivas, requerem-se uma gestão participativa em permanência das políticas públicas e imersões sucessivas no chão das experiências. Nisso, a contribuição da ciência é inestimável, desde que seus processos internos de constituição e validação do conhecimento não a encerrem em circuitos reiterativos, de cristalização antidialética de seus instrumentos teóricos, conceituais e metodológicos.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (org.) (2004). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume.
- BAJOIT, Guy (1992). *Pour une sociologie relationnelle*. Paris: PUF.
- BECKER, Howard (2007). *Segredos e truques da pesquisa*. Trad. Maria X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre (1976). “Le champ scientifique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, p. 88-104.
- CÁRITAS Brasileira (1995). *Sobrevivência e cidadania; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Caritas Brasileira*. Brasília: UNB.
- CORAGGIO, José Luis (org.) (2009). *¿Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Buenos Aires: Ciccus.
- DUBEUX, Ana *et al.* (2011). *Estudio de casos brasileiros. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil*. Montréal: Chantier de l'Économie Sociale.
- GAIGER, Luiz (2006). “Economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores”. In: FRANÇA Filho, Genauto *et al.* (orgs.). *Ação pública e economia solidária; uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS. p. 223-235.
- _____. (2007). “A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77.
- _____. (2009). “A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades”. *Revista Caderno CRH*, v. 22, n. 57, p. 563-580.
- _____. (2011). “Posfácio: contribuições para uma agenda de pesquisa”. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline (orgs.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina. p. 237-255.
- _____. (2012a). “Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária”. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 313-335.
- _____. (2012b). “A presença política da Economia Solidária. Considerações a partir o primeiro mapeamento nacional”. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume. p. 289-321.

- GAIGER, Luiz *et al.* (1999). *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. São Leopoldo: Unisinos. (Cadernos Cedope 15 – Série Movimentos Sociais e Cultura).
- GAIGER, Luiz (org.) (1996). *Formas de resistência e de combate à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos.
- GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.) (2012). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume.
- GORENDER, Jacob (1999). *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática.
- HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline (orgs.) (2011). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina.
- KLIKSBERG, Bernardo (2002). *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 3. ed. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco.
- LECHAT, Noëlle (2004). *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LEITE, Márcia (2009). “A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 31-51.
- LIMA, Jacob (org.) (2007). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume.
- LIMA, Jacob (2012). “Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil”. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume. p. 195-221.
- MARTINS, José de Souza (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec.
- MEDEIROS, Marcelo (2005). *O que faz os ricos, ricos. O outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.
- MIRANDA, Daniela (2011). *A democracia dialógica: uma análise das iniciativas da Economia Solidária*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unisinos, São Leopoldo, RS.
- PARREIRAS, Luiz (2007). *Negócios solidários em cadeias produtivas*. Rio de Janeiro: Ipea/Anpec.
- RECH, Daniel (1995). *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: Fase.
- SEN, Amartya (1999). *L'Économie est une science morale*. Paris: La Découverte.
- SENAES/SOLTEC [Secretaria Nacional de Economia Solidária/Núcleo de Solidariedade Técnica – UFRJ] (2011). *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2002-2010*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego.
- SILVA, Marcelo; OLIVEIRA, Gérson (2011). “A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul”. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 83-124.
- SOUZA, Cleide (1989). “Projetos econômicos: ponto de fissão entre agências e organizações do movimento popular”. *Cadernos do CEAS*, n. 120, p. 44-54.
- SOUZA, Luiz Alberto (2000). “Um país dinâmico, um pensamento claudicante”. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, p. 77-90.
- VERONESE, Marília (2008). *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Ideias & Letras.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Resumo

Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária

O artigo discorre sobre a constituição do campo da Economia Solidária no Brasil, examinando alguns de seus vetores constituintes. Sublinha como a pesquisa tem sido um fator de reconhecimento e impulsão da Economia Solidária, enquanto o avançar das práticas tem gerado demandas de conhecimento e proposto desafios ao marco epistemológico, teórico e metodológico das ciências, atuando assim como um elemento propulsor do campo científico. Contabilizando os efeitos assimétricos da estrutura social e dos campos específicos em que os atores da Economia Solidária se posicionam, identifica os óbices que esta deve enfrentar em sua trajetória como área de estudos. A imbricação entre militância e ciência não impede que a força de recuperação do campo científico se manifeste, com chances de minar de seu interior as potencialidades disruptivas dessa prática social.

Palavras-chave: Brasil; Campo científico; Economia Solidária; Estrutura social; Políticas públicas.

Abstract

Social Practices and Academic knowledge on the field of Solidary Economy

The article discusses the formation of the field of Solidary Economy in Brazil, examining some of its constituent vectors. It emphasizes how research has been a factor of recognition and thrust for the solidary economy, while the advancement of practices has generated demands for knowledge and new challenges for the sciences' epistemological, theoretical and methodological frameworks, thus acting as a driving element for the scientific field. Accounting for the asymmetric effects of the social structure and the specific contexts in which are positioned the actors of the solidary economy, it identifies the obstacles that must be faced by this field of studies in order to keep growing. The overlapping between activist practices and science does not prevent the recovery forces of the scientific field to manifest, with chances of undermining, from its interior, the disruptive potential of these social practices.

Keywords: Brazil; Scientific field; Solidary Economy; Social structure; Public policies.

Résumé

Pratiques sociales et savoir académique dans le domaine de l'économie solidaire

L'article aborde la mise en place de l'économie solidaire au Brésil, en examinant certains de ses vecteurs constitutifs. Il décrit le rôle de la recherche comme un facteur de reconnaissance et d'impulsion de l'économie solidaire, tandis que le développement de sa mise en place produit des demandes de savoir et des défis face au cadre épistémologique, théorique et méthodologique des sciences, agissant ainsi comme un élément propulseur du domaine scientifique. La comptabilisation des effets asymétriques de la structure sociale et des domaines spécifiques dans lesquels les acteurs de l'économie solidaire se positionnent permet l'identification des obstacles auxquels elle doit faire face par rapport à son avenir en tant que domaine d'études. Le chevauchement entre le militantisme et la science n'empêche pas la manifestation de la force de récupération du domaine scientifique, avec la possibilité de détruire les potentialités disruptives de cette pratique sociale.

Mots-clés: Brésil; Domaine scientifique; Économie solidaire; Structure sociale; Politiques publiques.

Teoria política grega da democracia: demarcação e métodos de um cânone histórico e intelectual

Patricio Tierno

O saber e as maneiras de organizá-lo e exercê-lo encontram-se historicamente condicionadas. Essa evidência, precisa e regular, tem sido abjurada repetidas vezes, esquiva à convicção de que existe, a partir de determinado momento, um modelo ou paradigma unívoco para a ciência humana e para a investigação política e social. É possível que nessa atroz convicção perdue certa irrealidade junto a uma metalinguagem espectral. Negar e afirmar são, no entanto, ênfases desnecessárias e iguais. Quiçá por isso ou pela desconfiança ante a transparência dos fatos, proponho-me historiar, neste artigo, os termos de realidade e sentido que fundam um campo epistêmico de pensamento e teoria. Guia-me, nesse propósito, a consciência de que o restabelecimento da significação originária dos tempos antigos não resultará em vão, como se fosse um espelho que devolve nosso jovem rosto, a imagem invertida que não reconhecemos mais.

Quem indaga nas camadas do passado, depara-se com essa sorte de estranhamento vivencial que escapa a toda possibilidade de apropriação, aproximação ou comparação. Quase com resignação, devemos aceitar a incomensurabilidade do mundo antigo e do mundo moderno, espessura entre as épocas que, com sofisticação e contundência, declara intransponível Stephen Holmes em um

artigo seminal. Nada existe, então, fora do anacronismo puro e duro, no qual se incorre a cada vez que se pretende julgar a sociedade ocidental com os princípios já caducos da política grega clássica (Cf. Holmes, 1979)¹.

Mesmo concedendo a razão a Holmes, parece excessivo professar uma teoria sobre a teoria, um método ou um conjunto de métodos que antecipe como conhecer e teorizar. Os métodos são, no fundo, só estímulos, variam com cada autor, com cada época, com cada escola. Não podemos professar uma metodologia, posto que ninguém sabe plenamente o que lhe foi dado escrever. Pode-se até afirmar a inexatidão de qualquer reflexão política, que não procede *more geometrico* (Cf. Aristóteles, 2002, *Ética a Nicómaco* [EM], 1094b10 e ss.), e tal proposição haverá de fundamentar-se, a partir de agora, na delimitação rigorosa de um cânone de interpretação acerca de um campo histórico e intelectual, suas dimensões constitutivas e sua diversa utilização.

De modo preliminar, é mister brindar uma justificativa dessa interpretação da antiguidade grega e dos antigos pensadores políticos e sociais, pois o retorno àqueles remotos tempos e pensadores admite, filosoficamente, duas justificações, uma da ordem da experiência e outra da ordem do discurso. Um primeiro argumento, que caberia relacionar com

1 Haveria que ver, contudo, se a obsolescência que Holmes predica não é a mesma que ele pratica, *ab initio*, ao julgar uma tradição teórica não menos relevante e moderna quando escreve: “As abordagens marxistas ao problema da legitimidade política são ainda essencialmente gregas” (Holmes, 1979, p. 113). (As traduções do inglês são sempre minhas.)

a poesia e a filologia, remete ao valor intemporal e, ao mesmo tempo, datado da filosofia antiga e seus documentos. Na perspectiva dessa valoração, que expressa uma atitude ou uma sensibilidade fenomênica, estudar aquele pensamento equivale a pensar sem considerar um *background* filosófico ou, como fizeram os próprios pensadores antigos, a contemplar a realidade com uma expectativa virgem e imediata, em um tempo preciso, mas sem tradições e explicações racionais às que apelar.

A segunda justificativa, que poderia denominar-se argumento da escala, faz referência às estruturas de pensamento e sua inserção no ambiente social e político da antiga Grécia. A consciência de que, salvo Aristóteles, os filósofos gregos jamais tiveram de recordar as ideias de outros ou relegaram, e esse seria o exemplo de Platão, a um lugar secundário a comprovação da validade das proposições e teorias, é uma vocação moderna por excelência. Aos modernos concerne-nos a preocupação pela situação e pela posição histórica do autor e das tendências que percorrem sua obra. Somos modernos porque reconhecemos que ninguém escreve fora de seu tempo. Para avaliar o legado dos antigos gregos, a magnitude relativa da organização humana constitui um dado fundamental, tendo em vista a condensação de experiências e a intensidade e proxi-

midade das relações sociais promovidas pelo reduzido espaço dessas comunidades políticas onde se forjaram, por vez primeira, os conceitos e categorias do nosso vocabulário capital.

Por mais motivadores que sejam, dois argumentos subjetivos importam menos que os fundamentos epistemológicos de uma demarcação baseada em distinções analíticas. A princípio, pensamento e teoria não parecem equiparáveis e a arcana antiguidade mostrase demasiado propícia à sua sobreposição. A questão arrasta, ainda hoje, implicações polêmicas para a filosofia política e social. Não cabe, aqui, uma elucidação completa e definitiva, algo que por si mesma a mente antiga não poderia proporcionar. No volume da Universidade de Cambridge dedicado ao pensamento grego e romano (Rowe e Schofield, 2005), lê-se já no início da introdução: “A distinção entre ‘pensamento político’ e ‘teoria política’ é muito importante”. Assume-se, com não menor obviedade, que o pensamento político dá forma à reflexão mais ampla e heterogênea sobre a política, enquanto a teoria política representa, mais restritamente, a reflexão direta e sistemática sobre assuntos dessa índole². Sem embargo,

2 Em uma nota de rodapé, Rowe (2005, p. 1 e 2; e nota 2) acrescenta que a filosofia política é uma “reflexão de segunda ordem” em torno da natureza e das possibilidades da própria reflexão e do conhecimento político, desenvolvida em um nível de generalidade maior e abstraída do pensamento prático, estando este último dirigido, diferentemente, a responder aos problemas atuais e concretos. A discussão sobre a natureza e as diferenças entre a filosofia política, a teoria política, a ciência política e, também, a ideologia e a opinião políticas continua tão viva quanto antes, a ponto de permanecer inalterada, quicá porque, tal como fora observado, no universo das ciências, toda divisão resulta sempre particular, transitória e condicionada. As tentativas são, com frequência, fervorosas e, mais ou menos, dogmáticas: Strauss (1982 [1970], p. 93-155) subordinou as disciplinas humanas à alma-mãe da filosofia política; Wolin (1993, cap. 1), entretanto, concebeu a história das continuidades e descontinuidades do pensamento ocidental à maneira de um diálogo entre as épocas e de interrogações lançadas ao interior dessa especial tradição de discurso, que é a filosofia política; mas Almond (1996, p. 42-83), há mais de uma década, reeditou a questão e manteve a pretensão de fazer da história da disciplina uma única e teleológica marcha de formação de uma ciência política empírica, inferencial e dedutiva. Antes dele, e em embates paralelos, a filosofia e a ciência políticas italianas tinham selado, de um lado e de outro, a desmesura positivista de Sartori (1984, cap. VIII) e a postura positiva e construtiva divulgada por Bobbio (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1994, p. 218-224); ver também D’Entreves (1994, p. 648-657).

a disjuntiva entre distinção e identidade na teoria e no pensamento não se resolve pelo exclusivo fato de estabelecer diferenciações e decretar definições, senão pela reconstrução *a posteriori* de um pensamento e de uma teoria especificamente política no sentido de um corpo sistemático e coerente de idéias, argumentos e doutrinas reinterpretados com consistência e rigor. A teoria política antiga, em sentido estrito, deve ser buscada em circunscritos períodos da história grega e romana e na resultante, não pretendida, de uma reflexão consciente que tomou as coisas da cidade por tema privilegiado de sua enunciação.

O enfoque entranha, em sua raiz, a pergunta pela natureza da teoria adjetivada com a palavra *política*. A pergunta em si poderia parecer recorrente, se não fosse por sua atualidade e o conseqüente reenvio a suas fontes originais. Talvez por isso, na entrada correspondente ao verbete *Política*, Bobbio, um dos organizadores do *Dicionário de política* (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1994, p. 1215), constatou que o adjetivo política (*politikós*), cuja função adjetiva deriva de *polis* e, portanto, dos assuntos relativos à cidade que, na sua origem, foram os da cidade grega antiga, foi consagrado como filosofia ou ciência, isto é, como saber ou divisão específica do conhecimento organizado sobre as coisas da cidade pelo estudo de Aristóteles, o ímpar e díspar tratado que levou o simples título de *Política*. Essas várias lições de política, que versam sobre a comunidade de cidadãos ou, melhor, sobre a esfera comum de atividades que têm o cidadão por objeto e sujeito da ação e a organização do poder exercido entre

livres e iguais, levaram o termo a preservar esse duplo sentido, prático e teórico, que soube ser sua marca até que a cisão moderna dissociou os planos e trocou aquele significado originário e unitário da palavra pelo constructo objetivado, ora descritivo, ora normativo, daquilo que tem como centro de referência, tanto de origem como de destino, o poder do Estado – digamos, a pólis. Essa construção racionalista levou à substituição da política por uma doutrina ou filosofia do Estado ou do direito, e assim o ilustra parte do título do tratado absoluto de Hegel, *Filosofia do direito*, ou pela seca amalgama da ciência e da política, a ciência política, que, no sentido lato assumido por Bobbio, denota “[...] qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido com sistematicidade e rigor, apoiado em um amplo e agudo exame dos fatos, exposto com argumentos racionais” (Bobbio, 1994a, p. 218)³.

Em anos recentes, a retomada da pergunta pela natureza da teoria política, da sua anunciada morte nunca acontecida, das suas reais possibilidades compreensivas e explicativas, executada por uma abordagem que perscruta os fundamentos, registrou, com o livro de Andrew Vincent (2004), *The nature of political theory*, mais uma incursão especulativa⁴. Interessantes são as anotações encadeadas por Vincent: em primeiro lugar, o que se chama teoria política começou a ganhar aceitação recém no século XX, visto que o século XIX, que assistiu ao nascimento da teoria da sociedade, tinha aquela por expressão pejorativa e elucubração vazia. De novo, os antigos foram mais fieis à semântica elementar e a seus re-

3 As traduções do espanhol são sempre minhas.

4 A ancoragem no conceito de fundamento, vale dizer, em uma ou várias proposições que servem de pressupostos a uma dada teoria política, além de distinguir o traço “fundacionalista” da abordagem, implica ou toleraria uma visão pluralista do conjunto da teoria, em concordância com a posição fixada no *The Oxford handbook of political theory* (Dryzek, Honig e Phillips, 2006).

ferenciais empíricos. Para os gregos, o verbo *theoreîn*, ver ou observar, aludia à contemplação de um espetáculo e, por meio da observação, a teoria ocupava um lugar e uma função intermediários entre o espectador e o evento, entre o observador e o observado. Essa foi a conotação que acolheu Platão e que enriqueceu Aristóteles, no trânsito em que a filosofia grega elevou a *theoria* à atividade intelectual suprema. Não perdeu, contudo, aquele sentido primordial em virtude do qual lhe eram atribuídos um *locus* e um papel de mediação na visão dos acontecimentos.

Em segundo lugar, em decorrência da lassitude do primeiro termo, a teoria política, a atividade de teorizar sobre a política, descreve-se como uma reflexão complexa abordada por uma multiplicidade de vocabulários críticos e filosofias, desde o platonismo e o aristotelismo até a hermenêutica, o pós-estruturalismo e a filosofia analítica e pragmática. De acordo com essa segunda descrição, rejeita-se a operação moderna de separar a reflexão política em abstrato da investigação política aplicada aos fatos, considerada patológica, não generalizável e diretamente ligada à imposição institucional dos princípios positivistas de finais do século XIX e primeiras décadas do XX.

Em terceiro lugar, e como consequência do entendimento completo da expressão, a teoria política define, conclui o autor, “uma prática disciplinar autoconsciente” Vincent (2004, p. 11)⁵. De alguma maneira, nessa definição sobrevive o intelectualismo prático e mediador que se associara, com assento no senso comum e adotado pela filosofia prática, à ética antiga dos gêneros de vida. A Aristóteles (2002, *EN X*, 1176a31 *ad finem*) caber-lhe-ia, nessa tarefa, dar o passo excepcional e decisivo de fundar a teoria no exercí-

cio supremo da razão do homem e do quase divino intelecto em que havia de culminar o modo de vida contemplativo.

A evidência indica que, ademais de sua reabilitação contemporânea, a teoria política é devedora da tradição clássica. Posta em seu contexto e período de origem, a teoria política é clássica por nascimento e clássica por sua recepção ocidental canônica. O clássico tem sido, no Ocidente, peça de celebração frequente, e duas notas lhe são características: a sucessão (geracional) e a multiplicidade (interpretativa). Reconhecidas essas notas, a literatura pôde iluminar melhor o que a análise acadêmica foi incapaz de apreciar, mas não de conservar, na biblioteca universal das obras que não podem ser esquecidas. Transcrevo, *en avance*, a síntese de Borges (2010, p. 160) a respeito: “Clássico é aquele livro que uma nação ou um grupo de nações ou o longo tempo tem decidido ler como se nas suas páginas tudo fosse deliberado, fatal, profundo como o cosmos e capaz de interpretações sem termo”. E Calvino (2007, p. 11 e 13) pôde arrematar, inconclusivo, o par de características distintivas: “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”; e também: “Chama-se de clássico um livro que se configura como equivalente do universo, à semelhança dos antigos talismãs”. Um e outro escritor respaldam suas sentenças em sólidas alegações. Os clássicos são todos aqueles textos e autores (a figura do autor é, vale agregar, insubstituível) revestidos de atualidade e vigência, devido às múltiplas leituras que os convertem em fértil possibilidade para a acumulação sucessiva de interpretações. Por certo, é essa possibilidade de atualização constante dos clássicos que confirma o radicalismo das palavras de Borges e Calvino; contra a declaração de sua ossificada e reverenciada

5 Ver também Vincent (2004, p. 8 e ss.).

caducidade, na hora de ler um clássico (os clássicos) nunca há texto definitivo, não há autor que possa ser enaltecido como um clássico e que, sem esgotar essa condição, possa ser apropriado de uma vez e para sempre. Dito com igual teor e de modo mais técnico, a susceptibilidade hermenêutica é uma renovação incessante e está feita de plurais leituras.

Há, por fim, que alongar-se no argumento. Estando em posse da teoria, da política e de sua perenidade clássica, diga-se, a continuação que a teoria política clássica, que reveste o *status* de clássica por, precisamente, estar constituída por textos e autores nos quais se vislumbra essa estatura intemporal, circunscreve-se, para o presente fim, a um período e a um ambiente específicos, aos que pertence à teoria política grega da época clássica. Prescindindo de uma datação rígida, a Atenas dos séculos V e IV antes de nossa era delimita o atual recorte, durante o curso da pólis e da democracia atenienses, que enquadra as coordenadas espaço-temporais de uma teoria política grega tão particular em sua experiência singular quanto universal em sua transcendência paradigmática futura. Em identidade plena com essa experiência histórica situada, porém com um curso próprio, a criação teórico-intelectual integrou pensamento e ação numa íntima e recíproca junção indissolúvel.

O centro de gravidade da teoria política grega clássica foi, assim, democrático. A história e a dialética dessa imbricação profunda entre as instituições e as ideias merecem outra dedicação e terão, por enquanto, que ser deixadas de lado. No concernente a este enfoque, é preciso esboçar uma visão ampla

o suficiente que permita umas poucas e substantivas proposições. O tema pode ser colocado nos termos abstratos e conceituas que ditam o caráter inicial deste trabalho. Três raízes etimológicas compõem, no vocabulário grego, a formação comunitária antiga⁶. A primeira designa a pólis, a cidade que nos períodos arcaico e clássico foi se gerando e evoluindo em simultâneo com a configuração social e econômica do mundo heleno. Em função da sua organização institucional, cada pólis governava-se de modo diferente, o que era chamado de constituição ou regime (*politeia*), com poder de mando e decisão sobre a comunidade toda e sob a autoridade de um corpo de cidadãos em algum aspecto iguais que participava ativamente do governo político. A participação política dependia das condições e requisitos (de nascimento, sexo, idade e propriedade) determinantes, em primeira instância, da cidadania e, em segunda, do grau ou amplitude numérica do corpo cívico. Estavam ausentes, contudo, a divisão formal de poderes, as agências técnicas especializadas e o governo representativo que o Estado tem estendido ao longo dos diferentes níveis da sociedade moderna. Numa ótica comparativa, as *póleis*, as cidades gregas da antiguidade, não contavam com os dois traços definidores da política moderna: o duplo caráter estatal e social do agrupamento humano. De uma parte, as comunidades gregas têm sido qualificadas de não estatais ou, ao menos, distantes da forma estatal de dominação legítima; com maior frouxidão, falar-se-ia de uma soberania difusa ou de um deslizamento em direção à soberania da lei, a qual se resumia numa tomada de decisões comuns pelas quais se repartiam as funções relativamente estáveis de deliberação, de justiça e das magistraturas civis e militares

6 Cf. Cartledge (2010, p. 11-22).

particulares⁷. Subjaz, nessa virtual distribuição funcional, uma analogia que reitera os problemas que enfrenta o Estado democrático-liberal moderno, na medida em que a pólis representou a problemática política da antiguidade valendo-se de um arsenal terminológico e conceitual que se mostra não menos útil e versátil ao projetar-se sobre o horizonte da modernidade contemporânea⁸. De outra parte, as comunidades antigas ignoraram a incidência que sobre o aparelho do Estado pode ter uma sociedade civil diferenciada, autônoma e organizada, sem que jamais perdessem nem fossem completamente extravasados os laços de pertença, estruturação e delegação familiar e tribal que, com base nas associações naturais, territoriais e, com o passar do tempo, artificiais, conduziram à participação “direta” no poder político (Cf. Coulanges, 2001). Tratava-se, então, de um espaço de penetração mútua entre as esferas política e não política (doméstica), que possibilitava o entrelaçamento das normas consuetudinárias e divinas, dos costumes herdados e os cultos ancestrais, aos que se lhes impunham as práticas políticas reguladas pelas convenções legais; em suma, um espaço no qual, no transcurso da história, os grupos pugnaram pelo acesso identitário à cidadania, ainda perpassados por aquelas relações primárias de intimidade, vizinhança e amizade arraigadas em um modo de convivência inédito, em escala pequena, concentrada e, por que não, civilizada. Tal a vida em comum da cidade política.

A segunda derivação etimológica, que segue à do espaço cívico, é a política, entendida como atividade no tempo voltada aos assuntos denominados comuns (*tó koinón*). Na perspectiva da ação, é quase impossível desentranhar o significado que o neutro plural *tá politiká*, que são as coisas da pólis, tem em sua generalidade e abrangência (Cf. Balot, 2006, p. 2-6). A essência da política grega realizava-se na tomada de decisões coletivas referentes à comunidade, incluindo os mais variados aspectos da vida ética, militar e religiosa. O fundo ético (e, por trás, metafísico) da cidade revelava-se na sua cultura cívica e, com ela, nos seus ideais pedagógicos de formação do cidadão que o ateniense interpretou como *paidéia*, educação⁹, e nas tradições e inovações incutidas através das virtudes ou excelências da ética e da inteligência, entre as que salientam a primitiva honra e o pudor convertidos em respeito e moderação no controle de si mesmo. Muitas vezes, e esse foi o caso de Atenas, esse autodomínio verteu-se num ideal político de harmonia, por sua vez traduzido num espírito de semelhança promotor de concórdia e, no limite, de uma unanimidade tida como segura e desmentida por irreal na prática concreta. Nesta última, dirimia-se a viva voz e não sem luta o conflito em torno da categoria de cidadão, privilégio e exclusão de outras categorias sociais (mulheres, estrangeiros e escravos), e terreno de tensões e fixação dos sentidos e valores ético-políticos, o que terminou por

7 Cf. Cartledge (2010, p. 18), com menção crítica de Ostwald (1986). As fontes fazem menção adicional ao poder de polícia depositado em cada cidadão armado e, entre os excepcionais e parciais corpos com esse intuito criados em Atenas, dos escravos de propriedade pública que se desempenhavam como guarda de arqueiros e como barreira humana e que, portando uma corda, que deixava marcas avermelhadas nos transeuntes, bloqueavam as ruas que desembocavam na ágora e redirecionavam os cidadãos para o local de celebração da assembleia. Cf. Cartledge (ibid.) e Flacelière (1959, p. 44).

8 Cf. Kraut (2002, p. 13 e 14), com apropriada remissão a Hansen (1989, esp. p. 57-64).

9 A esse respeito, ver Jaeger (1967).

expulsar, em mais do que aparente paradoxo, as diferenças para o exterior, seja a partir da competência entre as *póleis*, seja a partir da construção de uma alteridade étnica não autóctone, submetida por conquista interna, ou presente num outro povo hostil ao modo de existência grego. O acesso à cidadania era, pois, político, porque político podia ser ou não ser o domínio sobre a casa e a família (*oikos*, *oikia*) por parte do homem nativo, adulto e grego em suas relações de mando domésticas e despóticas. Um desdobramento da domesticidade e da propriedade em geral alcançava o controle e conhecimento de si, que dizia respeito a cada um e a todos aqueles assuntos que nós veríamos como próprios ou individuais (*tó idion*), por referência às coisas do homem particular (*idiótes*), o qual, em manifesta negação do comum, permanecia afastado dos destinos da cidade (Cf. Cartledge, 2010, p. 11-22). Do lado oposto, a *homónoia* ou semelhança e o conseguinte ideal da unanimidade não coincidiam exatamente com o institucional, tampouco com o estritamente social ou societal, marcando mais uma diferença substantiva com a política estatal moderna. As democracias existentes, poucas em termos comparativos, e também as monarquias, oligarquias e demais formas de governo, e inclusive as unipessoais e “impolíticas” tiranias¹⁰, experimentavam a política sob o prisma do tempo e da oportunidade para o agir, que ia além de qualquer arranjo institucional concreto. A entidade comunitária podia ser, no entanto, substancial e orgânica; *tá politiká* demandava uma

vida política plena e, por isso mesmo, ética, cujo complemento inseparável devia ser, por extensão, militar: o tempo da política diferia do da guerra, mas as ocupações do cidadão e do soldado, do cidadão-soldado que possuía um mínimo de propriedade ou era, conforme o umbral democrático, conceituado como livre em razão da semelhança cidadã e da sua independência pessoal e grupal, irmanavam-se em um comprometimento único, que carregava consigo o oprimente peso da totalidade. Por último, tida por garantia da reprodução dessa vida cotidiana, na política e na guerra, fazia-se sentir a religião, afirmando essa forte ligação com o divino instalada no lar e transferida à política graças a um politeísmo abundante em deuses e intervenções que permeava os ritos e as crenças, os sacrifícios e festivais e, acaso, toda a vida pública e privada em sua normatividade natural e convencional, isto é, em tudo aquilo que o despertar maduro da inteligência resumirá na antítese genética entre a natureza (*physis*) e a lei ou convenção (*nómos*)¹¹.

A vaga e vasta pletora de experiências vitais introduz a terceira chave etimológica que, não podendo ser de outra maneira, encontra no intelecto, nas manifestações do pensamento e na teoria os modos da reflexão elaborada. Com anterioridade, havia demarcado os campos em que opera cada modo de reflexão; todavia, ambos coexistem na maioria das fontes a relevar. A pólis e a política, o espaço e o tempo, são seus dinamizadores; o contexto e a sucessão põem, em nossa frente, uma constelação antiga de empresas

10 Aludindo à desconstrução e esvaziamento da política que entranhava, para os gregos, a tirania, ver, nessa veia pós-estruturalista contemporânea, Espósito (2006).

11 Havia mais desdobramentos implicados: acreditava-se que o florescimento da cidade dependia fundamentalmente da manutenção da religião e, sobretudo, do regimento público dos vínculos corretos com o divino; em paralelo, a relação matrimonial descansava num acordo privado entre duas famílias que, efetuado entre os pais e senhores da casa, preservava o estatuto não oficial das cerimônias de cada *oikos* (Cf. Cartledge, 2010, p. 14).

intelectuais que não pode ser desdenhada. Esse bloco intelectual abarca os textos produzidos por uma ampla gama de autores, a saber, poetas, historiadores, oradores, retóricos, sofistas e filósofos, que refletiram sobre a política grega e ateniense mediante o recurso à diversidade e divergência de estilos, matérias e posicionamentos. Decerto, essa variedade obrigaria a reassumir, contrariando a separação traçada parágrafos acima, o limite impreciso entre o pensamento e a teoria. Não obstante, constitui um ponto de partida inevitável admitir que a reflexão política grega nutriu-se de uma literatura de gêneros, com formas textuais e conteúdos autorais em comunicação e movimento. (Pense-se, por exemplo, no pensamento veiculado na épica e na poesia e, no outro extremo, na prosa filosófica apresentada de forma mais ou menos sistemática.) Uma marca universal desse *corpus* diversificado provém dos tópicos fundamentais que frequentou, tais como a natureza da cidade ou comunidade política, a cidadania e a atuação do cidadão, a constituição e os tipos constitucionais e, no relativo à preocupação ética, o fim da pólis e a gênese natural ou convencional da justiça, a virtude como medida das ações e da responsabilidade individual e coletiva, assim como a pergunta eticopolítica pela melhor forma de constituição e os méritos e deméritos de cada forma prenunciada por Heródoto e que, nas filosofias teóricas de Platão e Aristóteles, reverterá numa axiologia das formas de governo.

A característica seguinte a frisar advém da concepção que anima esse pensamento político. A emergência da pólis trouxe consigo o nascimento da argumentação racional em seus estilos e expressões; ainda assim, se confrontadas com as ideias que inspiram

as maneiras modernas de pensar a política, notar-se-iam de imediato as singularidades que Cartledge lhe adjudica, em bela paráfrase, à reserva linguística dessa *city of reason*: “*Políteia*, portanto, veio a denotar tanto a participação ativa da cidadania, não apenas a posse passiva de ‘direitos’ formais do cidadão, quanto a mesma vida e alma da polis (ambas metáforas eram aplicadas na antiguidade). De forma congruente, enquanto a teoria política moderna caracteristicamente emprega a imagem de uma máquina ou uma edificação-construção, a teoria política antiga tipicamente pensou em termos orgânicos, preferindo falar em compartilhar (*methexis*) e mandar (*arkhē*) antes que em soberania ou poder (*bia*, *kratos*, *ananke*)” (Cf. Cartledge, 2010, p. 20)¹². Foi o que Aristóteles (1997, *Pol.* 1295a40-b1) disse: “porque o regime é a forma de vida (*bíos*) da cidade”, e não teria necessitado crescer mais nada.

Contudo, talvez a característica mais proeminente radique na linguagem ou, mais concretamente, nos elementos de realidade que o discurso formal gravou no pensamento e na teoria com letra indelével. Existe, em comparação, o risco de sublimar a mera dimensão linguística. Nessa tessitura, Balot (2006, p. 11 e ss.) sustenta que, na visão dos pensadores gregos, ética e política estavam fundamentalmente interconectadas; a política grega estava imbuída de uma “política da virtude”, falada e atuada com vistas ao cultivo da *areté* (virtude, excelência), visando ao controle racional das paixões, apetites e desejos, e dirigida à formação do *éthos* (caráter) que devia cristalizar em disposições adquiridas como virtudes e, em face da comunidade, em costume ou hábito ante os demais. Cartledge (2010, p. 20-22), por seu lado, insiste na íntima relação da política com a cidade

12 Sobre a mudança que trouxe o advento do pensamento racional, ver Vernant (1965, esp. p. 7-9).

e a teoria gregas, as três imersas num meio cultural inerentemente performativo e competitivo; cultura verbal e ativa que se plas-mava numa educação política da excelência enquanto virtude forjada na prática e anun-ciada no célebre ditame do poeta Simônides: “a polis ensina ao homem”. As duas consi-derações enlaçam-se e, por conta de parecido raciocínio, deambulam na superfície, impe-didas de atingir o cerne do fenômeno em questão. Debaxo da corrente de alocações e efeitos ilocucionários, jaz o sedimento que exuma a identidade material e reflexiva que a política grega desvendou: ela foi ao pensa-mento o mesmo que sua teoria foi à práxis do cidadão; o movimento do pensamento e a teoria política gregas fez-se democrático a par da evolução democrática da pólis, inclu-sive daquelas *póleis* que não chegaram nunca a ser democráticas na sua constituição. Basta observar a nova linguagem de realidade que, nas cidades, com o intuito de dar conta das transformações econômicas, sociais e polí-ticas ocorridas no decantar do século VIII a.C., começou a articular-se atravessando a estratificação social. Numa menção rápida e sucinta, cabe apontar a agregação de grupos de *status* e classe que alteraram um magma hierárquico naturalizado com uma mobilida-de incipiente; o incremento demográfico e do tráfico marítimo que encontrou nos setores

médios, beneficiados pelo aumento da pro-dução, o comércio e a colonização, os jovens protagonistas que se ligariam à implantação da infantaria hoplita no exército e a uma to-mada de consciência igualitária num mundo em crescente ampliação; a persistência das *gens* nobres que monopolizavam a justiça e que buscaram tomar ou manter o poder para assim conduzir os processos de reforma; a latência das massas camponesas e urbanas que acusaram os efeitos do progresso técnico, mas postergaram, em quase todos os casos, seu iminente aparecer; e tudo isso, pode-se arguir, centrado numa política do conflito que escorria pelas fissuras que rachavam as comunidades aristocráticas da época arcaica (s. IX-VII) e estilhariam a ética que narrou Homero, baseada na prossecução da honra, o heroísmo guerreiro e o primado do *basileús*.

O quadro da Grécia histórica surgido da era obscura das invasões, tão distinto da civi-lização dos palácios durante a Idade de Bron-ze micênica (cerca de 1600-1150), oferece, entrado o século VIII, outro cenário que se evidencia no disputado conceito do poder¹³. A pragmática da linguagem e seu fundamen-to ético acompanham a pragmática material do conflito, combinando o comando da palavra com as pressões pela base dos novos atores sociais, os quais reivindicam para si a parte que lhes corresponde na pólis e portam

13 Vernant (1965, caps. I e IV) destaca a ilação mítica e religiosa e a ruptura social e política entre o período pré-histó-rico do heládico recente (ou micênico antigo e recente) e, após a destruição das fortalezas por causa das migrações dos dórios e as tribos que levaram a cabo as invasões, a etapa propriamente histórica da Grécia aberta no século IX a. C. Ao recriar a atmosfera espiritual da *pólis*, ressalta assim mesmo a importância da palavra e a discussão racional de argumentos, a publicidade e reapropriação popular dos deuses e cultos, e o espírito de comunidade (*philia*) transformado em igualdade democrática posterior. Cartledge (2010, p. 19-20), em um apontamento prévio, tinha colocado no conflito cívico (*stásis*) a causa dos antagonismos existentes entre, primeiro, a onda igualitária e o caris-ma encarnado por personalidades extraordinárias; segundo, os ricos e os pobres (incluindo uma definição bastante elástica da pobreza) no plano da estrutura social; e terceiro, a inevitabilidade da *stásis* e a pretendida unanimidade das opiniões a ser lograda mediante o mito da semelhança entre os cidadãos e exequível, em uma formulação alter-nativa, através de um arranjo institucional misto, inclusivo dos grupos e partidos que, ao menos desde Tucídides, tornar-se-á sinônimo de estabilidade, superioridade ou salvação. Balot (2006, p. 11 e ss.), cuja interpretação acaba sendo transparente, omite toda referência tanto a uma teoria dos atos de fala como a uma sociologia histórica da cidade que sustente a postulada base ética do pensamento político grego e sua suposta marcha cronológica e linear.

consigo nascentes subjetividades coletivas. Na verdade, nenhum dos instrumentos de poder disponíveis, oscilantes entre o apelo à palavra e à ação direta, conseguia prevalecer à custa do outro, coexistindo, em um equilíbrio por demais instável, até que a mudança política decidisse o curso dos acontecimentos e a subsequente correlação de forças sociais. Apesar da agudeza dos historiadores, a pólis e seu universo material e espiritual transmitem a fiel impressão de exceder o ato verbal, ingressando na árida palestra da ação coletiva afincada na luta real. Mais sutis foram, desse ponto de vista, os pensadores e teóricos gregos, que nunca deixaram de enxergar a divisão social como uma patologia, destinada a corroer os velhos cimentos da vida em comum, o que não só fez possível, mas também necessário, o tratamento do problema da ordem (*Kósmos; Nómos*) e a boa ordem política (*eunomia*) com invejáveis doses de realismo e empiria e sofisticada idealização. Nos termos da reconstrução que estou propondo, a teoria política grega da democracia cumpriria à perfeição, nos dias atuais, o papel de estímulo e exemplo mimético para uma ciência e teoria políticas que, ao homogeneizar as variantes disciplinares, reduz a inteligência teórica a uma formalização extrema subordinada aos dados, a um crasso produto derivado de uma metodologia esclarecida ou, quando aceita, a um proceder moral e normativo abstraído do processo histórico efetivo que nos demanda, em contrário, uma mais honesta explicação.

A teoria democrática grega por excelência relembra a Atenas clássica, a pólis mais avançada, dimensionada e dinâmica do período perto de 510 a. C., data da instauração

da democracia isonômica por Clístenes, e o 322 a. C., ano da guerra lamíaca e ponto de quebra da cidade concebida como unidade política autônoma, que Atenas enfrenta, sublevada pela independência e em sua fase democrática final¹⁴. Com efeito, o helenismo, tido por etapa última da filosofia antiga, encerrará o longo capítulo da democracia ateniense na época clássica que, na teoria e na prática, apresenta-se como o fenômeno histórico-intelectual a decifrar. Dois são os movimentos reciprocamente envolvidos e relacionados nesse recorte espacial e temporal: a práxis de uma democracia, Atenas, e a teoria da democracia grega, ateniense por sua história e invenção. Consigna-se, em consequência, uma relação inerente à política ateniense de acordo com a qual urge examinar, em conjunção paralela, o duplo desenvolvimento das ações e instituições e das ideias, clarificando, dessa maneira, as condições lógicas e de possibilidade para a reconstrução de uma teoria especificamente política da democracia grega antiga (no sentido já mencionado). Esse exame exige que a evolução histórica e o movimento intelectual sejam compreendidos num todo e que o segundo, foco primário da análise reconstrutiva, prove-se adequado como síntese reflexiva, vale dizer, reconstrução dos modos de pensamento expressivos e representativos de determinadas realidades e condições do processo histórico geral¹⁵.

À margem da necessidade e possibilidade dessa reconstrução, admite-se uma pergunta ulterior que afeta os modelos e paradigmas de reconstrução historiográfica. As concisas opiniões de Ober e uma sumária vindicação de Rhodes informam o estado acadêmico da

14 A nomenclatura relativa à fase final da democracia ateniense, do mesmo modo que o recorte da época clássica da história política e social de Atenas procedem de dois valiosos estudos de Ober (1999c; 2002).

15 Os pontos da tese aqui esboçada serão aprofundados a seguir, neste mesmo artigo.

controvérsia¹⁶. Resgatemos deles aquilo que parece relevante aos fins desta investigação. A defesa assumida por Rhodes traz novamente o credo positivista que retorna, eterno e ubíquo, esgrimindo uma filosofia da história que, embora negada, acaba sendo explicitada sem hesitação. O fazer da história, parece dizer, não pode se desentender de uma procura tendente à objetividade, que vai atrás da verdade dos fatos, como se não houvesse mais do que verdade e fato. Para quem confia em lograr tamanha comprovação e converte essa confiança em mandato, a história é a suma história dos homens, daqueles homens que a fizeram e fazem e daqueles historiadores que a observam e estudam e, conseqüentemente, também a fazem a despeito das interpretações orgânicas, os significados contextualizados e a inexorável fortuna que costumamos depositar no acaso ou em Deus. Uma história nessa acepção humana e historiográfica da palavra suporta, apenas, esse princípio uno e ensimesmado que se basta a si mesmo em consideração à inalterabilidade dos fatos, o caráter restrito das interpretações e o controle da própria subjetividade. Por esses motivos, o historiador reconhece-se a si mesmo no estudo da história antiga: “Como pluralista, creio ser valioso formular várias classes de questões; como não relativista, creio que nem

todas as questões que podem ser formuladas são igualmente valiosas de sê-lo¹⁷. Ao clamar o pluralismo e rejeitar o relativismo, Rhodes aceita o valor de todas as abordagens e posições e desmerece a igual validade de todas as interpretações, caindo na armadilha que queria evitar: a fria paralisia da falsa neutralidade. Contraditoriamente, replica Ober por ter visto em cada interpretação historiográfica uma construção ideológica, e desemboca no curioso absurdo de asseverar que as análises que levam a interpretações discordantes de um fenômeno podem devir, definitivamente, em explicações complementares¹⁸.

Ober, no artigo contestado por Rhodes, havia articulado as duas posições meta-historiográficas principais, e constatado a impossibilidade das verdades objetivas que não são neutras e livres de valores nem desprovidas de pressupostos, desenhos e escolhas ideológicas. A motivação da verdade objetiva deve ser substituída, aduz, pela utilidade e significância das explicações e análises, dado que uma explicação ou uma análise não são mais do que uma representação de um setor do passado, efetuada de maneira útil e significativa. A utilidade de uma representação radica na possibilidade de percorrer diacrônica e sincronicamente diferentes séries de momentos ou fenômenos dos que tem de

16 Cf. Ober (*The Athenian revolution...*, 1999b, cap. 2; 1999a, cap. 1, esp. p. 5 *ad finem*) e Rhodes (2003, caps. 1 e 6, esp. p. 70-77). Esses desencontros historiográficos e ideológicos, sempre em clima de abertura e diálogo, encontram-se nas coletâneas organizadas por Ober e Hedrick (1995) e por Rhodes (2004).

17 Vale aclarar que Rhodes (2003, p. 91, nota 1), apesar de tudo, se esforça por exibir uma avaliação e postura de equilíbrio historiográfico entre o empirismo tradicional e o relativismo extremo pós-moderno, propendendo para um projeto de história positiva na sua intenção final. Leio de Schopenhauer em uma página de Borges (2011): “Os fatos da história são meras configurações do mundo aparente, sem outra realidade que a derivada das biografias individuais. Buscar uma interpretação desses fatos é como buscar nas nuvens grupos de animais e de pessoas. [...] Não há um sistema da história, como o há das ciências que são autênticas: há uma interminável enumeração de fatos particulares”. Schopenhauer incorpora e reduz ao absurdo a pura facticidade de Rhodes.

18 É isso o que ocorreria, aplicando esse expediente conciliador, no exemplar debate mantido entre Hansen e Ober acerca da conveniência de uma definição institucionalista mínima ou uma abordagem que leve em conta as práticas e ideologias na análise e explicação das instituições da democracia clássica ateniense. Ver, a esse respeito, Hansen (1993) e Ober (1999d, cap. 8).

dar conta; a significância, no valor heurístico que permite avaliar as ações próprias e de outros, contrapondo-as a um contexto mais amplo. Um conjunto de modelos explicativos e analíticos coerente integra, como resultado, um paradigma, ou seja, uma ferramenta de interpretação geral com a qual se compreende determinado número de aspectos de dada realidade histórica. Sua proposta principia pela objeção do tratamento simplificador e *naïve* das fontes: “Esforço-me por demonstrar por que a abordagem positivista ingênua da história é intelectualmente indefensível e positivamente perigosa para o empreendimento do historiador de tentar uma completa e mais precisa compreensão do passado”. E prossegue, com o intento de conectar “a realidade histórica com a ideologia, a prática com a teoria” (Ober, 1999a, p. 6 e 7). Na consecução dessa meta, os apoios teóricos prestam inestimável serviço: a teoria do poder social do discurso, que se inicia no ato da fala e, por esse meio, torna-se produtor de realidades, enlaçando, a M. Foucault e J. L. Austin, a dimensão contextual do ato que introduz na história intelectual a obra de Q. Skinner, e o pragmatismo (anti)filosófico que, inspirado em J. Dewey, questiona o fundamento ontológico das proposições. Desse modo, os extremos interpretativos, que Ober deseja manter intactos e equidistantes, desvanecem-se; esse antifundacionismo pragmático, orientado ao contexto, às relações de poder, ao discurso e à fala, funde num ecletismo híbrido a neutralidade objetiva que trabalha as fontes de lugar nenhum e a leitura interna que refere o texto à subjetividade do leitor e o dissolve numa textualidade indeterminada¹⁹. Aquilo que divide

os polos reúne-os, em chamativa ironia, na edificação de uma realidade política e social que é tudo porque é nada e porque a história das ideologias (com esse título vazio finaliza a controvérsia que encabeça o capítulo) reduz a escrita e a palavra a uma entidade autônoma consciente, que assimila e transgride regras e tradições e, à semelhança dos seres humanos atuantes, faz e refaz a história nas circunstâncias do seu tempo.

A rigor, as posições de Rhodes e Ober passam por paradoxais. O positivismo historiográfico, gélido e intemporal, esteriliza as hipóteses que estipula. O “teoreticismo” historiográfico, que recorre às noções e instrumentos das ciências sociais, eleva-se à hipótese intangível sem, contudo, superar ou conciliar seus concorrentes. As respectivas propriedades desses esquemas, endógenas aos modelos e paradigmas que alimentam, adoecem de irrealidade, tanto nos fatos como nas teorias. Precisa-se, acima de tudo, de outro paradigma modelar, inscrito na evolução material e formal da história e em conexão evidente com o empírico e reflexivo. Acredito que é o que a Grécia clássica, encarnada no exemplo de Atenas, pode brindar, desde que esta seja apreendida sob um enfoque que contenha, em sua correspondência direta e em suas indiretas mediações, a evolução histórica da pólis grega, cujo paradigma é Atenas, e o movimento intelectual ateniense, cujos modos de pensamento e reflexão resultam relevantes na reconstituição *a posteriori* de uma teoria política democrática. O desenvolvimento de um cânone de interpretação historiográfica (de Atenas *qua* cidade e pauta evolutiva) e intelectual (dos modos reflexivos de pensamento e teoria) que, aliás,

19 Como seu oponente, Ober adverte que sua ofensiva atinge às versões polêmicas e extremadas do positivismo ou da crítica textual autorreferencial, o que não obsta para que Rhodes inquiria se, no que concerne à vertente positivista, há alguém que defenda, em sua pureza, uma versão tão estereotipada. Cf. Ober (1999d, p. 9, nota 13) e Rhodes (2003, p. 72).

nos séculos V e IV estariam representados pelas sofística e filosofia, sugere-nos substituir a estratégia expositiva desdobrada até aqui pela ordem metódica de investigação. O princípio dessa inversão descansa, pois, na leitura interpretativa de textos e autores clássicos das correntes sofística e filosófica com as que se conceitua, e das quais se extrai, a seleção de fatos e realidades, assim como os sentidos dos acontecimentos e processos, que entranham história e reflexão. Vê-se até que ponto resultam supérfluos os fatos crus e a teoria nua, que colidem e se anulam entre si. Presume-se, além disso, de que não há fato, não há teoria onde não haja narração. Tenho para mim que a história está em sua literatura como está a política em cada tempo, em cada espaço e em cada um de nós.

Linhas atrás se mencionara o método e dessa menção emanam uma diferenciação e um contraste. Por princípio, a implicação do método não se confunde com a repetida obsessão que Wolin acusou, com intenção crítica, de metodismo. Reaparece, alvo desse embate, a insistência no empírico traduzido em imposição profissional, associada por ele à revolução condutista de moda na ciência política norte-americana dos anos 1950-60. No fim daqueles anos, escreveu: “[...] o estudo da política está agora dominado pela crença em que o principal objetivo – adquirir conhecimento científico sobre a política – depende da adoção e refinamento de técnicas específicas e ser qualificado ou certificado como um cientista político é equivalente a possuir [as] técnicas prescritas”. O diagnóstico não tem perdido vigência, do modo como os sucessores do “behaviorismo”, guardiães fiéis do reinado da técnica, pregam hoje em

dia o que já era, por então, uma “ética da ciência”, *verbi gratia*, a objetividade, a regularidade e formalização empíricas, o apego aos fatos quantificáveis e a cuidadosa verificação intersubjetiva nas mãos de uma comunidade de *experts* (Wolin, 1969, p. 1063 e p. 1064)²⁰. Sendo tal o semblante da *vita methodica*, difere dessa vocação técnica e científica a vocação que faz sua à teoria, o *bíos theoretikós*, que Wolin recupera e deposita no conhecimento político ordinário (*tacit political knowledge*, parafraseando a Karl Polanyi), na educação comum e no juízo discriminador que atenta para o contexto empírico, a adequação à multidimensionalidade dos acontecimentos e a compreensão política prática e teórica. A recuperação da vocação teórica ou, melhor ainda, da teoria política tradicional no tom em que, observa-se, tem sido catalogada com desprezo, abraça um leque de noções e práticas que, inquestionavelmente, remetem à antiguidade grega e à teoria antiga²¹. Indo além da crítica e da ultrapassada idade da polêmica, a reivindicação do vocabulário e a cultura clássica importam os conceitos de *dóxa*, *paideta* e *phrónesis*, os nomes gregos daquela sensibilidade sociológica e política moderna revalidada por meio de noções e práticas ordinárias, e contrasta com a ciência e a teoria políticas em suas exclusivas segmentações empírica e normativa patenteadas na comunidade científica institucionalizada. Esta última, braço executor de uma orientação de política pública nacional, reservada a centros e equipes especializados da produção internacional de pesquisa, poderia dissolver-se na sua mínima expressão e voltar a ser, tão-somente, a mesma opinião vulgar que a assiste desde um oculto fundamento.

20 E, mais amplamente, ver Wolin (1969, p. 1062-1065 e 1069 *ad finem*).

21 Não por ventura, Wolin tem se dedicado a indagar e conceituar a democracia ateniense. Ver, p.ex., Wolin (1993; 1995).

Mas a homologação da opinião técnica e a opinião vulgar não é um modesto truque de prestidigitação retórica. Uma opinião participativa, a par das outras, do plano fenomênico das *dóxai*. Isso não tem nada de estranho ou, por si só, de errado, posto que, sabemos, as relações de poder institucional, a divisão regional e internacional do trabalho e esse afã de estimação irrefreável que impele a produzir hiperbolicamente para o mercado acadêmico se encarregarão do resto. Feitas as ressalvas do caso e do especial marco em que se desenrolou, o que a discussão norte-americana mostra, mais de meio século depois e uma vez relevado o dilema aporético e falaz em que foi caindo, é que ela está sendo replicada em outros termos e outros cenários com uma pulsão atroz, rudimentar e subalterna. Mas o que está em jogo continua sendo o nosso próprio senso político e a mais plena sensibilidade intelectual, empírica e teórica, constitutiva da diversidade de interesses e paixões humanas. O ser pensante e atuante, pressuposto na economia política das instituições e sociedades e nas decisões da política universitária, contém uma racionalidade simples e calculadora, que nunca será a de um ser complexo.

Parece lícito inferir que retornamos aos clássicos e inquirimos na experiência democrática ateniense porque as leituras, interpretações e apropriações dos clássicos e dos gregos fomentam, incrementam e ampliam nossas capacidades políticas de atuar, pensar e dar sentido aos fatos, acontecimentos e processos. No entanto, o sustento dessa inferência é mais rico, pois diz respeito às operações que tecem, em cada aproximação, os nexos de articulação da pluralidade nas condições da existência social com a perspectiva mental e conceitual assumida e construída pelo sujeito em sua relação com o mundo. O argumento em prol da teoria política grega da democracia cobra, por fim, seu conteúdo e forma definitivos: se algo faltava adir à

teoria política, sem mais era o adensamento provido pela teoria política democrática nascida na Grécia antiga e produzida na Atenas clássica, erigida em lei, com o significado de um cânone ou critério heurístico, do devir histórico e intelectual da democracia e sua teoria política específica. Nessa teoria democrática grega, ainda se deve preencher, com vistas a polir esses lineamentos propositivos, a assinatura pendente da sua demarcação epistemológica e, no mesmo sentido, metodológica, fundamental na objetivação empírica e teórica da democracia ateniense.

Na demarcação do campo da teoria política grega da democracia ateniense, vale encetar por uma frase, cujas palavras de Bernard Williams (*Shame and necessity* [1993] *apud* Ober, 2002, p. 3) dotam os argumentos de maior alcance e transcendência: “O passado grego é especialmente o passado da modernidade”. É claro que a teoria política antiga e, mais decisivamente, a teoria política clássica, acolhem variedade de campos epistêmicos e de pesquisa, cujas duas grandes vertentes são, por regra comum, a teoria política grega e teoria política romana. (Pareilha divisão pode ser operada, aliás, nos campos mais difusos do pensamento.) Seja como for, a teoria política grega tolera o delineamento de contornos mais ou menos limitados sempre que aceita as linhas mutáveis de suas fronteiras e o imperativo multi e interdisciplinar que reclama o seu estudo. Em particular, a teoria política grega da democracia, sobre a qual recai a interpretação canônica e paradigmática da democracia de Atenas, requer, ante a tudo, a confecção de um mapa e de um itinerário, isto é, a cartografia de um percurso que, como a perfeita ciência geográfica imaginada um dia apócrifo por um espanhol também apócrifo, ocuparia o exato

tamanho do orbe²², para que nos norteiem e permitam correlacionar a evolução histórica da Atenas democrática e o movimento intelectual que se gestou e debruçou no interior e para o exterior dela²³.

Nisso consiste o *métodos*, no caminho ou procedimento que se intui, empreende e emprega ao longo da investigação, susceptível de ensaio e erro, sujeito a precipitação e reversão, numa busca feita de começos, aplicável à teoria política grega da democracia, imanente a seus autores e textos, e ao singular ambiente que, natural e socialmente, deu origem à pólis (às *póleis*) e à democracia (às poucas democracias) na Atenas arcaica e clássica e em toda a Grécia antiga. Esse itinerário de história intelectual da antiguidade grega adapta a seus próprios fins as usuais nomenclatura e periodização que convêm à história da filosofia antiga, se bem não perde de vista o acento temático na democracia e a preocupação com as condições de vida e pensamento da comunidade democrática como problema e como situação. Por sua vez, a periodização da teoria política grega da democracia e as etiquetas que lhe couberem em cada intervalo cronológico devem levar em consideração as continuidades e descontinuidades entre um e outro período, os modos da reflexão política e social e os deslocamentos nos centros de influência cultural segundo as distintas épocas. De resto, em cada parcela temporal verificam-se estados e transformações

orgânicas e circunstanciais da vida social e política, postas de relevo nos caracteres da cultura, nas gradações da consciência e do saber, nos tipos de organização e convivência, nas imagens e ideais do universo e do homem, e nas opções de realização coletiva e individual. Em síntese, uma exposição conjunta e detalhada dessas variáveis dimensionais não pode ser delineada senão à guisa de bosquejo, sublinhando nesse percurso tentativo os traços mais densos.

O percurso (Cf. Vernant, 1965)²⁴ há de fazer a um lado as concepções pré-rationais, que tem a ver com o divino, mágico ou proverbial. O enraizamento dos conceitos e categorias racionais nas formas arcanas do mito sobre os princípios e noções da realidade depreende-se de uma genealogia comprovada²⁵. Antes do tempo histórico e já nele, a narração mítica e a mitologia popular foram a via do assombro, o meio de expressão e comunicação de verdades, crenças e convicções, o politeísmo antropomórfico e a projeção na natureza das relações sociais. Destilando seus antecedentes orientais, provindos das antigas civilizações da Ásia e o Egito, o mito alcançou sua elaboração mais acabada na reflexão helênica e pré-helênica da vida social e cultural, cujas relações e criações se metamorfosearam, numa inversão ainda não devidamente entendida, na divinização das forças e seres do mundo natural. Foi aí que brotaram a vida e o conflito: “uniões e gerações; lutas e contrastes de amor e de ódio;

22 Cf. Suárez Miranda, em *Viajes de varones prudentes* (libro cuarto, cap. XLV, Lérida, 1658, *apud* Borges, 2010, p. 241).

23 O paralelo não é casual, revela, apenas, a desmesura das aspirações de toda ciência e teoria.

24 Na linha da psicologia histórica e das dimensões psicológicas envolvidas na estrutura do mito, ver Vernant (2001). Para um recorrido filosófico de índole geral, ver Parain, (2003).

25 “O perigo começa”, adverte Guthrie, “quando os homens acreditam que têm deixado tudo isso atrás e confiam num método científico baseado exclusivamente numa combinação de observação e inferência lógica” (Guthrie, 2004, p. 16; e cf., para o que segue, p. 15-36).

hierarquias, governos e leis”, transferiram-se às reflexões sobre a natureza, consumando a teogonia e, depois, a cosmogonia, que relatavam as maravilhosas origens do mundo e dos deuses, do mundo e dos homens, representando-se o *kósmos*, ubíqua ordem do universo, no espelho deforme da pólis num espaço e um tempo ancestrais²⁶.

De forma que os assim chamados teólogos, Homero e Hesíodo, e os órficos (séculos IX-VII a.C.), com seus quadros primitivos de sentido e ordem, prefiguraram os filósofos naturalistas posteriores que anelaram, ressignificando as narrações pretéritas, a justiça e a lei. Com a famosa predição astronômica adjudicada a Thales de Mileto, tido por fundador da escola jônica, inaugura-se o grande período ontológico (585-322 a.C.) e, com ele, uma maneira filosófica de pensar, dentro da qual os cosmólogos físicos moldam uma fase especulativa iniciática²⁷, pródiga em respostas à pergunta pelo princípio (*arkhé*) que compõe e do qual derivam todas as coisas. A razão política subjaz nessas respostas, axiomáticas e universais, que, mobilizadas pela variedade de experiências testemunhada pelos sentidos, elevaram à unidade e imutabilidade do ser a fonte e causa do devir, convertendo aquele em substância e força associada à natureza (*phýsis*) e ao divino (*théion*) e lhe outorgando o *status* de explicação racional. Esse universal princípio podia se encontrar ora na matéria-prima que possibilita o devir sensível ou, igualmente, na pura imutabilidade do ser (monismo), ora na conciliação das binárias oposições dos elementos (dualismo) ou, diferentemente, nas muitas com-

binhações das coisas particulares (pluralismo), de acordo com as respectivas apreensões do mundo real.

A modalidade primitiva do pensamento grego, alternante entre a matéria e a forma, a permanência e a mudança, em síntese, presa do eterno problema da substância e do movimento, transmitiria seu legado às modalidades avançadas²⁸, não sem antes coincidir, em termos de geografia e recursos, com a proliferação das *póleis* em Jônia e o crescimento de Mileto, centro portuário próspero de notável alcance colonizador. Graças a essa posição geográfica, os pensadores milésios puderam escapar à neta aplicação técnica da ciência, condicionada pelos extraordinários conhecimentos práticos recebidos do Egito, da Mesopotâmia e do Oriente Próximo, e desviar-se, impelidos por uma curiosidade infinita, em pós da especulação. As coisas singulares dependiam de um substrato ou uma estrutura última que era, em verdade, uma indistinção de matéria e espírito animadora de uma força interior de movimento e transformação, concepção que Aristóteles entreviu materialista e que os historiadores da filosofia batizaram (e alguns descartaram, por ser o termo confuso e enganoso) de hилоzoísmo. Acaso nessa combinação vital inscrever-se-ia, para Heráclito de Éfeso (536-470 a.C.), a pólis, à qual dedicou uma seção de um livro perdido onde se designava, verossimilmente, o *locus* humano dessa razão ou lei universal (*lógos*) que harmoniza os contrários, em oposição e permuta constantes, unindo-os em recíproca discórdia. A

26 A citação inovadora que inverte a relação genética entre a natureza e a sociedade corresponde, pelo que eu sei, a Mondolfo (2002, p. 8 e 9; e cf., no que tange ao presente recorrido, esp. caps. I-IV).

27 Cf. Windelband (1955, p. 9-12), e também Abbagnano (1964, t. I, p. 8).

28 Cf. Guthrie (2000, esp. caps. II e III), quem rejeita o título de materialistas para os filósofos pertencente às primeiras modalidades filosóficas.

identidade e a separação dos opostos recamem, implacável, sobre a cidade ou a imagem enigmática do que ela devia ser: água do rio que flui sempre distinta, água de mar puríssima e contaminada, seres que entram em guerra (*pólemos*), pai e rei, e distingue deuses de homens e, dentre estes, os livres e escravos (Cf. esp. frags. 12, 61 e 80 [= 12 Diels-Kranz B])²⁹.

O eixo da filosofia pré-socrática, política desde sua gênese tal como pensara Mondolfo, trasladou-se do leste ao sul da Itália, no contorno ocidental grego. A promoção desse deslocamento deu-se com a emigração de Pitágoras de Samos (570-497 a.C.), embora o pensamento fosse além desse traslado e dessa figura, para alguns sábia (Empédocles) e para outros falaz (Heráclito), e que, em todo caso, repercutiu e influenciou as épocas vindouras. A escola pitagórica repetiu as oposições e distinções dos contrários e sua conciliação mútua, mas predicou uma perspectiva inovadora, “itálica” no gentílico usado por Guthrie, ao ligar o movimento harmônico com as raízes místicas do orfismo³⁰. A essência do mistério das ciências repousa na matemática, no número reduzido a ente geométrico e às suas relações numéricas, que está na totalidade das coisas. O âmbito propício dos assuntos éticos e políticos, para os quais a justiça dita a proporção, rege-se pela constituição numérica da orbe, do limitado e do ilimitado enquanto elementos próprios, pondo de manifesto a segreda e

abstrata lei do universo. Efetiva-se, assim, a crucial passagem que sofreria o conceito na sua evolução sucessiva: “Do estudo da matéria passou-se ao estudo da forma” (Guthrie, 2004, p. 18).

Com efeito, numa também colônia grega da Magna Grécia, Eleia, proclamou-se a primazia da forma e, simultaneamente, o contraponto com as escolas jônica e pitagórica, pois ambas davam *status* análogo ao dualismo que opunha e comunicava, por um lado, a realidade permanente, substância ou número e, por outro, a multiplicidade sensível em contínuo devir. Perante o dualismo substancial e numérico ergueu-se, inflexível, a escola eleática (cerca de 500 a.C.), que estabeleceu, com Xenófanes e depois com Parmênides por meio de seu Poema, a rota do ser e da apreensão pela razão em detrimento da inconcebível sensibilidade negativa que nada pode obter do não ser³¹. O movimento é, por conseguinte, impossível porquanto paradoxal (Zenão): Aquiles, símbolo de rapidez, dá dez metros de vantagem à tartaruga, símbolo da lentidão, mas que mesmo com essa vantagem nunca ganhará a corrida, pois, se ele correr dez metros, ela adiantará um; se ele correr um, ela adiantará um décímetro; se ele correr um décímetro, ela adiantará um centímetro; se ele correr um centímetro, ela adiantará um milímetro, e assim perpetua e consecutivamente. O conhecimento político é, por lógica extensível, postergado,

29 Cornavaca (2008). Todos os fragmentos pré-socráticos são recolhidos desta edição. É no fragmento 114 que figura a palavra *pólis* e onde se relacionam a lei humana e o *nómos* divino, em consonância com os que falam com inteligência e dizem “o que é comum a todos”. Sobre o fragmento 44, reforçando o sentido político, ver Cordero (1977).

30 Afirma Cornavaca (2008, frag. I, p. 69): “[...] a alma, o número e a noção de harmonia convertem-se em núcleos fundamentais de onde se desenrola toda uma cosmovisão”.

31 Cf. o célebre fragmento 3: “[...] pois o mesmo é pensar e ser” (*tó gár autó noeín estín te kai éinai*), extraído de Da Natureza (*Peri Phýseos*), de Parmênides, do qual se conservam, recolhidos de diversas fontes, cento e cinquenta versos autênticos. Sobre as fontes pré-socráticas, cf. nota 29 deste texto.

já que toda verdade racional nega o devir múltiplo, acessível à errada maioria e à ilusória opinião³².

O eleatismo replicou a aporia: se o movimento é impossível, anota Mondolfo (2002, p. 14), “a unidade do ser não pode dar lugar ao devir”. A saída inevitável foi, então, a conversão do monismo em pluralismo, momento de transição da especulação cosmogônica pré-socrática³³ e pedra de toque da incipiente orientação antropológica. A partir do instante em que os filósofos da natureza assimilaram o paradoxo, viram-se obrigados, sugere Guthrie, a se defrontar com o problema de uma causa motriz: “Levando, por dizer assim, o mundo à paralisia total, Parmênides fez que se tirasse a lição de que o movimento era um fenômeno que necessitava explicação própria e, por isso, nos pré-socráticos posteriores, nós observamos não só a mudança de uma unidade a uma pluralidade de elementos físicos, mas também a aparição de uma causa motriz junto aos elementos que se movem por si mesmos e independente deles” (Guthrie, 2004, p. 19). Renovando o interesse pelos fenômenos sensíveis que requeriam uma explicação cabal, idealizou-se, em vez de um *arkhé* único, uma multiplicidade originária de elementos a salvo do nascer e perecer, os que, em virtude de sua recíproca mescla, causariam o devir das coisas particulares. Empédocles de Agrigento (cerca de 490-430 a.C.) restringiu a causa do movimento aos quatro elementos essenciais (terra, água, ar, fogo); essa pluralidade veio a ser, para Anaxágoras, o sábio que

no ano 463 a.C. transpôs as portas de Atenas sem saber que um dia a cidade o acusaria e ajuizaria, ilimitada nas substâncias primordiais e as partículas infinitesimais que qualificam as coisas e que se movem por obra do *noús* ou intelecto divino, puro e isento de toda combinação elementar.

O passo de Empédocles e Anaxágoras a Leucipo (que florescera em torno do 420 a.C.) e Demócrito de Abdera (seu discípulo, 460-370 a.C.) ou, expresso nos termos que aqui concernem, a transição do naturalismo ao humanismo, havia de produzir-se com os dois últimos, os atomistas, aos que coube sistematizar e corrigir o pluralismo aduzindo que, no meio positivo próprio dos elementos, existe a dualidade qualitativa do ser e do não ser, dos corpos e do vazio, e, entre essas duas existências, há a pluralidade infinita no infinito espaço, habitado em sua totalidade por átomos sólidos e indivisíveis. Do agrupamento, choque e diferenciação quantitativa desses átomos minúsculos se originam as coisas, os remoinhos e os mundos; e, nesse movimento espontâneo que conforma e gera o universo, temos de pensar a política, que os tardios físicos da natureza intuíram, em consonância com as transformações seculares de Atenas, plural e, talvez, agitada e democrática. Se os atomistas urdiram uma genuína filosofia da democracia, é algo que está ainda por ver-se e que mereceria, por certo, uma apuração mais detida; seja como tenha sido, o fato é que uma visão de um mundo físico e relacional em movimento resgatou um coletivo que tomava consciência, conturbado e hesitante, do

32 A seu modo e com menor ênfase, Heráclito declinou da percepção da maioria e exaltou, em contrapartida, o conhecimento experto e a noção do sábio (*tó sophón*): p.ex., frags. 2, 17, 32, 35, 41, 46. Sobre as fontes pré-socráticas, cf. nota 29 deste texto.

33 Sobre o caráter problemático da designação e a base textual enquadradas pela categoria historiográfica do pensamento anterior aos socráticos (que toma, como resulta óbvio, à figura de Sócrates como ponto de referência e inflexão), ver Cornavaca (2008, frag. I, p. 9-23). Ver também, e para uma interpretação que dista da apresentada nestas páginas, Barnes (2003, esp. p. 9-40 e p. 41-57).

desafio de encontrar uma forma de organização eficaz que se mostrasse apta para conter o ser particular e o ser geral no interior de uma comunidade dividida em grupos, conflituosa e sob risco de particularização iminente³⁴.

Anaxágoras e o atomismo concluíram o retorno da política que, a critério de Mondolfo, havia germinado desde as sementes da vida social e das questões eminentemente humanas. Nessa época, concretizou-se em Atenas, centro principal da inteira Hélade, o giro que a história das ideias, assim como os antigos, identificaram com o nome e a biografia de Sócrates. Sua vida e seu final flexionaram a segunda fase do grande período ontológico, caracterizada por sua veia antropológica, humanista e, por razões claras e parciais, socráticas³⁵. Por décadas, a cidade de Atenas escalou até o cume de seu império, amadurecendo a

organização democrática que, na frente externa, exercia a hegemonia logo após a vitória grega nas guerras médicas obtida contra o império persa, seguida pela conformação e direção ateniense da Liga de Delos. No que toca à jurisdição interna, a asseguuração da democracia remetia às reformas de Sólon e à constituição de Clístenes de finais do século VI a.C., prolongando sua evolução diante da radicalização institucional levada a termo por Efiltes e Péricles. Deveu-se a estes, e sobretudo à prossecução deste último, grande líder e estrategista que conduziu os destinos da cidade entre o 443 e o 429 a.C., a igual participação de todos os atenienses livres, independente de qualquer prerrogativa de riqueza e distinção, nas decisões e no governo da pólis, isto é, enquanto titulares do poder e cidadãos em sentido pleno e ativo³⁶. Conseguida a

34 Nessa chave, porém de maneira um tanto sentenciosa, tem-se pronunciado Cynthia Farrar, quem argumentou que o atomismo de Demócrito, com o qual se tenta resolver o problema do bem e da autonomia do indivíduo, responde explicitamente às falências da teoria não menos democrática de Protágoras, concentrada em extremo nos benefícios da pertença e do bem-estar coletivos. A superação dessa disjuntiva viria com Tucídides, pensador democrático firme e consistente, cujo embasamento histórico não conhecerá continuadores à sua altura e sim, pelo contrário, importantes e sistemáticos revogadores da ação política que chamaram ao retiro da vida cívica como o fizeram, dando continuidade à tese da autora, Platão e Aristóteles. Cf., para o argumento em seu conjunto, Farrar (2008 [1988]).

35 O humanismo grego, em uma recorrente aproximação de forma e conteúdo que aparece com Eduard Zeller, tem sido emparelhado com a ilustração europeia dos séculos XVII e XVIII e, mais em particular, com o empirismo e o racionalismos ingleses daquele primeiro século. Cf. Guthrie (1994, p. 15-25). Foi-lhe concedido, não sem exagero, um componente liberal, cujo ponto de partida seria o liberalismo do século XIX, e que até pode ter despertado o sentimento hostil de Platão e Aristóteles; ver Havelock (1957). O destino incerto das obras dos pensadores sofistas constitui peça de discussão estéril, sendo que diversos fatores parecem ter contribuído para sua perda, entre outros, a autoridade de Platão e, em medida variável dada sua vinculação e sua contraposição à filosofia platônica, a Aristóteles; mas também cabe observar que os sofistas foram, acima de tudo, mestres itinerantes e profissionais, leitores e oradores públicos, não filósofos especulativos ou autores de tratados científicos; além disso, menções de escritos da literatura sofística reaparecem em épocas tardias, tal como o testemunham Diógenes Laércio e Porfírio. Não obstante, essas obras estão completamente ausentes na doxografia que seguiu a Aristóteles; ver, para uma apreciação dos sofistas e de sua literatura, Guthrie (1994, esp. p. 38-63) e Melero Bellido (1996b, esp. p. 50-58). O socratismo canalizou-se, de modo diferente, através da sua fusão com outras tendências filosóficas representadas pelas escolas fundadas pelos discípulos de Sócrates (Aristipo de Cirene, Antístenes de Atenas, Euclides de Mégara e, o maior de todos, Platão de Atenas). Seu tratamento individualizado excede as exigências de um recorrido sumário; para os socráticos aparte de Platão, ver Mondolfo (2002, p. 29-30).

36 Em paralelo ao protagonismo de fundo atribuído outrora aos *zeugtai* hoplitas, os cidadãos-soldados de classe média, no marco da mudança política introduzida por Clístenes (aqui já mencionada), o aprofundamento da democracia radical durante Efiltes pode associar-se, porém com maior cautela, à participação e tomada de consciência política dos *thêtes*, última classe dos livres, pelos serviços prestados na marina ateniense como remadores das trirremes; para essa assertiva expressada com ousadia e clareza, ver Strauss (1995, p. 313-326).

igualdade de participação, chegou a ser de capital importância capacitar-se com o propósito de alcançar o êxito político, para o qual é necessário desenvolver aquelas faculdades e habilidades que fazem possível a ação e a persuasão mediante a palavra e dão sustento à argumentação, discussão e, no geral, à arte da fala ante auditório público³⁷. Nessa empreitada, brilhou o pensamento multifacetado dos sofistas, retóricos e oradores que arribaram ou pulularam em Atenas e se dedicaram ao ensino da técnica e os efeitos e a versatilidade do discurso. Mas o longo século V a.C. incubou, como bem julgaram os historiadores antigos, as condições do enfrentamento armado entre os gregos, lançando Atenas e Esparta e suas correspondentes ligas aliadas à cruenta guerra do Peloponeso. A resultante seria, durante e após a guerra, uma Atenas lacerada por sua *hybris* irrefreável em política exterior e derrotada a raiz de uma estratégia militar falida. (No desenho dessa estratégia de terra evacuada e ataque marítimo, não esteve isento de responsabilidade Péricles, ele próprio vítima da peste que pousou detrás da longa muralha protetora e aprisionadora de Atenas e o Pireu.) Impactada pelos acontecimentos bélicos, uma democracia anômica e paralisada terminou substituída por um regime oligárquico de cidadania restrita e, consumada a derrota, por uma oligarquia que regressou mais excludente, agora tirânica e sanguinária; na sequência decorrente, os prolegômenos da restauração democrática do curto século IV a.C. teriam de servir de palco para a condenação e morte de Sócrates e a ingente tarefa de reconstrução interior, à qual se abocariam, na política e na cultura, a cidade e a filosofia.

No trânsito dos séculos V e IV a.C. atenienses, teve lugar o movimento intelectual

que poderia ser descrito, ante os nossos olhos, como um bloco de personalidades singulares, círculos e associações, relações e referências que, igualmente unitário, diferenciado e contraditório, empalmou organicamente com a evolução e as condições históricas da Atenas clássica. Eis, tanto em sua heterogeneidade como em sua unidade, o movimento histórico-intelectual que ocupou duas centúrias e que incidiu, mais que como um divisor de águas, à maneira de um pensamento, ou seja, de um corpo de ideias, doutrinas e filosofias eticopolíticas, e, com o culminante e excepcional Aristóteles, de uma definitiva teoria política da democracia antiga. Em poucas palavras, formou-se e materializou-se, em sucessivos momentos, uma coerente reflexão em correspondência com a experiência política da Grécia. Uma criação desse porte não poderia ser reconstruída sem prévia consideração da variedade de formas e conteúdos textuais e autorais do gênero e da especificidade inclusivas, características do pensamento político (fragmentos e obras em forma de escritos didáticos e educativos, textos de recitação e diálogos de recepção e crítica) e, em *ultima ratio*, do gênero e da especificidade exclusivas peculiares à filosofia e ciência política (diálogos e prosa tratadista). Percorrendo o pensamento e a teoria políticos encarnados nos modos de reflexão conscientes e consistentes numa dialética de “adaptação, reinvenção e inovação” (a terminologia é de Balot) transcorre a exequível reconstrução histórica e teórica da teoria democrática ateniense e grega que vem sendo proposta neste texto.

Ao corporificar na sofística do século V a.C. e na filosofia do século IV a.C., o pensamento político e social grego tomou, na pólis ateniense, um impulso inusitado. O seu

37 Ao acabamento do processo de extensão da *isonomia* somou-se, na própria definição do cidadão, a centralidade da *isegoria*, da igualdade de palavra *qua* participação na assembleia e nos tribunais de cada cidadão ateniense livre.

traçado medular obedece a uma cisão e simbiose equivalentes, posto que jazem em seu interior correntes que convergem e divergem, que colidem ou se fundem em proporções simétricas ou assimétricas, em suma, que se apossam da democracia como um campo de crítica, de justificação, de conciliação, de disputa. Não foi essa, evidentemente, a leitura tradicional exposta pela história da teoria e a filosofia políticas, seja alegando o hiato enorme entre a vida pública e a discussão popular na Atenas do último terço do século V a.C. (Georg H. Sabine), ou, mesmo inerente à solução de continuidade que forneceria a cidade, celebrando a ação fundadora imposta por Sócrates ao descobrir um novo tipo de reflexão, a filosofia política, segundo a qual a natureza do homem e da sociedade, vale dizer, a ideia de justiça, converter-se-iam em mais importantes que o estudo dos fenômenos da natureza (L. Strauss)³⁸. Ignoro até que ponto manter esses tópicos e lugares ou, pelo contrário, tratá-los como se fossem erros metodológicos que levam a afirmar o seu contraditório, faz algum sentido e algum favor à teoria democrática e ao possível diálogo entre a democracia antiga e a democracia moderna. Uma coisa é segura: faz-se peremptório e necessário repensar todas as nossas categorias de análise e conceitos de síntese com o objetivo de reabilitar o pensamento antigo e a teoria política grega na sua justa medida e nas suas reverberações atualizadas.

Pois bem, escasso é o que com baseamento textual e reinterpretativo poderá ser dito se não admitirmos a necessidade de uma completa reconstituição do pensamento político-social e da teoria política gregas, ensejando a democracia ateniense à altura de sua época e herança clássica. A tradição clássica e a democracia grega demandam o forjamento

de uma tese e um cânone de interpretação historiográfica e teórico-política. Atenas proporciona esse cânone; a nós resta fornecer a tese. Vamos redigi-la no condicional: de haver uma teoria política grega da democracia, a mesma deve: (a) rastrear-se na gênese originária da pólis como formação comunitária da antiguidade arcaica e na sua evolução do ponto de vista da ordem sociopolítica da comunidade aristocrática; (b) situar-se na complementar evolução da democracia na Atenas clássica do último terço do século V a.C. (que se interrompe e reinicia com o a capitulação de Atenas na guerra do Peloponeso no 404 a.C. e a restauração da democracia por Trasíbulo em 403 a.C.) e no século IV a.C. até o helenismo (finalizando no lapso entre a batalha de Queroneia em 338 a.C. e a morte de Alexandre em 323 a.C.); (c) em correspondência com a irrupção e o desenvolvimento de um movimento intelectual que remonta às raízes políticas do pensamento pré-socrático e atinge seu patamar mais alto de elaboração e sofisticação com a atividade de ensino e didática da sofística humanista e o projeto educador-pedagógico empreendido pela filosofia e a ciência política, tendo em Sócrates e seu legado o salto de continuidade entre a primeira e a segunda etapas antigas de formulação da teoria política da democracia.

Da sofística dos anos 400 a.C. pode observar-se que representou, *ex post*, uma corrente particular heterogênea, amálgama de um núcleo ideológico comum. Profissionais itinerantes e *experts* em retórica e oratória, “mestres de cultura [...] dos jovens burgueses que lhes pagam seu ensino” (Mondolfo, 2002, p. 22), não se mantiveram alheios ao pensamento denso e à meditada reflexão. Eram, em parte, tributários do problema da responsabilidade moral e do destino huma-

38 Cf. Sabine (1992, esp. p. 29-37) e Strauss e Cropsey (2004, esp. p. 13-17).

no, que ressoava no mito cósmico e na poesia épica e lírica que os órficos haviam ocultado detrás das almas e do eterno ciclo da transmigração. E, certamente, mais deviam ao fresco acento humano das sentenças e máximas dos Sete Sábios e os poetas gnômicos que, como no caso dúbio de Sólon, criaram as condições possíveis ao abandono do naturalismo e a asunção explícita da problemática humana da justiça, que, com boa dose de pessimismo, pregava o reconhecimento dos limites e exigia medidas na conduta e equilíbrio social. Determinados fatores históricos, e tal papel cumpriram os contatos mais frequentes da cultura grega com outros povos e cidades, propiciaram essa filosofia da palavra democrática e o leque de problemas que ela elencou. Uma vez amadurecida a visão clássica do mundo, ainda em coincidência cronológica e dialógica com as vertentes pré-socráticas pluralistas e atomistas, a tensão entre os três fundamentos e meios de expressão da justiça: a crença, o costume e a norma escrita, diagramou sua própria antinomia, que os sofistas traduziram na funda dicotomia do que é por natureza (*phýsis*) e do que é por lei ou convenção (*nómos*). A polêmica em si não trazia especial novidade e remitia a categorias antiguíssimas, mas surpreende pelas reações várias que provocou. Assim, alguns aclamaram o domínio das convenções artificiais advindas do progresso humano (Protágoras) ou de um realismo pragmático, amparado na conveniência do poder estabelecido (Trasímaco), enquanto outros aclamaram a volta à natureza, que confere ao egoísmo do mais forte (Cálicles) ou ao egoísmo hedonista, esclarecido e fraterno, que transcende as diferenças entre etnias ou agrupamentos (Antifonte e, intuindo uma

igualdade universal humana, talvez Hípias), a prevalência no intento por precisar um critério, rígido ou maleável, de legalidade e moral (Cf. Guthrie, 1994, esp. p. 64-150)³⁹.

Nesse fresco matizado, Protágoras de Abdera (480-410 a.C.) patenteou sua doutrina do homem como medida de todas as coisas – do ser das coisas que são e do ser das que não são (Cf. Teeteto, 151e-152a)⁴⁰ – dando forma à premissa relativista de que, ao impor um viés cético nas sensações e nos registros de percepção (*aisthesis*), converteu a opinião e as instituições democráticas em pedra angular da cidadania média e da sociologia da cidade. Mora nelas o homem medíocre que também palpita sobre a democracia, que nem sempre a pratica honestamente, mas obedece às leis publicadas e respeita a norma de moderação restritiva que estas lhe oferecem como parâmetro. Maior será a distância a respeito de um padrão absoluto de verdade e justiça que se tece com Górgias de Leontinos (484-375 a.C.), que asseverou a nada – e verbalizou a incognoscibilidade das coisas, se algo existisse, ou sua incomunicabilidade, se algo fosse possível apreender (B 3 e 3bis [= Diels-Kranz 76]). O sujeito da democracia vira, por nova implicação sociológica, indivíduo desembaraçado e liberado das ataduras da convivência e da adequação à norma comunitária, depois de destroçar a unidade eleática que integravam o ser, o pensamento e o discurso pela ação corrosiva de um *lógos* homologado ao poder soberano da palavra nua, mero produtor dos efeitos de persuasão que se multiplicam nas verdades da aparência. Entende-se, agora, como uma consciência individualizada num homem chamado Sócrates podia, tão-somente fazendo confissão de

39 Para uma distinta classificação interpretativa, ver Mondolfo (2002, p. 23 e 24).

40 Em Platão (2008, *Diálogos...*); e também Sexto Empírico, *Contra los matemáticos*, VII, 60, *apud* Fr. B 1 [= Diels-Kranz 74], em Bellido (1996b, *Sofistas...*, p. 115-118). (Todas as citações dos sofistas pertencem a esta edição.)

fé da sua ignorância, examiná-lo todo a partir dela mesma, de modo a por tudo em questão.

Ainda com maior razão, entende-se por que a crise de subjetividade colocada de relevo pelo exame e a maiêutica interpelante e refutatória de Sócrates (469-399 a.C.), quem, em sua doutrina do bem e da virtude, havia se defrontado com o fértil terreno preparado pela moderação protagórica e, em conexão mais direta, pela prédica do esforço e do trabalho usualmente adscrita a Antifonte e Pródicos⁴¹, precisava, contudo, de uma aparição excepcional. Um sofista que combateu a sofística, seus métodos e seus conteúdos de ensino, capaz de cortar o nervo das certezas espirituais e políticas num clima crepuscular de *risorgimento*, pagou cara essa ousadia com a vida. Sócrates havia de morrer, porque a democracia não podia ser persuadida. Nessa encruzilhada instalou-se a biografia do filósofo na pólis ou, para ser mais preciso, do Sócrates categorizado como filósofo e explorador de universais morais, carregando a seus concidadãos com o ônus da insuportável ignorância ética e da irresistível compulsão de uma virtude sinônima de conhecimento autêntico, captora da natureza do bem e, em consequente paradoxo, realizadora de uma ação voluntária que haverá de ser necessariamente boa. (A postulação era, por sinal, negativa, já que “Ninguém faz o mal a sabendas”.)

Supérfluo parece, por conseguinte, pretender sopesar a difusão de Sócrates nas filosofias sucessoras que, na situação imediata, não tinham modo de se subtrair ao seu influxo. Anote-se, de passagem, que ele simbolizou a crise da individuação e internalização do sujeito na comunidade, como tal aceita pelos megáricos, idealizadores da *erística* ou arte da controvérsia sutil, os cirenaicos, defen-

sores do critério sensitivo do prazer (*hedoné*), os cínicos e sua fuga dos assuntos públicos por meio de um naturalismo regressivo, ascético e humanitário e, claro está, os platônicos, inclusive depois de Platão e passando pela antiga e a nova Academia⁴². A desapareição do Sócrates histórico, com sua carga de ambiguidade diante da democracia, questionada em seus pressupostos gnosiológicos e éticos e em suas práticas efetivas, ao passo que respeitada em nome do compromisso cívico com a lei da pólis e com a sentença do tribunal que o condenaria (Cf. Balot, 2006, p. 113-120), revela a perda de vigor do humanismo ateniense e, em sincronia, o terceiro e último corte ontológico que, à falta de um apelativo melhor, se conhece como período metafísico ou dos sistemas filosóficos. Mesmo tolerando a impropriedade das designações, o ideário de Sócrates prolonga-se, indeterminável, no Sócrates personificado na porção maior dos diálogos de Platão de Atenas (428-347 a.C.). Discípulo daquele desde os vinte anos (contam que, antes, havia-o sido de Crátilo), o gênio místico e total de Platão concebeu uma filosofia completa, síntese de uma teoria do conhecimento e do ser, deduzida da abertura socrática às definições e essências universais. Nessa única ordem de realidade inteligível unificou e multiplicou a Ideia e as Formas, a ideia do Bem ou do Belo como paradigma daquelas qualidades independentes que são imitadas e das que participam os múltiplos e contraditórios fenômenos sensíveis, cópias irremissivelmente imperfeitas e corruptíveis das entidades reais. Em política, o modelo eidético transformou o conhecimento (*epistémé*), de natureza verdadeira e contraposta à opinião (*dóxa*), em orientação do comportamento em sintonia com as normas racionais

41 Cf. Mondolfo (s/d, p. 499, *La comprensión del sujeto...*).

42 Para Platão e os dois períodos acadêmicos, ver Brun (1992b, p. 29-38).

da organização política e da constituição. Seja no governo dos filósofos-reis custodiado pelos guardiões e auxiliares, seja no plano de legislação terrena supervisionado por um conselho noturno e secreto, o império da razão expandiu-se à totalidade das relações sociais a título de saber experto e absoluto, garantindo, com a ascensão dialética do filósofo até o princípio absoluto, o primado arquetípico da justiça, segundo a qual se distribuem os lugares, as classes e as funções da comunidade determinados pelas capacidades naturais de cada um.

A âncora dessa arquitetura política, que se aplica à modelação da pólis tendo como imaginário a arcaica comunidade de castas e o ainda atraente regime de vida espartano, ambos recriados numa comunidade de sentimentos onde as duas classes superiores não de possuir em comum mulheres, filhos e bens, encontra-se na execução de um vasto e seletivo programa de educação. A educação é mando racional e, portanto, unidade, harmonia sem divisão nem conflito e detecção e preparação dos melhores que, ao longo das etapas formativas, devem ser guiados e conscientizados com vistas a recuperar, pela trilha interior da reminiscência e admitida a dualidade de corpo e espírito, o conhecer que provém da afinidade da alma com as ideias e a contemplação das ideias em e por si⁴³. Para os sábios que têm

como destinatários de seu bom governo ao vulgo e às classes camponesas, comerciantes e artesãs, isto é, na ótica de uma monarquia aristocrática que se mostra reta e superior à democracia licenciosa e apaixonada, híbrida pelo vulgo e à mercê dos sofistas e demagogos (que, sem embargo, acabará sendo, para o Platão mais velho, o menos ruim dos regimes degenerados), valem igual o mito como ferramenta de persuasão e a utilização da mentira em razão da finalidade ética do Estado; e, para a felicidade do todo dentro do qual cada parte desfruta da felicidade em função do grau de participação epistêmica que lhe compete, não menos vale o relato mítico-filosófico de nome hebreu e remissão homérica, órfica e pitagórica que conta das recompensas e castigos que nos esperam nesse além após a morte, sob os movimentos circulares do cosmos que acompanham o peregrinar dos justos e injustos na eterna transmigração da alma imortal.

Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.), discípulo de Platão por vinte anos, terminou expressando, no topo da sua evolução intelectual, um estilo de pensamento contrário e, no extremo, uma atitude completamente discordante perante o mundo natural e a realidade substancial. Esse perfil filosófico acentuado, detectável no temperamento empirista dos tratados⁴⁴, verificou-se na assunção de que, ao

43 Tem de salientar que a filosofia de Platão não é, do ponto de vista genético, estática (Guthrie, 2004, p. 24). Sua veia socrática, a teoria das ideias e suas noções e conceitos marcham por etapas cujo ponto de amadurecimento pode ser defendido tomando os principais diálogos intermédios, a saber, *Ménon*, *Fédon*, *República* e *Banquete*, aos que pode se acrescentar o último escrito do filósofo, o longo diálogo político intitulado *Leis*.

44 O enfoque genético ou evolutivo se emprega, em Aristóteles, com mais tino e propriedade, embora não a salvo de incisivas críticas; ver Jaeger (2002). O trabalho filológico de Jaeger, que data de 1923, revolucionou os estudos aristotélicos e ocasionou uma série de reações posteriores que se resumiram no enfoque unitário e na leitura sistemática do *corpus aristotelicum*: concentrado na análise interna das fontes aristotélicas da *phronesis* ou prudência, considerada um nó problemático fundamental; ver Aubenque (2003, esp. p. 32-55). Mas a cronologia dos escritos de Aristóteles – tanto dos diálogos destinados à publicidade do período acadêmico como dos tratados de circulação interna do Liceu – permanece, até certo ponto, sem resolver: o que autoriza a interessante conjectura de Guthrie (2004, p. 24-25), segundo a qual “[Aristóteles] sentiu uma grande admiração por seu colega do Norte, Demócrito, e explica-se perfeitamente que, se não tivesse sido por Platão, a doutrina atômica do mundo, como um conglomerado de partículas não sujeito a plano algum, tivesse podido experimentar um notável desenvolvimento em seu cérebro agudo e científico”. A influência platônica da forma foi, ao parecer, mais poderosa e envolvente.

invés da Forma ou Ideia platônica, a forma devia buscar-se e extrair-se das entidades físicas existentes, dotadas de legítima consistência e confiabilidade, no sentido de um composto de forma e matéria – no qual a forma (*eidos*) configura e outorga especificidade à matéria (*hylē*), que é primeira e pura, potência e privação, mas, dada a primazia do individual, é substrato individualizado e informado em ato. As coisas apresentam-se aos sentidos na experiência sensível em toda sua multiplicidade, sendo, enquanto particulares, objetos de indução e generalização mediante a abstração de suas qualidades comuns e, desse modo, separáveis conceitualmente pelo pensamento, para ser logo distribuídas numa hierarquia natural ordenada de classificação e definição a partir do gênero e da diferença específica – o que coloca uma substância particular no conjunto de indivíduos semelhantes da mesma classe, da espécie inferior à espécie superior. Por isso, a abstração da forma equivale à definição da essência, a fórmula do universal que, se queremos satisfazer nosso desejo natural de conhecimento, reaparece na figura lógica do silogismo dedutivo, a demonstração cujas premissas menor e maior e cuja conclusão mostram, provam e enunciam a causa (*aitia* ou *aition*). À causa e à essência se acessa progredindo pelos graus do conhecimento, já que das sensações surge a intuição do universal a partir dos singulares concretos e, nessa intuição que segue ao acúmulo de experiências que se guardam na memória, estriba a percepção dos primeiros princípios da ciência ou dos princípios respectivos a cada ciência, fazendo com que a realidade e cada setor dela se sujeitem ao esquema quádruplo de causalidade que serve para explicitar a causa eficiente ou motriz, a causa material, a causa formal e, identificada com esta, a causa final. Tem-se, aqui comprimida, a teleologia natural dos seres do mundo sublunar e físico que, em imitação e máxima distância em relação ao motor imóvel, que é ato e pensamento puros,

realizam a passagem da potência ao ato, cumprindo seu desenvolvimento natural. A natureza é, portanto, fim (*télos*), princípio interno de movimento constante, regular mas passível de falhas, tendente à geração e atualização da forma imanente e à perfeição da alma dos seres vivos, em conformidade com a *scala* da vida vegetativa, sensitiva e racional.

Nessa cosmologia física que vai além da física, dependente de um moderno sentido de *phýsis* que, nos pré-socráticos, aparecia subordinado ao sentido primário de constituição material do mundo, insere-se a ciência prática ou, mais precisamente, as disciplinas ética e política integradas num mesmo campo de investigação, o da filosofia das coisas humanas (*anthrópeia philosophía*). Da ciência prática está ausente a exatidão do geômetra; devemos conformarmo-nos, nesse campo, com aproximações gerais, retiradas da dialética dos argumentos e da plausibilidade e verossimilitude cedidas às *éndoxxa*, admitindo, de um lado, a opinião qualificada dos sábios e, de outro e com igual consideração, a opinião comum do homem corrente. Esses dois tipos de opiniões tem de convergir com os fatos e com a estrutura da ação (práxis), unindo o conhecimento a um saber agir, que pode ser formalizado no silogismo prático. Em qualquer caso, toda ação tende sempre a um fim, e o fim e bem supremo do homem é a felicidade (*eudaimonía*), compreendida como atividade da alma de acordo com a virtude (*areté*), que não é outra que a vida de razão (*lógos*). Agora bem, a virtude, em consonância com as partes racional e irracional da alma, divide-se em duas classes: as virtudes dianoéticas, nas que a inteligência determina a reta razão ou razão verdadeira, e as éticas, relativas ao caráter e aos costumes (*éthos*), mas também referidas aos prazeres e dores que brotam de toda paixão e emoção, ao serem movidos pelos apetites e desejos da parte irracional da alma humana. A virtu-

de ética concebe-se, então, como teoria da ação e eleição do melhor modo de vida para o homem, entendida assim como modo de ser permanente e estável, regado pela moderação de um termo médio que é relativo a nós e especificado pelo intelecto prático do homem prudente (*phrónimos*), quer dizer, de quem está capacitado para decidir com base na experiência e na deliberação reta e prática que define a virtude da prudência (*phrónesis*). Delibera-se, sempre, sobre aquilo que pode ser de outra maneira, está em nosso poder e é realizável; em uma expressão pronta e sumária, sobre o contingente.

Se há contingência, se a natureza dá cabimento à variabilidade e mutabilidade das coisas humanas, então há política, espaço e tempo coletivos de deliberação (*boúleusis*), em que se ativam a ação e participação do cidadão que, na constituição democrática, concretizam-se na assembleia do povo e nos tribunais populares. Esse fundamento democrático só pode ser abastecido pela pólis, a comunidade política superior, que visa ao bem supremo, e compreende as comunidades naturais menores, e se gera e desenvolve até a autarquia, partindo da família e da escravidão, para paliar as necessidades da vida, mas existindo para viver bem (*eú zén*), em procura da vida feliz e boa. A pólis existe por natureza; e o homem, por natureza, é um *z ion politikón*, um ser político distinguido pelo *lógos* que comporta um sentido moral, capacitando-o para viver na cidade, porque somente nela pode o homem desenvolver todas suas potencialidades e faculdades, priorizando o todo que compõe e desempenhando, ele próprio e no grupo, as funções não políticas e políticas que, dentro e fora da casa ou *oikos*, são-lhe economicamente alocadas. Por tudo isso, a pólis analisa-se, em sua unidade, como um *pléthos*, uma pluralidade feita de partes funcionais e setores sociais diversos, de elemen-

tos materiais necessários e elementos definidores fundamentais, cujo ser é preservado pela mesma constituição, a forma política particular escolhida como modo de vida por aqueles que a instituem. A constituição ou regime político, uma ordem de justiça que organiza as principais instituições e magistraturas, denota a parte governante da cidade, isto é, a classe ou segmento de classe que está no poder e impõe os contornos da cidadania. Munido da sua teoria política da constituição e o cidadão, a preocupação de Aristóteles é, no entanto, mais urgente: a *aspháleia* ou segurança dos regimes, a mudança constitucional que marca o tempo de instabilidade e crise das *póleis* e divide a Grécia. O problema da *stásis* reverte, no final das contas, na aporia da constituição e, teoricamente, numa questão de filosofia política: quem deve governar e com qual justiça. Como cada grupo ou partido (os ricos e os pobres, e as várias subclasses de cada estrato) propugna determinado argumento de poder, advogando um critério de igualdade relativo a ele e selecionando o mérito ou valor que mais se ajusta à sua condição, a disputa verbal e o conflito brotam e se disseminam por todo o corpo político. Em certo sentido, todas as partes alegam razões legítimas; mas, num sentido absoluto, a razão está com aquela pólis e aqueles políticos e legisladores que, destacados por sua sabedoria prática (*phrónesis*), mostram-se aptos para liderar a comunidade de cidadãos e conduzir as deliberações conjuntas. Sem tornar explícita a solução à aporia do *arkhé* – o princípio de autoridade ou mando que vigora entre homens livres, semelhantes e iguais, que se revezam no exercício do governo e dos cargos –, revisitando as formas tipificadas e diversificadas em espécies de monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia e democracia, Aristóteles ementa uma democracia reta, mescla de democracia e

oligarquia⁴⁵, na qual imperam o governo da lei, a classe média em seu rol moderador e a virtude intermediária ao alcance da maioria, e à qual chama, de forma genérica, *politéia* – uma constituição *qua* regime particular. E, quando tem de pintar aquele regime construído e inspirado nos nossos desejos, nas melhores condições imagináveis possíveis, calará omissivo o nome do tipo, porém detalhando uma comunidade de cidadãos unidos pela amizade na prática da virtude e em identidade perfeita com o bem comum, que é e será o bem de cada um, sustentada na educação e nas leis de uma pólis que, agônica de modo inconfessável, apaga-se no horizonte da confederação impossível e do impostergável império⁴⁶.

Tinha transcorrido mais de uma década de dominação da Grécia pela Macedônia, quando o projeto pan-helenístico e de fusão oriental de Alexandre já estava em andamento. Seu súbito falecimento em 323 a.C. interrompeu a política imperial macedônica e desagregou as conquistas, ocasionando a luta sucessória entre os diádocos e, quase cinquenta anos depois, a divisão característica dos reinos helenísticos. No ano de 322 a.C., havendo saído de uma Atenas acirrada pelo sentimento antimacedônico, morria Aristóteles, o meteco macedônio de Atenas, em Cálcis de Eubeia, pátria de sua mãe. Conclui com ele o longo período ontológico da filo-

sófia grega, pondo fim ao breviário metódico que tem sido adaptado a este recorrido de filosofia e política. O período posterior, rotulado de eudemonológico, inclui a filosofia helenística e romana e seus três momentos consecutivos de luta de escolas, ecletismo e neoplatonismo. Os sujeitos de referência não serão mais a pólis e o cidadão, senão o império e o indivíduo, na significação figurada e simultânea de uma cosmópolis e uma micrópolis. A reflexão tampouco se localizará mais na Grécia nem fará ninho em Atenas, viajando às cidades de Pérgamo, Antioquia, Rodas e Alexandria. De uma parte, confirmar-se-á o progresso e a separação das ciências particulares (matemática, astronomia, geografia, ciências naturais, medicina etc.) e, de outra, o recolhimento da especulação para o interior do indivíduo, fechada na consecução da sua felicidade e no ideal ou regra de vida do sábio, perfeita e quieta de toda agitação externa. As filosofias pós-aristotélicas⁴⁷ que, com toda naturalidade, remeter-se-ão às quatro concepções fundantes da mentalidade filosófica grega: o epicurismo, recuperando o mecanicismo atomista; o estoicismo, com apelo à dinâmica imanente e eventualmente panteísta; o ceticismo, que retomará a crítica relativista e a polêmica argumentativa dos sofistas; o ecletismo, e sua conciliação das tendências predecessoras sob influência da crítica cética; e, finalmente, o neoplaton-

45 O referente político da prudência é, pois, Péricles (e outros como ele); distintamente, a remissão histórica a um arranjo constitucional equilibrado, lavrado por um legislador saído da classe média e sábio em assuntos práticos, relembra a Sólon, Licurgo e Carondas. Cf., nos respectivos casos, *EN* 1140b7-8 e *Pol.* 1296a19-21 (Aristóteles, 2002; 1997).

46 Eferivamente, o falecimento de Aristóteles no ano posterior à morte de Alexandre e a imediata seqüela causada pela dispersão do império macedônico encerram o período clássico de Atenas e de sua filosofia.

47 O Liceu aristotélico e, correspondentemente, a escola peripatética ingressa, logo após Teofrasto, o sucessor e principal discípulo de Aristóteles e criador da doxografia, numa obscuridade paulatina. Apenas é possível destacar, junto àquele, seu sucessor, Estratão de Lâmpsaco, sabendo que após este o Liceu deverá enfrentar infortúnios e desgraças. Distinta sorte correrá o aristotelismo como tal. Para o Liceu após Aristóteles, ver Brun (1992a, p. 36-39); sobre o aristotelismo, ver Brun (1992a, cap. II) e, sobretudo, Calvo Martínez (1988, p. 69-80).

nismo, pela expressiva via da emanção de Deus às coisas inferiores e à preservação do dualismo da matéria. Essas escolas e a consciência religiosa que conduzirão à vitória do cristianismo experimentarão, em concreto, outra história e outro movimento.

Tendo escrutinado o caminho ou, melhor dizendo, o caminho plural, os *métodos*, que estimo plausíveis para efeitos de uma reconstrução que use, em composição adequada e apropriada, a análise e crítica interna dos textos, ao mesmo tempo que retém e obtém o sistema de referências objetivo das fontes (testemunhas, fragmentos ou obras completas e incompletas), poderia ser sintetizado com clareza o cânone histórico e intelectual da teoria política grega da democracia na época clássica. Tenta-se compor, dessa maneira, uma interpretação que reúna, em uma argumentação plausível, a especificidade filológica do comentário exegético e as condições lógicas e de possibilidade extraídas da aplicação externa de princípios ou pressupostos, teorias e conceitos hermenêuticos trazidos de outras formas do pensamento filosófico-político e imbuídos de nossa atual contemporaneidade. Um ulterior aproveitamento aproximativo poderia

consistir, no terceiro nível reconstrutivo, em teorizar e reinterpretar dentro de uma tradição recomposta por aqueles usos filológicos e hermenêuticos⁴⁸. Seria imprescindível que semelhante reconstrução fosse, além de histórica e intelectual, basicamente conceitual e teórica. Esse foi, como espero tenha ficado evidente, o enfoque bibliográfico, historiográfico e teórico-metodológico esboçado nestas páginas. Em sua feição eminente, tratou-se de um esmero de demarcação epistêmico que não fugiu do cético e duvidoso afã de justificar um campo de estudo e investigação. Tal campo é, por si só, tão universal quanto particular, tão singular quanto geral, lido com a intenção de começar a incursionar por uma interpretação que se some às incessantes e inacabadas interpretações dos clássicos e autores da Grécia antiga. Interessa, sobretudo, a teoria política grega da democracia que floresceu em Atenas durante a maior parte do período clássico, pelas razões e argumentos que tenho proporcionado até o momento. Holmes, em algum ponto, não se enganava, se entendermos seu asserto com uma intuição que contradiz à dele: os antigos gregos, o mundo grego clássico, não nos brinda nada, a não ser alguns mistérios e perduráveis textos; ora os modernos, e a matriz ocidental em seu primordial acervo de categorias e conceitos, têm para com a

48 Toda exegese, quer dizer, toda leitura pela qual se tente captar o significado de um texto posto em relação com sua objetividade e seus contextos de origem e circulação, assim como de recepção, atrela-se a uma hermenêutica, isto é, à compreensão e apropriação de um texto convertida em interpretação filosófica da realidade em seu vínculo com a reelaboração feita pelo leitor e a aplicação do significado a suas circunstâncias e problemáticas de vida. Muito tem a ver essa complementaridade, que vai além de um exclusivo método de interpretação, com o renascer da filosofia prática alemã de cunho aristotélico; ver Berti (1997, esp. p. 248 e ss.). As metodologias, recepções e apropriações oscilam de acordo com as modalidades disciplinares, e as motivações, como mostra a seguinte e provisória ordenação de exemplos e referências: (a) as histórias da filosofia antiga (Cassin, 1992); (b) os estudos de uma tradição (Roberts, 1994); (c) as comparações entre passado e presente (Finley, 1988; Ober e Hedrick, 1995); (d) as intervenções pensantes nos problemas e dilemas contemporâneos e nacionais (Euben, Wallach e Ober, 1994). Algo desses empreendimentos corre por trás da edição comemorativa dos 2500 anos da democracia ateniense publicada, em 1993, pela *Political Science and Politics* (Grofman, 1993), e que contém, entre outros, artigos de Sheldon S. Wolin, J. P. Euben, J. Ober e Arlene W. Saxonhouse.

antiguidade clássica grega a responsabilidade imanente à sua recriação, como autores que, geração após geração, moldaram e inventaram os seus precursores. Conservamos inovando na tradição, espelhando uma compreensão e uma sensibilidade que, como se viu, era patrimônio fértil do pensamento grego antigo e reapareceu, em e por nós, admirada e truncada.

O déficit de compreensão e sensibilidade é particularmente agudo no campo da teoria política, tomada em sua acepção sistemática, assim como também no pensamento político e social contemporâneo, na sua acepção inclusiva de doutrinas, ideias e proposições com significação sociopolítica. Aquela frase de Williams ecoa, por este discorrer definitivo, numa ressignificação mais próxima e concisa, que retiramos do prelúdio de Edith Hall a seu *Inventing de Barbarian*: “Cada era encontra no estudo do mundo antigo um contexto no qual expressar suas próprias preocupações” (*apud* Rhodes, 2003, p. 94, nota 20)⁴⁹. Pois assim como se fala em caminhos e métodos e reflexões, fala-se parelhamente em usos. E os usos decolam da recepção e da apropriação, dos comentários de comentários e interpretações acumuladas, posto que toda recepção de um clássico comporta, em maior ou menor razão, uma (ou uma classe) de estratégias de apropriação filológica, historiográfica e filosófica. Esse é o *modus* flexível e renovado de ler os clássicos e os pensadores gregos nas ciências sociais que, só para mencionar duas especialidades disciplinares, na ciência política e na sociologia possibilitaria a restituição e avaliação constantes da tradição clássica⁵⁰.

Hei de confessar que, pese a tudo, esta perseverança é quimérica e conjectural: per-

sigo o que, na realidade, nunca existiu, embora possa ter existido e sobre existência *a posteriori* em virtude de uma reelaboração da teoria da democracia na Atenas clássica. Identificar a condições lógicas e de possibilidade, revistas como os requisitos intelectuais prévios e a situação e a posição históricas e culturais na pólis, implica recortar a propriedade e relevância das representações de autores que, em correspondência e ritmo diferenciado com a evolução da pólis na Grécia e da democracia em Atenas, foram partícipes e produziram um movimento crítico, justificador e reflexivo que, correlativamente, tomou a pólis e a democracia atenienses como tema denominador do pensamento político e social da época. Em prol da reconstrução de uma teoria especificamente política da democracia ateniense e grega, torna-se essencial acometer, no seio desse movimento intelectual e reflexivo, o estudo global e partilhado de suas duas correntes principais, selecionando nelas os autores contrapostos e representativos: a sofística em Protágoras e Górgias, e a filosofia de Platão e Aristóteles.

Não há texto nem autor que, mesmo consciente de suas intenções, tenha um propósito deliberado, velado ou manifesto, que não lhe seja estranho. Recorrer as linhas argumentativas e discursivas desses pensadores e filósofos, recompor os modos de pensamento ou filosofia pelos quais aquelas se reproduziram, redescobrir nos predecessores, coetâneos e sucessores as genealogias e os desdobramentos dessas mesmas linhas, solicita a reconstrução de um corpo sistemático de ideias, doutrinas e argumentos de modo rigoroso, coerente e consistente dentro dos limites de uma reflexão consciente que, em

49 Rhodes (2003, p. 15) cita Hall em aberto rechaço do tipo de abordagem subjetivista que estaria latente no excerto.

50 Ver, a título de exemplo, um recente texto de Philip Schmitter (s/d), que volta a Aristóteles para refletir sobre os microfundamentos da ciência política e a imprecisão que é conatural aos assuntos humanos.

seu desenvolvimento, conteúdos e formas diversas, não foi uma unidade homogênea, senão um sentido de unidade que buscava e que lhe era dada em um mesmo campo, no tempo e espaço. Demarcar a teoria po-

lítica grega da democracia como campo. A democracia ateniense em seu tempo. A pólis e seu espaço. Uma ampliação dos caminhos, pendentes de ser ampliados. Ainda estamos (re)começando.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicolás (1964). *Historia de la filosofía*. 2. Ed. t. I Barcelona: Montaner y Simón.
- ALMOND, Gabriel (1996). "Political science: the history of the discipline". In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press. p. 42-83.
- ARISTÓTELES (2002). *Ética a Nicómaco [EN]*. 8. ed. Trad. María Araujo y Julián Marías. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- _____. (1997). *Política [Pol.]*. 2. ed. Trad. Julián Marías e María Araújo. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. (Edição bilíngue).
- ALMOND, Gabriel (1996). "Political science: the history of the discipline". GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press. p. 42-83.
- AUBENQUE, Pierre (2003). *A prudência em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial.
- BALOT, Ryan K. (2006). *Greek political thought*. Malden: Blackwell.
- BARNES, Jonathan (2003). *Filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- BERTI, Enrico (1997). *Aristóteles no século XX*. São Paulo: Edições Loyola.
- BOBBIO, Norberto (1994a). "Ciência política". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Diccionario de política*. 8. ed. México: Siglo Veintiuno.
- _____. (1994b). "Política". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Diccionario de política*. 8. ed. México: Siglo Veintiuno. p. 1215-1225.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1994). *Diccionario de política*. 8. ed. México: Siglo Veintiuno.
- BORGES, Jorge Luis. (2010). "Sobre los clásicos". In: *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Emecé. p. 159-161. (Obras Completas, v. 2).
- _____. (2010). "Del rigor en la ciência". In: *El hacedor*. Buenos Aires: Emecé. (Obras Completas, v. 2).
- _____. (2011). "Veit Valentin. WELTGESCHICHTE, Albert de Lange". In: *Borges en Sur (1931-1980)*. Buenos Aires: Sudamericana.
- BRUN, Jean (1992a). *Aristóteles y el Liceo*. Barcelona: Paidós.
- _____. (1992b). *Platón y la Academia*. Barcelona: Paidós.
- CALVINO, Italo (2007). *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- CALVO MARTÍNEZ, Tomás (1988). "Introducción general". In: Aristóteles, *acerca del alma*. Madrid: Gredos. p. 7-94.
- CARTLEDGE, Paul (2010). "Greek political thought: the historical context". In: ROWE, Christopher; SCHOFIELD, Malcolm (eds.). *The Cambridge history of Greek and Roman political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge. p. 11-22.
- CASSIN, Barbara (ed.) (1992). *Nos Grecs et leurs modernes. Les stratégies contemporaines d'appropriation de l'antiquité*. Paris: Éditions du Seuil.
- CORDERO, Néstor (1977). "La dinámica de la polis en Heráclito". *Cuadernos de Filosofía*, UBA, v. XVII, n. 26-27, p. 15-25.
- CORNAVACA, Ramón (2008). *Filósofos presocráticos. Fragmentos I*. Buenos Aires: Losada. (Edição bilingüe).
- _____. (2009). *Filósofos presocráticos. Fragmentos II*. Buenos Aires: Losada. (Edição bilingüe).
- COULANGES, Foustel de (2001). *La ciudad antigua*. 7. ed. Madrid: Edaf.
- D'ENTREVES, Alessandro Passerin (1994). "Filosofía política". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Diccionario de política*. 8. ed. México: Siglo Veintiuno. p. 648-657.
- DIELS, Hermann (1903). *Die Fragmente der Vorsokratiker. Griechisch und Deutsch*. Berlin: Wiedmanns.
- DRYZEK, John S.; HONIG; Bonnie; PHILLIPS, Anne (eds.) (2006). *The Oxford handbook of political theory*. Oxford: Oxford University Press.
- ESPÓSITO, Roberto (2006). *Categorías de lo impolítico*. Buenos Aires: Katz.
- EUBEN, J. Peter; WALLACH John R.; OBER, Josiah (eds.) (1994). *Athenian political thought and the reconstruction of American democracy*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- FARRAR, Cynthia (2008 [1988]). *The origins of democratic thinking. The invention of politics in classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FINLEY, Moses I. (1988). *Democracia antigua e moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- FLACELIÈRE, Robert (1959). *La vida cotidiana en Grecia en el siglo de Pericles*. Buenos Aires: Hachette.
- GROFMAN, Bernard (1993). "Lessons of Athenian Democracy: Editor's Introduction". *PS – Political Science and Politics*, v. 26, n. 3, p. 471-474.
- GUTHRIE, W. K. C. (2004). *Historia de la filosofía griega I. Los primeros presocráticos y los pitagóricos*, Madrid: Gredos.
- _____. (1994). *Historia de la filosofía griega III. Siglo V. Ilustración*. Madrid: Gredos.
- GUTHRIE, W. K. C. (2000). *Los filósofos griegos*, 2. ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- HANSEN, Mogens Herman (1993). *La démocratie athénienne à l'époque de Démosthène: structure, principes e idéologie*. Paris: Les Belles Lettres,.
- _____. (1989). *The Athenian democracy in the Age of Demosthenes*. Structure, principles, and ideology. Oxford: Basil Blackwell.
- HAVELOCK, Eric A. (1957). *The liberal temper in Greek politics*, New Haven: Yale University Press.

- HOLMES, Stephen T. (1979). "Aristippus in and out of Athens", *The American Political Science Review*, v. 73, n. 1, p. 113-128.
- JAEGER, Werner (1967). *Paideia: los ideales de la cultura griega*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- _____. (2002). *Aristóteles. Bases para la historia de su desarrollo intelectual*, México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- KIRK, C. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. (1987). *Los filósofos presocráticos. Historia crítica con selección de textos*. Madrid: Gredos.
- KRAUT, Richard (2002). *Aristotle. Political Philosophy*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- MELERO BELLIDO, Antonio (1996a). *Sofistas. Testimonios y fragmentos*. Madrid: Gredos.
- _____. (1996b). "Introducción". In: *Sofistas. Testimonios y fragmentos*. Madrid: Gredos. p. 7-67.
- MONDOLFO, Rodolfo (2002). *Breve historia del pensamiento antiguo*. Buenos Aires: Losada.
- _____. (s/d). *La comprensión del sujeto humano en la cultura antigua*. Buenos Aires: Imán.
- OBER, Josiah (1999a). "Introduction: Athenian democracy and the history of ideologies". In: *The Athenian revolution. Essays on ancient Greek democracy and political theory*. Princeton: Princeton University Press. p. 5-12.
- _____. (1999b). "Models and paradigms in ancient history". In: *The Athenian revolution. Essays on ancient Greek democracy and political theory*. Princeton: Princeton University Press. p. 13-17.
- _____. (2002). *Political dissent in democratic Athens. Intellectual critics of popular rule*, Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- _____. (1999c). *The Athenian revolution. Essays on ancient Greek democracy and political theory*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1999d). "The nature of the Athenian democracy". In: *The Athenian revolution. Essays on ancient Greek democracy and political theory*. Princeton: Princeton University Press. p. 107-122.
- OBER, Josiah; HEDRICK, Charles (eds.) (1995). *Democratia. A conversation on democracies, ancient and modern*. Princeton: Princeton University Press.
- OSTWALD, Martin (1986). *From popular sovereignty to the sovereignty of law: law, society, and politics in fifth-century Athens*. Berkeley: University of California Press.
- PARAIN, Brice (dir.) (2003). *Historia de la filosofía. La filosofía griega*. 22. ed. v. 2, México: Siglo XXI.
- PLATÃO (2008). *Teeteto*. In: *Diálogos V. Parménides, Teeteto, Sofista, Político*. Madrid: Gredos.
- RHODES, P. J. (2003). *Athenian democracy and Modern Ideology*, London: Duckworth.
- RHODES, P. J. (ed.) (2004). *Athenian democracy*. Oxford; Nova York: Oxford University Press.
- ROBERTS, Jennifer Tolbert (1994). *Athens on trial. The antidemocratic tradition in Western thought*. Princeton: Princeton University Press.
- ROWE, Christopher (2005). "Introduction". In: ROWE, Christopher; SCHOFIELD, Malcolm (eds.). *The Cambridge history of Greek and Roman political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge. p. 1-6.

- ROWE, Christopher; SCHOFIELD, Malcolm (eds.) (2005). *The Cambridge history of Greek and roman political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge.
- SARTORI, Giovanni (1984). *La política. Lógica y método en ciencias sociales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- SABINE, George H. (1992). *Historia de la teoría política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- SCHMITTER, Phillippe C. (s/d). "Micro-foundations for the science(s) of politics". Disponível em: <<http://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/MicroFoundations.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2013.
- STRAUSS, Barry (1995). "The Athenian trireme, school of democracy". In: OBER, J.; HEDRICK, C. (eds.) *Democratia. A conversation on democracies, ancient and modern*. Princeton: Princeton University Press. p. 313-326.
- STRAUSS, Leo (1982 [1970]). *¿Qué es la filosofía política?*. Madrid: Guadarrama.
- STRAUSS, Leo; CROSEY, Joseph (eds.) (2004). *Historia de la filosofía política*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica. (Edição em espanhol da 3. ed. em inglês.)
- VERNANT, Jean-Pierre (1965). *Los orígenes del pensamiento griego*. Buenos Aires: Eudeba.
- VERNANT, Jean-Pierre (2001). *Mito y pensamiento en la Grecia antigua*. 4. Ed. Barcelona: Ariel.
- VINCENT, Andrew (2004). *The nature of political theory*. Oxford: Oxford University Press.
- WINDELBAND, Wilhelm (1955). *Historia de la filosofía antigua*. Buenos Aires: Nova.
- WOLIN, Sheldon S. (1993). "Democracy: Electoral and Athenian". *PS – Political Science and Politics*, v. 26, n 3, p. 475-477.
- _____. (1993). *Política y perspectiva. Continuidad y cambio en el pensamiento político occidental*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1969). "Political theory as a vocation". *The American Political Science Review*, v. 63, n. 4, p. 1062-1082.
- _____. (1995). "Transgression, equality, and voice". In: OBER, J.; HEDRICK, C. (eds.). *Democratia. A conversation on democracies, ancient and modern*. Princeton: Princeton University Press. p. 63-90.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Resumo

Teoria política grega da democracia: demarcação e métodos de um cânone histórico e intelectual

Este artigo pretende repensar a evolução histórica da democracia ateniense e sua relação com o movimento intelectual que, em correlação com o processo de formação da pólis na Grécia antiga, elaborou uma teoria política da democracia entendida como uma formulação sistemática sobre o regime democrático que teve seu centro em Atenas durante os séculos V e IV a.C., tomando-o como objeto de crítica e consideração. Dado esse objetivo principal, o artigo tenta, primeiro, precisar o lugar e o *status* dos clássicos e da tradição de pensamento político e social gregos e seu legado ocidental; segundo, analisa conceitualmente a noção de pólis e a natureza das comunidades políticas das épocas arcaica e clássica; terceiro, investiga o pensamento grego antigo, a fim de observar suas implicações políticas e sociais, de

modo a recortar e destacar a importância da sofística e da filosofia teórica posterior; e, por último, ensaia umas breves conclusões que reafirmam a necessidade e a plausibilidade de utilizar uma demarcação e recursos metodológicos para uma reconstrução histórica e intelectual. A tese central que guia a argumentação conjunta defende a possibilidade e a exequibilidade de uma reconstrução atualizada da teoria democrática grega e de um movimento reflexivo, cujas fontes primárias se encontram nos sofistas (fundamentalmente, Protágoras e Górgias) e nas filosofias de Platão e Aristóteles.

Palavras-chave: Teoria política; Democracia; Pólis; Atenas; Sofística; Filosofia.

Abstract

The Greek Political Theory on Democracy: demarcation lines and methods of a historical and intellectual canon

The article intends to rethink the historical evolution of the Athenian democracy and its relation to the intellectual movement that, in correspondence with the process of polis formation in ancient Greece, elaborated a democratic political theory. Such a theory, seen as a systematic formulation of the democratic regime centered in the Athens of the V and IV centuries B.C., is taken by the article as an object of critique and consideration. Given such goal, it investigates, in three instances, the current state of the question: firstly, seeking to define the place and status of the classics and of the Greek social and political thinking tradition and its western legacy; secondly, analyzing conceptually the notion of polis and the nature of the political communities of the archaic and classical eras; and thirdly, revisiting the trajectory of the Greek ancient thought in order to observe its political and social implications so as to delimit and highlight the importance of the sophistic movement and the ulterior theoretical philosophy. Finally, the article provides some brief conclusions reaffirming the need and plausibility of demarcation lines and methodological resources required for a historical and intellectual reconstruction. The central thesis conducting the argumentation postulates the plausibility and feasibility of that sort of actualized reconstruction of the Greek democratic theory whose primary sources are to be found in the sophists (fundamentally Protágoras and Górgias) and the philosophies of Plato and Aristotle.

Keywords: Political theory; Democracy; Polis; Athens; Sophistic thought; Philosophy.

Résumé

Théorie politique grecque de la démocratie : démarcation et méthodes d'un paradigme historique et intellectuel

Cet article propose de repenser l'évolution historique de la démocratie athénienne et sa relation avec le mouvement intellectuel qui, en corrélation avec le processus de formation de la polis dans la Grèce antique, a élaboré une théorie politique de la démocratie comprise comme une formulation systématique à propos du régime démocratique centré à Athènes pendant les V^{ème} et IV^{ème} siècles av. J.-C., en le considérant comme un objet de critique et de considération. Parallèlement à cet objectif principal, l'article tente, tout d'abord, de préciser la place et le statut des classiques et de la tradition de la pensée politique et sociale grecque et de son legs occidental. Nous analysons ensuite, de façon conceptuelle, la notion de polis et la nature des communautés politiques des époques archaïque et classique. En troisième lieu, nous analysons la pensée grecque antique en vue d'observer ses implications politiques et sociales de façon à recouper et à mettre en avant l'importance de la sophistique et de la philosophie théorique postérieure. Finalement, nous proposons de brèves conclusions qui réaffirment le besoin et la plausibilité d'employer une démarcation et des ressources méthodologiques en vue d'une reconstruction historique et intellectuelle. La thèse centrale qui guide l'argumentation conjointe défend la possibilité et la faisabilité d'une reconstruction mise à jour de la théorie démocratique grecque et d'un mouvement réflexif dont les sources primaires se trouvent chez les sophistes (essentiellement Protágoras et Górgias) et dans les philosophies de Platon et d'Aristote.

Mots-clés: Théorie politique; Démocratie; Polis; Athènes; Sophistique; Philosophie.

Introdução: a desigualdade social como desafio

As questões relativas a inclusão e exclusão ocupam lugar central na teoria de sistemas de Niklas Luhmann e consomem significativa energia na sociologia alemã recente – sem, contudo, que o aparato conceitual da teoria tenha sido corrigido ou expandido a contento, a fim de captar a dinâmica da desigualdade social (Schroer, 2010). Se é verdade que a forma inclusão/exclusão tem origem na tentativa luhmanniana de apreender a desigualdade social, seu debate na literatura especializada aponta paradoxalmente na direção contrária, reforçando ainda mais a dificuldade da teoria de sistemas diante de problemas distributivos (Kronauer, 2010, p. 133)¹. A teoria de sistemas sociais pleiteia a diferenciação funcional da sociedade em subsistemas autônomos e relativamente independentes entre si. A sociedade não é então composta por indivíduos, tradicionalmente tomados como unidades elemen-

tares do todo social, mas por circuitos comunicativos funcionalmente diferenciados, encarregados de desempenhar uma função social: a tomada de decisões coletivamente vinculantes pela política, o regramento da escassez pela economia, a estabilização congruente de expectativas pelo direito etc. Tais circuitos comunicativos têm de ser minimamente imunes a aspectos estratificatórios, a fim de não comprometer seu desempenho funcional: o acesso à comunicação nos sistemas autopoieticos deveria ser ditado por critérios exclusivamente funcionais de inclusão e exclusão, e as desigualdades fáticas internas a cada sistema deveriam ser explicadas apenas em função deles – e não por critérios a-funcionais, ortogonais à diferenciação funcional, tais como, *e.g.*, classes sociais e estratificação², estilos de vida e padrões de consumo, aspectos de gênero e *queer*, diferenças étnicas, raciais, fatores migratórios e regionais etc. Ou seja, a desigualdade social não pode se converter em um princípio estruturante do funcio-

* Agradeço os comentários de Laura Schertel Mendes a uma versão preliminar deste texto, bem como as precisas críticas dos pareceristas anônimos da *BIB* à primeira versão dele. O artigo foi preparado no bojo de uma pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade Livre de Berlim e financiada pela Fundação Alexander von Humboldt.

- 1 Com a importante exceção da tese de doutoramento de Roberto Dutra (2012).
- 2 Aqui é preciso realizar uma distinção terminológica: Luhmann diferencia *estratificação* (*Stratifikation* ou *Stratifizierung*) da *formação de camadas sociais* (*Schichtung*): o primeiro conceito representa um princípio de ordenação hierárquica de sistemas sociais, típico na sociedade feudal; o segundo, apenas a constatação da desigualdade fática interna aos sistemas sociais funcionalmente diferenciados. Neste artigo, a discussão da exclusão tem em vista *apenas esta última acepção, i.e., a formação de camadas sociais em decorrência da cumulatividade de exclusões fáticas*. Para uma dialética entre estes dois níveis, cf. Bachur (2010, p. 220 e ss.).

namento dos sistemas autopoieticos, pois a passagem à sociedade funcionalmente diferenciada exige que tais sistemas se orientem à inclusão.

Diante da persistência da desigualdade social, Luhmann introduziu a forma inclusão/exclusão a fim de tentar captar a dinâmica das possibilidades de acesso à comunicação funcionalmente diferenciada sem ter de recorrer às tradicionais estruturas de classe, argumentando pela impossibilidade de que a inclusão em um determinado sistema autopoietico ou a exclusão dele implique, em termos causais, uma reação em cadeia. Essa reação é, para Luhmann, uma possibilidade, mas não uma necessidade. Nas tradicionais pesquisas sobre desigualdade social, tal reação em cadeia é apresentada como fator inerente à estrutura social. É justamente contra este imobilismo que Luhmann apresenta a forma inclusão/exclusão. Não obstante: embora a forma inclusão/exclusão tenha sido desenvolvida em oposição às tradicionais pesquisas de desigualdade social, sua formulação se reporta ao desafio que a desigualdade social representa para a teoria de sistemas, pois uma ordenação congruente da desigualdade social comprometeria justamente o primado da diferenciação funcional, pedra angular da teoria:

Uma sociedade funcionalmente diferenciada está em condições de produzir e tolerar desigualdades extremas na distribuição de bens públicos e privados, mas sob a semântica dessa sociedade tal efeito encontra-se sob duas limitações: ele é visto como apenas temporário, podendo se alterar rapidamente; e ele está restrito a âmbitos funcionais individuais e, entre estes, encontram-se interrupções da interdependência (Luhmann, 1995a, p. 234).

É nesse contexto que a desigualdade se impõe como problema central para a teoria de sistemas sociais. O tipo de discrepância de acesso expresso pela forma inclusão/exclusão tem de respeitar duas condições essenciais:

(i) a contingência constitutiva dos efeitos distributivos, uma vez que eles têm de ser reversíveis e temporários; e (ii) a desarticulação dos efeitos distributivos, pois é preciso que os efeitos de exclusão fiquem restritos ao sistema funcional em que eles têm lugar, sem condicionar o acesso a outros sistemas. O problema é que a diferenciação funcional tem regimes distintos para a inclusão e a exclusão: se, de um lado, a inclusão é contingente (uma vez que o acesso à educação não garante um emprego bem remunerado, que não garante acesso à saúde ou participação adequada nos sistemas da política, do direito, da arte etc.); a exclusão, de outro lado, é estruturada, pois condiciona necessariamente a participação em outros sistemas – e isso de acordo com o próprio Luhmann.

Com isso, a ordenação das inclusões corresponde às condições gerais da sociedade funcionalmente diferenciada: as relações entre os sistemas funcionais são flutuantes e não podem mais ser fixadas para a sociedade como um todo. No âmbito da exclusão se encontra uma composição oposta. Aqui a sociedade é altamente integrada [...]. Altamente integrada por isto, *porque a exclusão de um sistema funcional implica quase automaticamente a exclusão de outros* (Luhmann, 1995a, p. 242).

Nota-se que Luhmann atribui à inclusão uma lógica centrífuga e à exclusão uma lógica centrípeta. Todo o debate recente em torno da forma inclusão/exclusão gira em torno da compatibilização dessas duas lógicas com o primado da diferenciação funcional. E, como veremos ao longo deste estudo, a desigualdade social parece ser um desafio intransponível. É importante ressaltar que este artigo não aborda a discussão contemporânea sobre desigualdade social como ramo autônomo da sociologia, voltado especialmente à discussão das estruturas de desigualdade social de maneira geral, desenvolvida com apoio em pesquisas empíricas e inspirada fundamentalmente em Max

Weber e Pierre Bourdieu³. Essa vertente será utilizada neste trabalho apenas como respaldo à crítica ao emprego da forma inclusão/exclusão pela teoria de sistemas, pois nosso objetivo se limita a testar internamente o aparato conceitual luhmanniano.

O objetivo deste artigo é sintetizar os aspectos centrais do debate alemão mais recente na teoria sociológica de matriz luhmanniana, destacando uma aporia que lhe é constitutiva (originária de Luhmann, mas que perpassa a literatura secundária de maneira razoavelmente homogênea quando se discute o emprego da forma inclusão/exclusão para apreender a desigualdade social), qual seja: *inicialmente pensada para apreender a desigualdade social, a forma inclusão/exclusão não se presta a estabelecer comparações interpessoais nos quadros de uma teoria geral da sociedade*. Em outras palavras, a forma inclusão/exclusão foi admitida por Luhmann perante o desafio teórico representado pela desigualdade social, o que implicaria estabelecer algum mecanismo conceitual capaz de habilitar a teoria de sistemas a comparar discrepâncias fáticas entre indivíduos ou grupo de indivíduos. E o problema aqui não é a ausência da categoria de indivíduo ou classe, pois o grande ganho da forma inclusão/exclusão estaria em viabilizar uma análise dos fenômenos modernos de desigualdade, sem pressupor tais categorias como fundamento da ordem social⁴. Na realidade, o problema

teórico está fundado *na incapacidade de articular um plano lógico-operativo e um plano empírico, constitutiva e paradoxalmente imbricados na forma inclusão/exclusão*.

O plano *lógico-operativo* é assim designado porque expressa as condições necessárias ao acoplamento estrutural entre sistemas psíquicos e sociais, como pressuposto da reprodução das respectivas operações. Trata-se do fenômeno da *interpenetração*, a partir do qual o modo de participação dos indivíduos na sociedade é geralmente observado na teoria de sistemas. Interpenetração é um pressuposto operativo – tanto dos sistemas psíquicos como dos sistemas sociais. De outro lado, o plano *empírico* destaca não o pressuposto, mas os efeitos cumulativos decorrentes das discrepâncias de acesso aos sistemas funcionalmente diferenciados. A cumulatividade da exclusão representa uma diferenciação fática de níveis de acesso efetivo à comunicação dos sistemas autopoieticos. A forma inclusão/exclusão pretende expressar dois fenômenos a um só tempo, a saber: (i) o pressuposto operativo dos sistemas funcionais e (ii) as discrepâncias de acesso. A relação entre esses planos, no entanto, é mais problemática do que fica sugerido à primeira vista. A disjunção entre o plano *lógico-operativo* e o *empírico* se reporta ao desenvolvimento descontínuo da forma inclusão/exclusão no percurso luhmanniano, como veremos detalhadamente adiante,

3 Veja-se, e.g., Thomas Schwinn (2004a; 2007), bem como a análise empírica de Burzan e Schimank (2004). Hans-Joachim Giegel (2004) e Uwe Schimank (1998) oferecem tentativas de unificar a perspectiva da desigualdade social (*Ungleichheitsforschung*) com a teoria da diferenciação funcional – sem que, no entanto, o significado da desigualdade na produção de estruturas sociais, para a tese do primado da diferenciação funcional, seja levado às últimas consequências. Para um panorama geral da discussão sobre exclusão e desigualdade social, inclusive para além dos limites da teoria de sistemas sociais, veja-se a coletânea organizada por Heinz Bude (2008).

4 Na teoria de sistemas sociais, os indivíduos são compreendidos pela fusão entre uma unidade orgânico-biológica e um sistema psíquico e pertencem ao ambiente da sociedade. Sistemas psíquicos se acoplam estruturalmente aos sistemas sociais por intermédio da linguagem, enquanto sua unidade orgânico-biológica permanece alheia aos processos comunicativos. Cf., aqui, as considerações quanto ao item (ii) da seção seguinte.

que lhe é por isso mesmo constitutiva. A disjunção entre o plano empírico e o lógico-operativo é a razão pela qual a forma inclusão/exclusão, originalmente desenvolvida para observar a desigualdade social, perde seu objeto: *seu uso para a descrição da desigualdade social exigiria que ela estabelecesse alguma forma de comparação interpessoal e, no entanto, ela se limita à descrição do padrão das relações entre indivíduo e sociedade*. Isso conduz a um resultado curioso, segundo o qual a forma inclusão/exclusão é afirmada e negada ao mesmo tempo: afirmada como ponto de partida, que – pelas razões a serem discutidas – conduz finalmente à neutralização de seu potencial crítico.

Para demonstrar nossa hipótese, reconstituiremos o percurso pelo qual os conceitos de inclusão e exclusão são apresentados por Luhmann como dois lados de uma forma, ressaltando como a disjunção entre o plano empírico e o plano lógico-operativo se consolida definitivamente ao longo desse percurso. Na sequência, destacaremos como essa disjunção de planos se projeta nas estratégias mais relevantes para lidar com os problemas relativos à forma inclusão/exclusão, quais sejam: a invalidação da forma inclusão/exclusão à luz da impossibilidade de uma exclusão total; a conversão instantânea de exclusão em inclusão; a neutralização da exclusão como regra operativa das organizações formais; a insistência na irrelevância funcional da estratificação; e, por fim, o deslocamento regional dos problemas de exclusão para a periferia da sociedade mundial⁵. As “Considerações finais” fazem um balanço do debate teórico proposto no artigo.

A forma inclusão/exclusão: a “carreira” do conceito

Aqui discutimos como dois planos distintos de formulação conceitual, um lógico-operativo e outro empírico, são constitutivamente dissociados no desenvolvimento histórico da forma inclusão/exclusão. Essa dissociação marca todo o debate contemporâneo sobre inclusão e exclusão na teoria de sistemas, mas não é em geral percebida como a explicação para as dificuldades em viabilizar o uso da forma inclusão/exclusão para a descrição de fenômenos de desigualdade social. Diferentemente dos conceitos de sistema, estrutura, função ou evolução, longamente trabalhados por Luhmann desde seus primeiros escritos, mas também diferentemente dos conceitos de autopoiese, acoplamento estrutural ou observação, incorporados em uma inflexão nitidamente demarcada, *inclusão* e *exclusão* são conceitos desenvolvidos em três momentos esparsos e sucessivos, conectados por relações de ruptura e continuidade, mas que não compõem um núcleo teórico unitário (Farzin, 2006, p. 7).

Inicialmente, entre os primeiros escritos de Luhmann e o começo dos anos 1980 (*i*), a inclusão aparece isoladamente, sem o conceito de exclusão, como postulado da diferenciação funcional e orientado por preocupações de caráter empírico: nesta fase, tanto *inclusão* como *exclusão* são empregadas em sentido fático, relacionado à capacidade dos indivíduos de ter acesso aos sistemas funcionais da sociedade. Em seguida, no correr da década de 1980, tem-se um giro autopoietico (*ii*): de um lado, a exclusão é apresentada como condição da individuali-

5 Estes cinco aspectos parecem ser os mais representativos do debate, mas não delimitam de maneira exaustiva as discussões desencadeadas pela forma inclusão/exclusão – vejam-se, *e.g.*, os múltiplos aspectos apresentados nos ensaios reunidos por Cornelia Bohn e Alois Hahn (2006).

dade na modernidade; de outro, a inclusão é formulada como *interpenetração* (i.e., como acoplamento estrutural entre sistemas psíquicos e sistemas sociais). Não obstante, fica mantido o pressuposto da inclusão como postulado geral – enquanto a desigualdade fática é abordada não como exclusão, mas no contexto da discussão sobre classes sociais. Apenas em meados da década de 1990 (iii), a forma inclusão/exclusão é apresentada como forma de dois lados, momento em que a exclusão é condição para inclusão, mas também sua principal ameaça: a cumulatividade de exclusões pode colocar em questão o primado da diferenciação funcional da sociedade (baseado na inclusão). A reconstituição desse percurso ajuda a identificar como um plano lógico-operativo e um plano empírico são constitutivamente amalgamados na forma inclusão/exclusão, sem, contudo, que essa fusão de planos seja realizada de maneira coerente ou harmônica. E, na sequência, veremos que há uma dificuldade comum a Luhmann e à literatura secundária no que diz respeito à passagem indistinta entre os níveis *lógico-operativo* e *empírico* da forma inclusão/exclusão.

Ad (i). Em seus primeiros escritos, notadamente na monografia sobre o Estado de bem-estar, Luhmann emprega um conceito de inclusão desenvolvido a partir do conceito de cidadania de T. H. Marshall (1967): a cidadania é a garantia de que os indivíduos participem integralmente da sociedade nas dimensões liberal-civil, política e social em termos de direitos. Nessa fase, inclusão é o corolário da própria diferenciação funcional da sociedade: “O conceito de inclusão [*Inklusion*] significa a integração [*Einbeziehung*] da população como um todo nas prestações dos sistemas funcionais individuais da sociedade” (Luhmann, 1981, p. 23). A inclusão está relacionada à progressão da diferenciação funcional e ao

correlato surgimento de uma semântica de inclusão total amparada nos direitos fundamentais (Luhmann, 1975a, p. 200; 1977a, p. 236, 237; 1980a, p. 332; 1965); pois “o princípio da inclusão de todos em todos os sistemas funcionais vale como postulado e, em medida crescente, *também na realidade*” (Luhmann, 1980b, p. 31; *grifos meus*). Embora apresentada como *postulado* claramente normativo, a inclusão tem de se operar também na realidade, *empiricamente*.

A inclusão é uma progressão assegurada pela diferenciação funcional da sociedade: todos os indivíduos têm de estar incluídos em todos os sistemas. À medida que a inclusão aumenta com o aprofundamento da diferenciação funcional da sociedade, sugere-se uma progressiva integração social. Até aqui, portanto, o conceito de inclusão de Luhmann é consentâneo com a integração social no funcionalismo estrutural de Parsons, assumindo uma caracterização claramente teleológica (Parsons, 1971, p. 92 e ss.; Farzin, 2006, p. 40 e ss.). Por mais que Luhmann já identificasse o descompasso entre uma semântica de inclusão total e a desigualdade fática (1981, p. 25), a inclusão ainda era concebida de maneira unilinear e incremental, cuja realização empírica não acarretava qualquer efeito colateral ou disfunção. Inclusão e exclusão podiam ser empiricamente comparadas como medida de realização do primado da diferenciação funcional, normativamente orientado à inclusão: “Sob o pano de fundo desse mandamento de inclusão, a *desigualdade de chances fáticas* se torna um problema; e isso justamente porque ela não é mais suportada pelo esquema de diferenciação da sociedade, mas, ao contrário, é reproduzida afuncionalmente” (Luhmann, 1981, p. 25; *grifos originais*). Vê-se que o problema central relativo à desconexão entre inclusão e reprodução empírica da desigualdade social já estava formulado, embora não

da maneira aguda em que ele apareceria uma década mais tarde. Essa fase inicial consolidou o plano *empírico* de considerações sobre inclusão (o conceito de exclusão ainda não é empregado): a inclusão é a medida fática de concretização de um postulado, confrontada pelo problema – igualmente fático – da desigualdade.

Ad (ii). Após a virada autopoietica marcada pela publicação de *Sistemas sociais*, em 1984, o conceito de *exclusão* surge como condição de constituição da individualidade na sociedade funcionalmente diferenciada, e não ainda como um efeito deletério desse padrão de diferenciação, enquanto a inclusão passa a ser teorizada não mais como postulado, mas como *interpenetração*. Nessa fase, tanto *inclusão* quanto *exclusão* assumem contornos lógico-operativos, relativos aos pressupostos operativos para o estabelecimento de acoplamentos estruturais entre sistemas psíquicos e sistemas sociais. Não obstante, o postulado de inclusão ainda vale de maneira geral: a exclusão ainda não é o outro lado da inclusão, mas o terceiro vértice de um triângulo composto por “diferenciação funcional – inclusão – exclusão”. A diferenciação funcional da sociedade tem por princípio uma inclusão social progressiva que exige justamente exclusão como mecanismo de individuação – não como fator que prejudica o acesso e o desempenho do indivíduo à comunicação funcionalmente diferenciada, mas como reduto em que o indivíduo pode constituir sua personalidade.

Operada a passagem à sociedade funcionalmente diferenciada, não é mais possível o pertencimento a um único sistema social, pois o indivíduo tem de se ajustar à comunicação em cada sistema funcional. Na sociedade feudal, o indivíduo adquiria pelo nascimento um posicionamento social que o abrangia por inteiro: o pertencimento a um único estamento determinava, por conse-

guinte, todas as dimensões da condução da vida, as possibilidades e os limites de realização pessoal. Com a passagem à sociedade funcionalmente diferenciada, a inclusão se torna fluida, já que o indivíduo concreto não pode ser localizado por inteiro e com exclusividade neste ou naquele sistema funcional (Luhmann, 1997, p. 688). Por conseguinte, o indivíduo somente pode existir como unidade indecomponível (como *individuum* propriamente dito) no ambiente da sociedade, ou seja, fora dela (Luhmann, 1989, p. 158). A sociedade funcionalmente diferenciada transforma o mecanismo de constituição da individualidade: o pertencimento a um único estamento, a uma única ordem ou família (*Inklusionsindividualität*) é substituído pela exclusão do indivíduo perante a sociedade (*Exklusionsindividualität*), criando uma esfera de autorreferência restrita ao sistema psíquico individual: apenas o próprio indivíduo tem acesso integral à sua personalidade (Luhmann, 1989, p. 160). Dessa forma: “Ele pode viver apenas fora da sociedade, [*pode*] se reproduzir como sistema de tipo próprio apenas no ambiente da sociedade, razão pela qual a sociedade é para ele, com isso, um ambiente necessário” (Luhmann, 1989, p. 158).

É claro, a constituição da individualidade conforme uma regra de exclusão pressupõe o funcionamento regular dos sistemas parciais conforme um princípio de inclusão, em continuidade com a formulação anterior: somente incluído nos diversos sistemas funcionais da sociedade é possível ao indivíduo constituir regularmente sua individualidade fora da sociedade (Luhmann, 1989, p. 162). Ainda não há, nessa formulação, uma tensão entre inclusão e exclusão. Ao contrário, diferenciação funcional da sociedade e incremento do individualismo (por meio da inclusão em sistemas funcionais e da capacidade de resguardar a individualidade em uma esfera

de exclusão) são tendências que se reforçam reciprocamente⁶. Nessa fase, a exclusão é o pressuposto de uma progressiva integração social dos indivíduos, a condição especificamente moderna para uma reflexão subjetiva da personalidade. Por essa razão, a semântica do “homem” e da “nação” como mecanismos de participação total na sociedade e de individualização da personalidade surgem simultaneamente (Bohn e Hahn, 2002). Nesse contexto, a exclusão é apenas o lado reverso da interpenetração, e não uma disfunção.

Luhmann apropria o conceito de interpenetração de Parsons, mas designa com ele um pressuposto operativo: tem-se *interpenetração* quando tipos diferentes de sistema (no caso, sistemas sociais e psíquicos) colocam a própria complexidade à disposição um do outro, simultânea e reciprocamente, para a construção de suas respectivas estruturas internas (Luhmann, 1984, p. 290). Interpenetração designa o acoplamento estrutural incontornável entre sistemas psíquicos e sociais, pois não há comunicação sem a participação de consciências empíricas, nem qualquer forma de manifestação da consciência que não recorra à comunicação; ela designa a impossibilidade de que sistemas sociais (comunicativos) e sistemas psíquicos realizem suas respectivas operações sem estarem constitutivamente imbricados (Luhmann, 1977b; 1988). Enquanto a inclusão expressa esse acoplamento, a exclusão ressalva que os

sistemas psíquicos venham a se fundir integralmente com a esfera social:

Para apreender isso, pretendemos diferenciar inclusão e exclusão. Interpenetração leva à inclusão, na medida em que sistemas disponibilizam sua complexidade uns aos outros, utilizando-as reciprocamente. Mas ela conduz também à exclusão, na medida em que sistemas em situação de interpenetração têm de se manter como sistemas autopoieticos distintos uns dos outros, como condição de possibilidade da própria interpenetração (Luhmann, 1984, p. 299).

Como se percebe, até aqui não há referência à exclusão como problema empírico: tanto inclusão como exclusão são vislumbradas como pressupostos operativos. Nesse nível, inclusão e exclusão são condições lógicas para que sistemas sociais e psíquicos operem estruturalmente acoplados uns aos outros⁷. Esta etapa consolida, portanto, uma mudança de planos: a preocupação empírica dá lugar a considerações relativas à manutenção das operações de diferentes tipos de sistemas.

A preocupação com a desigualdade social reaparece, nessa segunda etapa do percurso conceitual de Luhmann, em um ensaio dedicado à discussão das classes sociais – desta feita, porém, como estratégia para fortificar a apresentação da *inclusão* e da *exclusão* no plano lógico-operativo. Em um importante artigo, Luhmann apresenta o argumento segundo o qual diferenças de

6 Em linha, *e.g.*, com o clássico diagnóstico de Durkheim, segundo o qual a divisão do trabalho aumenta ao mesmo tempo o individualismo e a dependência do indivíduo com relação à sociedade. Como ressalta Armin Nassehi (2002, p. 130), os resultados a que Luhmann chega com a constituição da individualidade por exclusão são apenas convencionais e não expandem o horizonte do discurso sociológico canônico, reproduzindo a imaginação do “burguês” ou do “protestante acético” que se exila da sociedade em si mesmo. Além disso, trata-se de uma caracterização unilateral, pois a inclusão nos diversos sistemas é igualmente determinante para a constituição da individualidade (Bohn, 2006, p. 49 e ss.; e Dutra, 2012, p. 85 e ss.).

7 Em um julgamento perante um tribunal, por exemplo, o sistema jurídico só leva em conta as consciências acopladas à comunicação jurídica (propositores da ação, réus, testemunhas, peritos, juízes, promotores etc.); a personalidade integral dos agentes ou questões de acesso à justiça (relativas à política judicial, portanto) não são elementos para compor a decisão de um caso concreto.

classe são irrelevantes para a diferenciação funcional. Luhmann (1985) não nega a existência da desigualdade social ou de classes e camadas sociais na sociedade funcionalmente diferenciada, mas argumenta pela incapacidade de que tais fatores se imponham a fatores funcionais. Nesse sentido, a comunicação na sociedade funcionalmente diferenciada já não a reproduz como um todo, mas apenas as dimensões funcionais relevantes para um determinado sistema. A sociedade funcionalmente diferenciada permanece uma sociedade “de classes”, *mas as classes sociais já não exercem qualquer influência no desempenho funcional da comunicação – que é agora, segundo Luhmann, determinada por critérios funcionais*. Enquanto na sociedade segmentária e na sociedade feudal o tipo de diferenciação social vigente regulava por completo a estrutura da interação, a sociedade funcionalmente diferenciada não conta com essa possibilidade, pois, enquanto nas sociedades segmentárias e estratificadas o clã e o estamento, respectivamente, se presentificavam na interação, isso não ocorreria com a classe social na sociedade funcionalmente diferenciada (Luhmann, 1985, p. 98). A comunicação deixa de representar em si mesma a sociedade como um todo e somente pode transcorrer de acordo com os critérios funcionais de cada sistema autopoietico: só interessa para o sistema político a reprodução da comunicação política; para o direito, a comunicação jurídica; para a economia, o encadeamento de pagamentos e operações econômicas, e assim por diante. As considerações sobre a classe social na sociedade funcionalmente diferenciada consolidam a disjunção entre problemas de ordem empírica e as premissas lógico-operativas da construção de sistemas.

Ad (iii). Nesta última etapa, os sentidos pretéritos de inclusão e exclusão são relativamente reformulados e incorporados

na conceituação da diferença inclusão/exclusão como forma de dois lados, de acordo com o modo pelo qual a lógica das formas de Spencer Brown (1969) foi apropriada por Luhmann, consolidando uma relação aporética entre o plano empírico e o plano lógico-operativo. Como se sabe, o conceito de forma de dois lados é empregado em inúmeras ocasiões, sendo a definição de sistema autopoietico como forma sistema/ambiente o caso mais importante. Adotar uma forma de dois lados como ponto de partida da observação é um postulado da teoria de sistemas: como toda operação implica observação (pois um sistema, para reproduzir seus elementos, tem necessariamente de observar a fronteira entre ele próprio e seu ambiente), ela usa uma bipartição do espaço para indicar o lado observado como lado interno da forma (o sistema), onde se desenrolam suas operações, deixando o lado externo (o ambiente) não marcado. A definição da forma inclusão/exclusão de acordo com esse postulado retoma o conceito de interpenetração (i.e., só pode haver comunicação com o acoplamento estrutural das consciências) e significa: a inclusão é o lado interno da forma, a marcação das pessoas consideradas relevantes ou levadas em consideração pelos sistemas autopoieticos; exclusão é, assim, o lado não marcado dessa distinção (Luhmann, 1995a, p. 228-229). Para tornar o funcionamento da forma inclusão/exclusão mais concreto, Luhmann utiliza distinção pessoas/corpos, igualmente concebida como forma de dois lados: no lado da inclusão, os sistemas psíquicos acoplados à comunicação são tratados como pessoas; no lado da exclusão, os mecanismos simbióticos (violência, satisfação de necessidades etc.) dos meios de comunicação perdem sua ordenação simbólica específica e, com isso, a capacidade de orientar a ação, restando apenas a pulsão físico-corpórea (Luhmann, 1997, p. 632 e 633; 1991; 1994; 1974).

Por conseguinte, tem-se de compreender inclusão como uma forma, cujo lado interno (inclusão) é indicado como chance de que pessoas sejam levadas socialmente em consideração, e cujo lado externo remanesce não indicado. Logo, só há inclusão quando a exclusão é possível. Somente a existência de pessoas ou grupos não integráveis permite que a coesão social se torne visível, possibilitando especificar as condições para tanto (Luhmann, 1997, p. 620-621).

Inclusão significa tomar pessoas em consideração no âmbito da comunicação de um sistema; exclusão significa desconsiderá-las, observá-las apenas como corpos, como pura materialidade inerte não mediada simbolicamente. Por essa razão, a forma inclusão/exclusão não designa um *status* individual ou uma característica pessoal (Stichweh, 2002, p. 106), pois ela não permite identificar “incluídos” e “excluídos” *per se*, como se essa classificação impusesse atributos pessoais ou formasse um sujeito compactado à maneira da teoria de classes tradicional.

Neste ponto, a retomada das questões de desigualdade social se impõe, pois a *contingência da inclusão* tem de ser contrastada com uma *cumulatividade de exclusões* que não parece contingente, mas *estrutural*. Como já mencionado no início deste artigo, a sociedade funcionalmente diferenciada pode tolerar desigualdades sociais extremas *se, e somente se*: (i) tais aspectos distributivos forem radicalmente contingentes (i.e., temporários, efêmeros e reversíveis); e (ii) não redutíveis a uma interdependência causal (Luhmann, 1995a, p. 234). No entanto, a exclusão de um sistema tende a se combinar com exclusão em outros, pois exclusão é mais fortemente integrada que inclusão:

A exclusão integra muito mais fortemente que a inclusão – integração entendida [...] como limitação

do grau de liberdade para seleções. A sociedade é, por conseguinte – exatamente ao contrário do que no regime da estratificação – *integrada mais fortemente em suas camadas mais baixas do que em suas camadas mais elevadas*. Ela pode renunciar a graus de liberdade apenas “embaixo” (Luhmann 1997, p. 631; *grifos originais*).

Ora, mas se o âmbito da exclusão é altamente integrado, i.e., se uma operação de exclusão condiciona futuras operações de inclusão e exclusão, como assegurar que esse encadeamento não venha a comprometer o primado da diferenciação funcional? Este parece depender igualmente dos dois requisitos intrínsecos da forma inclusão/exclusão.

O grande problema que a forma inclusão/exclusão formula para a teoria de sistemas passa a ser por isso a compatibilização da orientação (em princípio universal) de todos os sistemas funcionais à inclusão com a veemência empírica da exclusão fática, pois:

[e]m princípio, todos deveriam ser capazes de se comportar como sujeitos de direito, todos deveriam ter disponibilidade monetária suficiente para participar da economia conforme suas próprias escolhas, todos deveriam tomar parte nas escolhas políticas e ter a chance de influenciar decisões coletivas, todos deveriam ter chances mínimas de educação e saúde, todos deveriam ter condições de desenvolver relações íntimas com liberdade, todos deveriam ter condições de praticar ou rejeitar a religião. Em condições ideais, desperdiçar uma oportunidade de inclusão seria imputável exclusivamente ao indivíduo (Luhmann, 1997, p. 625);

já que “[...] a sociedade, compreendida como sistema social, e seus sistemas funcionais estão orientados para a inclusão da população como um todo” (Luhmann, 1995b, p. 142). Como visto, Luhmann não abandona uma orientação *normativa* à inclusão⁸.

O fato de que a lógica da exclusão contraria a diferenciação funcional é reconhecido

8 Muito embora adeptos mais ortodoxos da teoria de sistemas gostem de apresentá-la como puramente descritiva, a importância da orientação dos sistemas funcionais à inclusão revela um pressuposto tipicamente normativo.

damente percebido como um problema em mais de uma ocasião (Luhmann 1995a, p. 243; 1995b, p. 147), pois caso a forma inclusão/exclusão venha a operar como uma espécie de metacódigo capaz de mediatizar todos os demais sistemas autopoieticos da sociedade, o primado da diferenciação funcional restaria definitivamente abalado (Luhmann, 1993, p. 583). E o problema é que o autor responde às dificuldades oriundas do elemento empírico da forma inclusão/exclusão (a saber, a *cumulatividade de exclusões*) exclusivamente com considerações desenvolvidas no plano lógico-operativo da teoria. Em decorrência disso, o aspecto potencialmente crítico da forma inclusão/exclusão (a possibilidade de fixar comunicativamente demarcações bipolares para ressaltar conflitos distributivos) acaba sendo neutralizado, como se passa a discutir.

Problemas da forma inclusão/exclusão e estratégias teóricas correspondentes

Se a insuficiência da teoria de sistemas é reconhecida sem ressalvas no debate sobre a forma inclusão/exclusão (Windolf, 2009, p. 14; Farzin, 2006, p. 87; Weiß, 2004, p. 220), a razão dessa insuficiência não chega a ser explicitamente identificada, passando relativamente despercebida pela literatura crítica. Como vimos, a forma inclusão/exclusão se articula em planos distintos de construção conceitual, o lógico-operativo e o empírico, mas a mediação entre eles não foi desenvolvida⁹. Compreendendo-se inclusão estritamente como *interpenetração*, como acoplamento estrutural entre consciência e

comunicação, e, nessa medida, como condição operativa do funcionamento de sistemas psíquicos e sociais, os sistemas autopoieticos da sociedade não podem observar qualquer exclusão, pois esta se tornaria inclusão tão logo pudesse ser observada. Nessa linha de raciocínio, a exclusão acaba, de uma forma ou de outra, invalidada pela necessidade lógica da interpenetração. Aí reside a aporia constitutiva da forma inclusão/exclusão: é preciso pressupor a exclusão como condição de possibilidade da inclusão, torná-la um problema empírico em função da cumulatividade de exclusões fáticas, para, retornando sub-repticiamente à concepção de inclusão como interpenetração, negar a possibilidade de uma exclusão efetiva (pois não há comunicação sem acoplamento estrutural com os sistemas psíquicos). No plano *lógico-operativo*, trata-se de uma relação entre *indivíduo e sociedade*; no plano *empírico*, da relação *entre indivíduos*. E os problemas distributivos não podem ser simplesmente solucionados pela referência à forma pela qual indivíduo e sociedade se constituem reciprocamente. Dessa maneira, do ponto de vista de um sistema autopoietico isoladamente considerado, “só existe inclusão”, por assim dizer, não obstante a exclusão seja condição de possibilidade da inclusão. Nota-se, com isso, uma aporia insolúvel, decorrente da passagem indiscriminada entre considerações de ordem empírica (relação indivíduo-indivíduo) e considerações de ordem lógico-operativa (relação indivíduo-sociedade). Até o momento, as tentativas de aperfeiçoar ou corrigir a forma inclusão/exclusão, tanto por parte do próprio Luhmann, como por parte da literatura

9 Göbel e Schmidt (1998, p. 90) também distinguem dois planos da forma inclusão/exclusão: (i) o plano da teoria da sociedade, focado na relação entre indivíduo e sociedade; e (ii) o plano da constituição de sentido, focado na interpenetração. O problema é que, à luz do postulado da dupla contingência, que não temos como discutir aqui, emergência da ordem social e constituição de sentido são uma mesma coisa. Além disso, essa apresentação deixa de lado o problema empírico que a exclusão *cumulativa* representa para a teoria de sistemas.

secundária recaem de maneira geral em um *quid pro quo* entre os dois planos, buscando-se solucionar os problemas de um com recurso ao outro. Passemos então à discussão detalhada das estratégias mais frequentemente utilizadas no debate em tela. As estratégias aqui discutidas são apenas analiticamente separáveis. Via de regra, são empregadas em conjunto, combinando um ou mais aspectos da forma inclusão/exclusão. A identificação de cinco estratégias principais tem o exclusivo propósito de facilitar e sistematizar a exposição.

A necessidade e a impossibilidade da exclusão total

Um dos principais problemas diz respeito à compreensão da forma inclusão/exclusão como forma radicalmente binária, portanto como distinção que tem de indicar um lado e deixar o lado não marcado necessariamente fora de sua observação. Nesses termos, inclusão e exclusão definem âmbitos mutuamente excludentes: é preciso estar incluído *ou* excluído. Mais ainda: nestes termos, a exclusão somente pode ser vista como *exclusão total*, pois qualquer nível mínimo de inclusão implicaria sua descaracterização. Contudo, se a desigualdade social é um fenômeno social necessariamente gradual, apresenta-se a questão: como compatibilizar a observação desse fenômeno com uma forma radicalmente binária? Em tais termos, faria ainda sentido falar em exclusão? Partindo dessas premissas, a exclusão é tida por invisível (Nassehi, 2004, p. 331) ou descaracterizada como um não fenômeno (Stichweh, 2000, p. 96), pois expressa o bloqueio completo de todas as possibilidades comunicativas de um indivíduo – uma ocorrência dificilmente imaginável, mesmo hipoteticamente. A conclusão aparentemente óbvia, portanto, é a de que exclusão “não pode existir” enquanto tal:

A sociedade mundial não pode excluir comunicação alguma. Por isso, ela também não pode excluir nenhuma pessoa, porque as pessoas (diferentemente dos seres humanos enquanto unidades vivas e dotadas de consciência) funcionam como pontos de imputação para comunicações. Ou, dito de outro modo: quando se comunica, reproduz-se a sociedade. Essa proibição de exclusão [*Exklusionsverbot*] vale também para os sistemas funcionais (Luhmann 2000, p. 232).

A lógica da diferenciação funcional elimina a possibilidade de exclusões da sociedade, mas tem no entanto de permitir a diferenciação interna de cada sistema funcional, segundo critérios funcionais e sistêmicos próprios. Mas essa lógica é sustentável? Como pode haver inclusão, *se não existe exclusão* (Luhmann, 1995b, p. 146-147; *grifo meu*).

Como forma radicalmente binária, só há inclusão se houver exclusão, mas como não é possível graduar inclusão e exclusão, a exclusão tem de ser sempre exclusão total – e, como tal, ela não pode existir como fenômeno social. A não ser que se admita um âmbito extrassocial para o qual a exclusão teria de ser deslocada – o que é, no entanto, radicalmente incompatível com a afirmação luhmanniana de que a sociedade é composta exclusivamente por comunicação. A exclusão total funciona então como pressuposto absolutamente necessário para a inclusão e, ao mesmo tempo, como uma impossibilidade real. Diante disso, algumas iniciativas procuraram graduar os fenômenos de inclusão e exclusão.

A mais intuitiva é distinguir um conceito *forte* e um *fraco* de exclusão: o primeiro reservado à exclusão total, o segundo a exclusões parciais (Leisering, 2004). O primeiro problema dessa estratégia é que a distinção conceitual é fundada em uma sensibilidade empírica cuja acuidade para a construção conceitual é questionável. Afinal, como definir uma exclusão “forte” e uma “fraca” com uma forma binária, se casos de exclusão total (nos termos da teoria de sistemas) pratica-

mente não existem? O segundo problema é que a forma inclusão/exclusão fica dissolvida em um contínuo empírico de inclusão (p. 254). Ela é convertida em unidade de medida da desigualdade empírica que, no entanto, torna o conceito relativamente supérfluo: ele não contribui para a realização de pesquisas empíricas de desigualdade social propriamente ditas, pois expressaria no máximo diferenças de renda, de instrução, de padrões de consumo etc., que já podem ser medidas pelas categorias próprias da empiria.

Alfons Bora, para tomarmos outro exemplo, distingue um conceito *modal* e um conceito *gradual* de inclusão, deduzindo as graduações empíricas de uma prévia orientação geral à inclusão, válida para a sociedade e seus subsistemas funcionais: pressuposta a diferença inclusão/exclusão, é possível graduar o lado da inclusão.

Em princípio rege a inclusão total de todos na sociedade. Mas com isso ainda não está dito como um sistema funcional executa inclusão em um contexto específico. Essa graduação da inclusão acontece por meio da seletividade dos sistemas funcionais individuais e sobretudo pelos níveis de diferenciação de sistemas (*interação, organização, sociedade* – abordados a seguir). Sob o fundamento de *princípios gerais de inclusão* – direitos humanos, liberdade, igualdade, capacidade jurídica e econômica geral, educação mínima obrigatória etc. – estabelecem-se *modos de inclusão diferenciados específicos para níveis e sistemas funcionais* (Bora, 2002, p. 71; *grifo no original*).

O argumento de Bora submete a graduação a um mandamento geral prévio de inclusão: dada a inclusão de todos no sistema jurídico, essa inclusão é gradual de acordo com a faixa etária (*e.g.*, proteção jurídica do nascituro, da criança e do adolescente, maioridade penal e civil etc.); o que vale para o sistema político, educacional, e assim por diante (p. 72 e ss.). Mas com isso se chega a uma análise no máximo trivial. Ademais, a proposta não apresenta, a rigor, uma gra-

duação da forma inclusão/exclusão, já que em cada nível analítico considerado somente existe inclusão *total*.

Por fim, Göbel e Schmidt (1998, p. 109) sugerem o retorno ao conceito de inclusão da primeira fase de Luhmann, dispensando a radicalidade binária da forma inclusão/exclusão e associando estreitamente inclusão à *integração social*, entendida em termos sistêmicos como redução de graus de liberdade de escolha. Com isso, parte-se de (i) uma *inclusão normal* de todos em todos os subsistemas funcionais, para daí se pensar em formas desviantes de inclusão, assim classificadas: (ii) formas de *inclusão limitada*, que até permitem alguma inclusão nos sistemas funcionais, mas cujo grau de integração é superior à inclusão normal, restringindo de alguma forma a participação na comunicação dos sistemas funcionais; e que podem se converter em (iii) *hiperinclusão*, assim entendida como a inclusão limitada em um único sistema, *e.g.*, no sistema econômico, que condiciona absolutamente a participação nos demais sistemas sociais; e que pode culminar, por fim, em (iv) *exclusão generalizada* por intermédio de uma segregação regional (p. 109-113). Embora essa graduação problematize de fato os efeitos colaterais da inclusão, ela também abdica da radicalidade binária da forma inclusão/exclusão em prol de uma graduação empírica da desigualdade: com efeito, nesses termos, falar em inclusão “normal”, “limitada” ou “hiperinclusão” parece oferecer apenas rótulos razoavelmente genéricos para fenômenos tipicamente estratificatórios. E, ademais, como reconhecem os próprios autores, não chega a descrever o modo pelo qual se combinam esses tipos de inclusão e exclusão, a fim de permitir a análise da desigualdade social na teoria de sistemas (p. 108-109).

Os argumentos que procuram graduar a inclusão não consideram a dimensão distributiva das oportunidades comunicativas

entre os indivíduos e perdem o potencial crítico que a exclusão representa – evidenciar que a inclusão de determinadas pessoas somente pode ser obtida ao custo da exclusão de outras. Restringe-se a análise à relação entre indivíduo e sociedade, pois somente nessa relação é possível imaginar uma exclusão total, para daí procurar alguma gradação. As relações interindividuais ficam assim obscurecidas. Como se pode perceber, “a radicalidade na definição do problema conduz a uma desradicalização na análise do problema” (Leisering, 2004, p. 247, 248), pois, partindo da hipótese de uma exclusão total (o lado não marcado da forma), chega-se à conclusão de que a inclusão é gradual – e que, em última instância, tal exclusão total em regra não existe. A dificuldade em apreender a exclusão total faz com que se adotem descrições exóticas e impressionistas de situações de exclusão “quase total”, por assim dizer (as quais mencionaremos em breve), passando-se em seguida à consideração da desigualdade social verificável no lado da inclusão (Nassehi, 2004, p. 329).

Essa estratégia inviabiliza o uso da forma inclusão/exclusão para a observação da desigualdade social, e decorre de uma passagem não mediada do plano lógico-operativo ao empírico: se a sociedade é compreendida como o sistema social total que abrange toda comunicação humana (Luhmann, 1997, p. 78 e ss.), é evidente que, nesse nível lógico-operativo, a exclusão não é possível, pois mesmo quando uma oferta comunicativa é recusada ou ignorada, tem-se comunicação (Watzlawick, Beavin, Jackson, 1968). Só há exclusão empírica da sociedade como um todo, se o conceito de sociedade como sistema que abrange toda comunicação for substituído por um conceito empírico de sociedade, em uma metáfora espacial – mas daí não haveria argumento algum em favor da substitui-

ção da noção de sociedades nacionais pelo conceito de sociedade mundial (Luhmann, 1975b). Na sociedade funcionalmente diferenciada, a exclusão tem de se operar *internamente* e já não pode significar a exclusão *físico-corpórea* da sociedade considerada como um todo. E, para operar internamente à sociedade, a categoria da interpenetração não ajuda, pois ela remanesce atrelada às condições operativas da comunicação e expressa apenas o pressuposto lógico de que não há comunicação sem acoplamento aos sistemas psíquicos. Com efeito, a interpenetração, como condição lógica para que a comunicação ocorra, não é um privilégio da sociedade funcionalmente diferenciada – ou na sociedade feudal a comunicação ocorria sem a participação das consciências? Como pressuposto operativo, a interpenetração não explica a diferença de acesso às oportunidades comunicativas disponibilizadas pelos sistemas. Não obstante, ela tem sido usada pela literatura especializada como solução para o problema da exclusão: operada *internamente* à sociedade, ela seria como que “convertida” em inclusão.

A conversão instantânea de exclusão em inclusão

Muito embora a sociedade funcionalmente diferenciada se caracterize pela incongruência dos critérios de inclusão e exclusão, já que ela não conta com um sistema autopoietico capaz de fixá-los para todos os sistemas de maneira unitária ou congruente, o aparato decisório do Estado de bem-estar é o subsistema político funcionalmente encarregado da tarefa – paradoxal – de converter exclusão em inclusão, segundo um princípio de compensação reflexiva de desvantagens (Luhmann, 1981, p. 8; 2000, p. 215-216, p. 427). A cumulatividade empírica de exclusões, portanto, é sempre vista como uma

situação errática que deve ser tratada de alguma forma pela sociedade, ainda que com sucesso apenas parcialmente possível ou, em muitos casos, até mesmo duvidoso (Halfmann, 2002; Stichweh, 2004; Leisering, 2004). Enquanto na primeira estratégia os luhmannianos passam de um problema lógico (exclusão total) para uma solução empírica (inclusão parcial), o fluxo é invertido na segunda estratégia: passa-se do problema empírico da desigualdade social para uma solução automática no nível lógico.

A literatura secundária tenta ajustar a forma inclusão/exclusão para a descrição da desigualdade empírica, mas chega a um resultado contraditório: uma vez “tocado” por qualquer comunicação, toma-se o indivíduo como incluído. O ponto de partida é a formulação de Luhmann segundo a qual a forma inclusão/exclusão é uma forma interna aos sistemas (1995a, p. 244) e, por isso, intrinsecamente assimétrica, pois somente o lado da inclusão é visível. Compreendendo-se então inclusão e exclusão como operações comunicativas que acoplam sistemas psíquicos a sistemas sociais (ou seja, compreendendo-as como *interpenetração*), chega-se mesmo a argumentar que os sistemas sociais são “máquinas de exclusão” (Nassehi, 2004, p. 334), pois será sempre preciso limitar a ocorrência dos eventos comunicativos de um sistema às consciências a ele acopladas. O efeito disso, porém, é paradoxalmente nulo, pois tais operações de exclusão, ao definirem pessoas que, em um determinado momento, não são “relevantes” para esta ou aquela comunicação, já teriam sido construídas comunicativamente como pessoas e, logo, já estariam “incluídas” pelos sistemas funcionais (Nassehi, 2004, p. 336). A forma inclusão/exclusão é assim, paradoxal, porque a *exclusão* é, ao fim e ao cabo, *imediatamente inclusão*. Nota-se que a tentativa de solucionar o problema empíri-

co da exclusão exclusivamente no plano da interpenetração é, no máximo, tautológica: tem-se inclusão quando há interpenetração. Portanto: tem-se sempre e somente inclusão. A consequência é que, mais uma vez, o potencial crítico da forma inclusão/exclusão é neutralizado. Além disso, nota-se uma clara preferência pelo lado da inclusão em detrimento do lado da exclusão. Isso não seria em si um problema, se tal preferência decorresse internamente da arquitetura da teoria de sistemas, e não de uma decisão *pré-teórica* que, de saída, toma o problema da exclusão como resolvido pela binariedade da própria forma que o expressa e pela impossibilidade de uma exclusão total.

Mesmo quando se reconhece que a exclusão é um fenômeno multidimensional que produz efeitos sequenciais encadeados e cumulativos (Stichweh, 2005, p. 45), a forma inclusão/exclusão é analisada convertendo-se a exclusão automaticamente em inclusão: “Toda exclusão *explicitamente realizada* na sociedade moderna se encontra sob o imperativo normativo segundo o qual ela tem de ser trazida à forma de uma inclusão” (Stichweh, 2004, p. 357; *grifos originais*). Rudolf Stichweh, um dos mais renomados teóricos de sistemas da atualidade, compreende a forma inclusão/exclusão no sentido da oposição hierárquica de Louis Dumont, i.e., quando, diante de dois conceitos contrários, um engloba o outro. Nesse sentido, a forma inclusão/exclusão seria uma oposição hierárquica em que o lado da inclusão abrange o outro lado, o lado da exclusão (Stichweh, 2005, p. 8, p. 46, p. 60-63; 2004, p. 357; 2009, p. 37). Em primeiro lugar, é preciso considerar que Luhmann recorre a Dumont para demonstrar que esse tipo de oposição, característico na representação do mundo antigo (e.g. helenos/bárbaros), já não é mais adequado para a observação da sociedade contemporânea (Luhmann, 1995b,

p. 139-141). Além disso, o argumento de que a inclusão englobaria a exclusão não é devidamente fundamentado, principalmente porque as nuances da hipótese (inclusão precária que acarreta exclusão ou novas inclusões precárias, por exemplo) não chegam a ser testadas *no nível dos sistemas funcionais*: “inclusões excludentes” e “exclusões inclusivas” são rapidamente mencionadas no contexto dos níveis de diferenciação de sistemas (Stichweh, 2009, p. 38-39), ou seja, apenas como fatores estritamente ligados às organizações (tema com o qual nos ocuparemos na próxima seção), de modo a preservar, portanto, o postulado da inclusão total.

O único argumento é o “*imperativo normativo*” de que a exclusão seja convertida em inclusão; pendese portanto para a solução da conversão automática de exclusão em inclusão ao se assumir que, uma vez tomado como destinatário de uma comunicação qualquer, ainda que a comunicação seja estabelecida para confirmar e reiterar níveis cumulativos de exclusão ou de pobreza extrema (pense-se, *e.g.*, no indivíduo cuja postulação a um emprego ou a uma vaga na universidade é negada, ou mesmo no caso de um indigente cujo pedido de esmola venha a ser ignorado por um transeunte apressado), o indivíduo estará “incluído” na sociedade por meio de um sistema de interação, pois ele fora “indispensável” para que esta comunicação ocorresse (Farzin, 2006, p. 97). Nota-se uma clara lacuna na discussão sobre inclusão e exclusão que diz respeito à formação discursiva do sujeito (Butler, 1997) – em termos teórico-sistêmicos: de pessoas – decorrente de uma apreensão meramente formal da comunicação. Insiste-se apenas que a forma inclusão/exclusão é estritamente assimétrica porque: “Inclusão abrange os dois lados da diferença” (Farzin, 2006, p. 107). Nota-se aqui, mais uma vez, a impropriedade na transição de um plano conceitual a outro: a rigor, não

existe exclusão na sociedade funcionalmente diferenciada – a não ser em casos extremos, os quais, ao fim e ao cabo, implicam alguma forma de inclusão. A exclusão empírica é assim neutralizada no plano lógico-operativo. Mesmo hipóteses de isolamento institucional dos indivíduos (*e.g.*, em prisões ou hospitais psiquiátricos) são consideradas mecanismos que realizam inclusão na sociedade (Farzin, 2006, p. 49). Nesse ponto, o papel das organizações é fundamental.

Níveis de diferenciação de sistemas: interação, organização e sociedade

O papel privilegiado das organizações é o núcleo de outra estratégia para lidar com a forma inclusão/exclusão, pois o problema empírico da exclusão é mais uma vez deslocado no plano lógico-operativo, desta feita, conforme os chamados níveis de diferenciação sistêmica (*Ebenendifferenzierung*). Tomando a diferenciação de sistemas em *interações, organizações e sociedade* (com seus *subsistemas funcionais*) (Luhmann, 1975c), inclusão e exclusão assumem configurações completamente diferentes de acordo com a referência sistêmica adotada: (i) a *sociedade* não exclui ninguém de sua comunicação, da mesma forma que os *sistemas funcionais* têm a inclusão como caso normal, ficando a exclusão ressalvada como mera excepcionalidade eventual (Luhmann, 1997, p. 844; 1995b, p. 142; Bohn, 2006, p. 19; Nassehi e Nollmann, 1999 – como visto anteriormente); (ii) as *interações*, por sua vez, são sistemas formados pela presença física dos agentes e, portanto, o conceito de exclusão não se aplica a eles, pois a percepção recíproca dos falantes tornaria impossível, em tese, excluir alguém da interação (como visto); e (iii) as *organizações*, no entanto, se definem como sistemas diferenciados de acordo com critérios formais rígidos para atribuição da

condição de membro aos indivíduos e, com isso, a exclusão é o caso normal, pois nem todos os indivíduos podem ser “membros” dos tribunais no sistema jurídico, dos partidos no sistema político, dos institutos de pesquisa e das universidades nos sistemas da ciência e da educação etc. Com isso, a exclusão é praticada pelas organizações e é assim tornada natural ou inofensiva, pois diz respeito ao funcionamento regular de um tipo específico de sistema apoiado em organizações formais (*Organisationssysteme*), enquanto os demais níveis se assentam na orientação geral à inclusão. A exclusão, no nível das organizações, é assim a exceção que confirma a regra (nos demais níveis): “A diferença na forma de construção de sistemas permite então praticar as duas coisas ao mesmo tempo: inclusão e exclusão” (Luhmann, 1997, p. 844). A exclusão praticada pelas organizações funciona então como um critério específico de interpenetração, que não diz respeito à cumulatividade empírica da desigualdade social. Se a exclusão é praticada como regra pelas organizações da sociedade, confirma-se o argumento de que ela não é possível no nível da sociedade e de seus subsistemas funcionais (Bohn, 2001, p. 171). A exclusão é usada funcionalmente pelas organizações (Nassehi, 2004, p. 337-343) e, com isso, torna-se sub-repticiamente uma categoria lógico-operativa, que expressa justamente o fundamento da constituição de um tipo específico de sistemas sociais. Isso porque as organizações disciplinam inclusão e exclusão não mais em sentido hierárquico, mas em sentido funcional. Se isso não elimina assimetrias entre os indivíduos, submete-as em todo caso ao desempenho da função pela organização, tais como, por exemplo, a diferenciação de papéis entre governantes/governados, produtores/consumidores, juízes/jurisdicionados, médicos/pacientes, sacerdotes/leigos etc. (Bora, 2002, p. 71). Trata-se

da distinção entre os papéis sociais de *prestadores* e de *público* (*Leistungsrollen* e *Publikumrollen*): com isso, tem-se a exclusão como o outro lado de uma inclusão especificamente funcional nas organizações dos sistemas sociais (Göbel e Schmidt, 1998, p. 103). O resultado final dessa análise é argumentar que, de um modo ou de outro (como “prestador” ou como “público”/“cliente”), todos tomam parte na comunicação desempenhada pelas organizações (Stichweh, 2009, p. 34), anulando-se assim o sentido crítico que a exclusão poderia adquirir para articular conflitos.

Por essa razão, argumenta-se que as novas formas de exclusão na sociedade funcionalmente diferenciadas representariam imediatamente alguma forma de inclusão, principalmente quando um tipo muito específico de “inclusão em organizações totalitárias” é considerado, e são assim designadas como uma forma de “exclusão inclusiva” (*inkludierende Exklusion*), na formulação muito citada de Cornelia Bohn (2008, p. 179). Trata-se aqui de uma estratégia geralmente inspirada no estudo de Erving Goffman sobre instituições psiquiátricas ou em Michel Foucault, notadamente em *História da loucura e Vigiar e punir*, a partir dos quais se formula um tipo de “inclusão” em organizações exclusivas, tais como hospitais psiquiátricos ou presídios, cujo efeito é “excluir” o indivíduo dos demais sistemas funcionais (Stichweh, 2004, p. 359). No entanto, o recurso a Foucault se resume à incorporação das organizações totalitárias como metáforas físico-geográficas, como figuras de linguagem para uma exclusão total “dentro da” sociedade, por assim dizer, enquanto os aspectos de exclusão e interdição no nível de uma teoria do discurso (Foucault, 1971) não são usados para problematizar como demarcações são cotidianamente produzidas pelo funcionamento próprio dos subsistemas funcionais, com reflexos diretos

na distribuição de oportunidades comunicativas e, dessa forma, com impactos significativos na cristalização de estruturas sociais. E, vale dizer, mesmo nessas condições, a exclusão não chegaria a ser total: em um estudo sobre a execução de penas privativas de liberdade, argumenta-se que o instituto jurídico da ressocialização do preso é responsável por manter capacidades comunicativas, instituindo com isso uma paradoxal “*inclusão total-parcial*” (“*partiale Totalinklusion*”): a inclusão é “total” em uma organização, mas essa exclusão é voltada à reinclusão do indivíduo na sociedade (Ziemann, 1998). Reitera-se mais uma vez o discurso ortodoxo da teoria de sistemas, conforme o qual a exclusão, mesmo em casos extremos como em instituições totalizantes, ainda representa alguma forma de inclusão.

O principal equívoco desta estratégia é tomar os três níveis de diferenciação sistêmica como partições estanques. Se parece intuitivo distinguir regimes de inclusão e exclusão de acordo com tais níveis, é preciso considerar que tanto as organizações quanto os subsistemas funcionais e a sociedade realizam suas operações comunicativas como *interação*, ao mesmo tempo que, com exceção de contatos sociais efêmeros e fugidios, designados como sistemas sociais simples (Luhmann, 1972), toda interação é por sua vez regida por critérios funcionais e organizacionais. A literatura secundária toma como ponto de partida a distinção luhmanniana sem problematizá-la: com exceção de tais sistemas sociais simples, a maior parte da comunicação em subsistemas funcionais se desenrola na verdade como interação em organizações (tribunais e cortes judiciais, partidos políticos e instituições parlamentares, empresas, universidades e institutos de pesquisa, hospitais, escolas etc.), mostrando uma superposição e um tal entrelaçamento entre os níveis, que dificilmente permitiria

mantê-los em apartado. Se a exclusão no nível dos sistemas de interação não pode ser tratada como tal, já que ela não é pensada em termos discursivos, mas apenas no plano lógico-operativo da interpenetração (e, em tais termos, uma inclusão total de todos os indivíduos em todas as interações não faz o menor sentido); e se, no entanto, a exclusão é a regra geral para sistemas construídos como organizações (muito embora essa exclusão funcione, na verdade, como especificação do critério de interpenetração para sistemas baseados em organizações), resta o problema da exclusão no nível dos subsistemas funcionais – e, neste caso, a estratégia para lidar com a cumulatividade fática da desigualdade social passa pelo conceito das barreiras de convertibilidade, como forma de desarticular a condensação de exclusões.

Barreiras de convertibilidade e a irrelevância funcional da exclusão

Esta estratégia argumenta pela irrelevância funcional da exclusão (e, a rigor, da desigualdade social) decorrente de *barreiras de convertibilidade* (*Konvertibilitätssperre*) entre os subsistemas funcionais que evitariam a transmissão intersistêmica de exclusões. Essas barreiras de convertibilidade seriam intrínsecas ao próprio primado da diferenciação funcional, já que, nesse modo de diferenciação social, os critérios de inclusão e exclusão não são definidos para a sociedade como um todo, mas apenas por seus subsistemas funcionais parciais, que têm em vista somente a manutenção de sua autopoiese. Dessa forma, o problema da exclusão não pode ser resolvido no interior dos sistemas funcionais individuais porque: (i) a inclusão só é possível sob o pano de fundo da exclusão (é dizer: exclusão legítima inclusão); e (ii) o problema da amplificação recíproca das exclusões não pode ser atribuído a um

sistema funcional individual, na medida em que ele não tem condições de coordenar ou determinar a atuação de outros sistemas autopoieticos (Luhmann, 1997, p. 633). O problema empírico da cumulatividade de exclusões é novamente invalidado pelas próprias premissas da teoria. Qualquer assertiva acerca da formação de classes sociais, neste contexto, deveria ser vista como mera ilação. Isso explica por que a integração social, sob o primado da diferenciação funcional, é contingente: estar incluído em um sistema ou ser excluído dele não implica, por si só, uma inclusão ou uma exclusão necessária em outros sistemas (Nassehi, 1999). Mas a exclusão é, em tese, sempre reversível (Stichweh, 2009, p. 37-38).

Entretanto, o problema reside no seguinte, como argumenta o próprio Luhmann: o funcionamento concreto da forma inclusão/exclusão implica uma maior integração social apenas no âmbito da exclusão. Se é verdade que a inclusão na economia não garante necessariamente inclusão na política ou na educação, a exclusão da educação praticamente determina a exclusão da economia e da política e do direito e da ciência, pois a exclusão de um sistema acarreta “quase automaticamente a exclusão de outros sistemas” (Luhmann, 1995a, p. 242), como já mencionado na primeira parte deste artigo. Ainda que argumentando de maneira probabilística, e não estritamente causal, a elevada integração do âmbito da exclusão é incompatível com as postuladas barreiras de convertibilidade: *integração no âmbito de exclusão é justamente sinônimo de convertibilidade*, ela significa que o grau de acesso a um sistema funcional condiciona o acesso a outros sistemas. Se o âmbito da exclusão é mais integrado que o âmbito da inclusão, pois a limitação de possibilidades comunicativas é aí muito mais acentuada, a validade das barreiras de convertibilidade está definitivamente posta em questão.

Neste ponto, a literatura secundária vem mais uma vez em socorro do primado da diferenciação funcional. Mas as respostas à dificuldade soam, no mais das vezes, retóricas. Stichweh, por exemplo, chega a afirmar que exclusão e pobreza têm de ser rigidamente separados, pois pobreza se refere em primeira linha ao sistema econômico, enquanto exclusão é um conceito multidimensional (2004, p. 361). Isso seria suficiente para sugerir que a forma inclusão/exclusão substitui o conceito de desigualdade derivado da formação empírica de camadas sociais e supera a pobreza como conceito teórico (2005, p. 49). E, se o problema daí decorrente é óbvio, a conclusão apresentada – e aqui é preciso dizê-lo com todas as letras – é absolutamente incompreensível.

Um dos aspectos em que é possível estabelecer uma convergência entre diferentes teorias de exclusão diz respeito à tese de que exclusão significa cumulação de diferentes privações e que, além disso, tais privações observariam um encadeamento característico, isto é, não aconteceriam em uma sequência arbitrária. Mas por que isso ocorre? Isso não contradiz a tese da teoria de sistemas quanto à existência de uma barreira de convertibilidade, conforme a qual ganhos e perdas de *status* em um sistema funcional não podem ser imediatamente convertidos em correspondentes alterações de *status* em outros sistemas? Ao fim e ao cabo, a tese da autonomia operativa dos sistemas funcionais *traz consigo quase que forçosamente a noção das barreiras de convertibilidade* (Stichweh, 2004, p. 362; *grifo final meu*).

O mais curioso é que se argumenta em sentidos contraditórios: não obstante sistemas funcionais sejam a força motora da produção de desigualdade social (Stichweh, 2005, p. 166), gerando efeitos cumulativos e recíprocos nos diversos sistemas funcionais da sociedade (p. 173), sustenta-se a eficiência de barreiras de convertibilidade intersistêmicas, que impediriam a transmissão dos efeitos cumulativos da exclusão de um sistema a outro – derivadas, simplesmente, da própria

lógica da diferenciação funcional, que fala a favor da improbabilidade de que a inclusão em um sistema acarrete inclusão em outros (p. 175). Como se percebe, do problema empírico da cumulatividade da exclusão, passa-se ao plano lógico do funcionamento “normal” (i.e., hipotético e altamente idealizado) dos sistemas funcionais, chegando-se a uma conclusão que não decorre, em medida alguma, do raciocínio proposto. O reconhecimento de que tais barreiras de convertibilidade na realidade não funcionam na sociedade funcionalmente diferenciada, é uma perspectiva crítica que deveria ser levada às últimas consequências. Se a exclusão gera uma espécie de efeito de *spill over*, produzindo o encadeamento e o entrelaçamento de múltiplas dimensões de exclusão (Farzin, 2006, p. 55), o primado da diferenciação funcional é claramente posto em questão (p. 86). Não obstante, mantém-se a versão oficial da teoria de sistemas, segundo a qual os sistemas sociais estão fundados na inclusão.

Há um último esforço empreendido por Luhmann em conexão com o estabelecimento de barreiras de convertibilidade, a saber: as diferenças de oportunidades de vida são vistas apenas como subproduto da operação regular dos sistemas funcionais, sobretudo dos sistemas econômico e educacional, mas esse subproduto é cristalizado nas carreiras individuais e não estaria diretamente relacionado ao funcionamento dos sistemas (Luhmann, 1997, p. 772-774). O pertencimento a uma camada social produz efeitos ao influenciar a extensão dos contatos individuais e das carreiras individuais, mas não pode ser deduzido dos sistemas funcionalmente diferenciados. Nesse passo, Luhmann se desvia do problema ao reportar o caráter *social* da cumulatividade fática da exclusão à circunstância individual das carreiras profissionais: a cumulatividade da inclusão/exclusão acarretaria, segundo Luhmann, apenas benefícios ou desvantagens

para as *carreiras dos indivíduos*, sem se converter em estrutura social. Esse desnível, claramente artificial, é simplesmente contornado por Luhmann, que se abstém de resolvê-lo (Schwinn, 2004b, p. 89), pois ignora a transmissão intergeracional de inclusões e exclusões cumulativas por intermédio da estrutura familiar, como se a inclusão ou exclusão nos sistemas funcionalmente diferenciados pudesse ocorrer isenta de pressupostos temporais. Afinal de contas, é justamente por meio das carreiras dos indivíduos que estruturas de desigualdade são acopladas umas às outras (Dutra, 2012, p. 141 e ss.). E é justamente por meio das famílias que o acúmulo de inclusões e exclusões consolidado nas carreiras individuais é legado aos descendentes. Por isso, argumenta-se que: “Ainda há na sociedade, como sempre, uma elevada desigualdade, mas ela se impõe de maneira relativamente rara na experiência individual como experiência cotidiana” (Stichweh, 2004, p. 354-355). Em tais termos, a condensação da exclusão tem de ser deslocada para condicionantes regionais extremas (Nassehi, 2004, p. 343), em que uma espécie de “desvio” explicaria um funcionamento “anormal” da forma inclusão/exclusão: o deslocamento regional da exclusão às condições “exóticas” da periferia da sociedade mundial é a última estratégia a ser analisada.

A regionalização da exclusão

Em consonância com a argumentação desenvolvida até aqui, analisaremos a estratégia consistente no reconhecimento de que a exclusão é um problema empírico mais agudo em algumas regiões do globo do que em outras, pois, nessas regiões, ela se aproximaria da hipotética exclusão total. Esta última estratégia procura solucionar o problema da relação entre o plano lógico-operativo e o empírico por aproximação: não há, a rigor, exclusão total, mas exclusão “quase total”,

por assim dizer. Não obstante, duas vertentes se opõem aqui de maneira frontal. De um lado, determinadas descrições profundamente eurocêntricas acentuam o caráter “exótico” das sociedades periféricas. De outro, destaca-se aqui a apropriação da teoria de sistemas sociais para a análise da situação social da América Latina.

O problema teórico do deslocamento regional da exclusão, motivado por uma observação dos chamados “países em desenvolvimento”, mas também pela observação dos Estados Unidos e de algumas regiões da Europa, está presente desde as primeiras considerações de Luhmann sobre inclusão e exclusão (1995a; 1995b), diante do reconhecimento de que a industrialização não vem necessariamente acompanhada de inclusão social, ao contrário do que imaginavam as chamadas teorias da modernização¹⁰. A observação da exclusão na periferia da sociedade mundial funciona a princípio como um “alerta”: ela comprova a alta integração do âmbito de exclusão e mostra que a distância entre zonas de inclusão e zonas de exclusão compactadas regionalmente poderia, em tese, ser expandida indefinidamente, chegando mesmo a suprimir o primado da diferenciação funcional (Luhmann, 1995a, p. 235), como já mencionado. No entanto, a literatura especializada não segue, via de regra, esta direção crítica aberta pelo próprio Luhmann¹¹.

A esse respeito, é costume ressaltar as tonalidades retóricas e literárias, até mesmo “impressionistas”, por assim dizer, da descrição que Luhmann oferece dos fenômenos de exclusão (Balke, 2002; Farzin, 2008). Seguindo o autor,

[é] preciso afirmar que existe de fato exclusão, para a surpresa de todos os bem-intencionados, e, em uma medida tal de miséria, que escapa à descrição. Qualquer um que se aventure em uma visita às favelas das metrópoles sul-americanas e que saia daí com vida pode relatar essa experiência (Luhmann, 1995b, p. 147).

Não seria sequer necessário o auxílio de pesquisas empíricas, pois basta “acreditar no que veem os olhos” (1995b, p. 147). Ora, não é preciso ser um sociólogo experimentado em pesquisa empírica para notar que a descrição de Luhmann soa como um deslumbramento eurocêntrico (germanocêntrico, talvez), na medida em que ela não é derivada de qualquer desenvolvimento teórico, mas de uma sensibilidade empírica altamente seletiva e enviesada. Não obstante, essa saída “literária” é vista no debate especializado menos como falha ou insuficiência no argumento teórico e mais como um artifício adequado para a “descrição do indescritível” (Balke, 2002, p. 29) que, não por outra razão, restringe a perplexidade a “zonas de exclusão”, exceções que confirmam a regra (inclusão). O pressuposto dessa licença poética na descrição do indescritível é mais uma vez a hipótese da exclusão total, justamente aquele tipo de exclusão que muitos luhmannianos tomam como impossível quando procedem à análise no plano lógico da construção da forma inclusão/exclusão, mas que, no plano empírico, conseguem vislumbrar – ainda que por aproximação, como exceção regional empiricamente vaga e carregada de impressionismo.

Levando a sério a dimensão regional da discussão da forma inclusão/exclusão, é preciso ressaltar desenvolvimentos recentes que se

10 A comparação alcança, no máximo, zonas centrais vítimas de desindustrialização, como Wales, ou regiões com uma cultura local acentuada, tal como o sul da Itália – embora a discussão de “fatores culturais regionais” (Luhmann, 1995c) no bojo de uma teoria da sociedade mundial seja no mínimo curiosa.

11 Com exceção dos trabalhos de Marcelo Neves, como ainda veremos.

apropriaram da teoria de sistemas para propor um diagnóstico da modernidade periférica de maneira a escapar da simplicidade analítica de binômios tais como civilização/barbárie, desenvolvimento/subdesenvolvimento, moderno/tradicional, modelo/cópia etc., bem como das correlatas pressuposições ideológicas subjacentes a tais binômios. Aqui, a análise tem de ser restrita aos aportes que teorizaram a forma inclusão/exclusão no contexto do discurso que desloca para a periferia da sociedade os problemas de exclusão. Dentre tais aportes, destacam-se as pesquisas de Marcelo Neves e de Aldo Mascareño. Ambas têm de raciocinar com tipos ideais (Neves, 1992, p. 75, ps. 110 e ss.; Mascareño, 2012, p. 11), a fim de que comparações regionais possam ser estabelecidas – do contrário, a própria distinção centro/periferia restaria invalidada e deixaria de apresentar potencial analítico. Essa necessidade metodológica não significa, porém, um retorno aos binômios tradicionais¹².

Tanto Mascareño quanto Neves sustentam que a América Latina ocupa uma posição peculiar na sociedade funcionalmente diferenciada. Ambos partem da perspectiva da sociedade mundial, sem admitir com isso a pressuposição do modelo europeu como norma, nem a diferenciação funcional latino-americana como elemento patológico de uma evolução mundial supostamente homogênea (Neves, 1992, p. 160; 2000, p. 188-189; 2012, p. 23-24; Mascareño, 2012, p. 12). E ambos ressaltam a importância de considerar elementos regionais a fim de ampliar o potencial analítico da teoria de sistemas, bem como as diferenças nos regimes de inclusão e exclusão quando diferenças regionais são consideradas (Neves, 2000, ps. 178

e ss.; Mascareño, 2012, p. 43). Além disso, ambos veem problemas de inclusão e exclusão tanto no centro como na periferia da sociedade mundial (Neves, 2007; Mascareño, 2012, p. 75). Há, no entanto, uma diferença central: Neves radicaliza o uso crítico da forma inclusão/exclusão para refutar o primado da diferenciação funcional.

Mascareño propõe o conceito de *ordem concentricamente institucionalizada*, expressando com isso a convivência de processos já estabelecidos de diferenciação funcional, processos de diferenciação em curso e episódios de desdiferenciação – estes últimos criam redes hierarquizadas de contatos pessoais que, embora desencadeiem tendências centrípetas no interior da diferenciação funcional, não conduzem à halopoiese ou a uma desdiferenciação generalizada (2012, p. 41 e ss.). Nesse sentido, opõem-se ordens institucionais *concêntricas* e *policêntricas*, que não permitem localizar “a” modernidade aqui ou lá, de modo binário e mutuamente excludente: a América Latina é uma ordem institucional concêntrica, na medida em que a diferenciação funcional segue um caminho institucional próprio, marcado pela centralização de fatores de inclusão e exclusão, sem, no entanto, deixar de fazer parte integralmente da modernidade. A especificidade regional se reflete para Mascareño no regime de inclusão e exclusão. Para o autor, inclusão e exclusão ocorrem *simultaneamente* na América Latina: quando a exclusão é a realidade, busca-se inclusão por caminhos informais (violência, corrupção etc.). Mascareño pretende refutar a bipartição luhmanniana entre zonas de inclusão e zonas de exclusão, mostrando que é possível identificar na América Latina um entrelaçamento de pro-

12 A discussão quanto à possibilidade de que essa exigência metodológica venha a redundar na reincorporação de elementos oriundos dos binômios tradicionais não constitui nosso objeto de análise – cf. Gonçalves (2010).

cessos formais de inclusão e exclusão ocorrendo simultaneamente (2012, p. 52-53). Não obstante, tais reflexões são realizadas no bojo do primado da diferenciação funcional (Mascareño, 2012, p. 11, p. 75). E, nesse sentido, vale indagar: se a diferenciação regional altera o sentido da diferenciação funcional, não seria o caso de torná-la premissa da teoria? Por que é preciso manter o primado da diferenciação funcional, quando é preciso reespecificá-lo regionalmente? A razão pela qual o primado é mantido não chega a ser explicitada por Mascareño, como se a opção pela teoria de sistemas tivesse de implicar, necessariamente, sua manutenção.

Contrariamente a isso, Neves problematiza frontalmente o primado da diferenciação funcional, argumentando não ser possível sustentá-lo à luz da posição ocupada não apenas pela América Latina na sociedade mundial, mas também pela maior parte dos países do globo, onde a disjunção entre o desiderato de inclusão total e a vida real revela o caráter eurocêntrico da formulação luhmanniana:

Se isso é assim, pode-se insistir no primado da diferenciação funcional na sociedade mundial? Minha resposta é “não”. [...] A tese do primado reduz-se assim a uma visão eurocêntrica da sociedade mundial, ou a uma visão limitada aos países desenvolvidos (Neves, 2012, p. 24-25).

Essa conclusão é suportada pela teoria da alopoiese, que Neves (1992; 2000, p. 180) desenvolveu ao analisar o sistema jurídico do Brasil, apoiando-se no conceito luhmanniano de corrupção sistêmica (Luhmann, 1993, p. 445). Nessa perspectiva, sistemas alopoiéticos são aqueles cuja redução de complexidade é operada em

termos não estruturados ou estruturados de maneira não funcional. Sistemas alopoiéticos não apenas pressupõem uma profunda desigualdade social, como acentuam as discrepâncias entre “incluídos” e “excluídos” (na terminologia de Neves: “superintegrados” ou “subintegrados”, já que inclusão e exclusão não descrevem estados pessoais): o acesso aos sistemas funcionais não é apenas baseado em uma profunda exclusão, mas, sobretudo, no acesso privilegiado aos sistemas funcionais por parte daqueles capazes de acumular recursos comunicativos (Neves, 2000, p. 188). À luz de todas as estratégias teóricas analisadas até aqui, nota-se que apenas Neves permite utilizar a forma inclusão/exclusão para a comparação interpessoal, ou seja, para discriminar níveis de desigualdade entre indivíduos ou grupos de indivíduos¹³.

O uso crítico da forma inclusão/exclusão implica assim não apenas uma teoria da desigualdade social, mas também uma teoria sobre a constituição e a reprodução das elites – na periferia e *no centro* da sociedade mundial. Alex Demirović argumenta que regiões de extrema exclusão implicam contar, inversamente, com regiões de “extrema inclusão”, i.e., com grupos de indivíduos que escolhem como tomar parte nas comunicações sistêmicas, o que permitiria perceber: (i) a dinâmica de inclusão e exclusão pode ser vista como uma dinâmica de luta política, inclusive com aspectos distributivos relativos às chances de participação na comunicação dos sistemas; e (ii) nada há de regional nisso, pois seria preciso generalizar essa perspectiva para problematizar o primado da diferenciação funcional para a sociedade mundial como um todo, e não excepcioná-lo localmente (Demirović, 2001, p. 32).

13 A extrapolação dessa perspectiva em termos de uma teoria geral (e não como diagnóstico da especificidade do sistema jurídico brasileiro) é uma tarefa ainda a ser realizada.

Ao invés disso, no entanto, a exclusão é geralmente classificada como um “problema residual” da sociedade funcionalmente diferenciada (Luhmann, 2000, p. 427), cuja pretensa explicação está na resistência que fatores regionais específicos opõem à implementação bem-sucedida da diferenciação funcional (Farzin, 2006, p. 66, p. 80 e ss.). O deslocamento regional da exclusão ganha proeminência decisiva no artigo “Causalidade no sul”, em que o “subdesenvolvimento” do sul da Itália é explicado a partir da sobrevivência de redes de relações pessoais (*Netzwerke*) no contexto da sociedade funcionalmente diferenciada, não mais vinculadas a uma estratificação social unitária, mas à formação de sistemas como organizações (Luhmann, 1995c). Com isso, fatores de teor “cultural”, “regional” ou relativo à “mentalidade” das pessoas são absorvidos pela teoria de sistemas sociais para explicar a permanência de redes organizadas de contatos pessoais na sociedade funcionalmente diferenciada – e Luhmann tem em vista claramente a máfia como argumento que corroboraria sua tese. A partir dessa virada, os efeitos deletérios da diferenciação funcional deixam de ser derivados de seu próprio funcionamento e passam a ser atribuídos a fatores locais. Nesse sentido, a periferia da sociedade mundial é responsável por “corromper” moralmente o progresso da diferenciação funcional (Souza, 2010). E, a partir daí, se os sistemas funcionais da sociedade operam a inclusão em bases mundiais, a exclusão tem de ocorrer sempre de maneira local ou regional, decorrente de acoplamentos estruturais problemáticos ou corrompidos (Stichweh, 2005, p. 58-59, 176): donde a metáfora dos “buracos negros” (p. 59): aproximar-se das zonas de exclusão aumenta o perigo de ser “engolido” por elas. Nota-se que o alerta de Luhmann, inicialmente formulado em termos teóricos (a forma inclusão/exclusão pode ser vista

como um metacódigo capaz de suprimir o primado da diferenciação funcional) muda de caráter. A mensagem agora é: “mantenha distância” e se torna um argumento moral que, admitindo de maneira *ad hoc* um *status* diferenciado para a periferia no contexto de uma sociedade mundial, imputa-lhe a culpa por sua razão de ser. Ao fim e ao cabo, portanto, admitindo situações excepcionais no sul da Itália, em regiões desindustrializadas da Europa e dos Estados Unidos, e definitivamente generalizadas para América Latina, Ásia e África – enfim, admitindo “o resto do mundo” (!) como exceção, a teoria de sistemas segue afirmando que a estratificação e a desigualdade social permanecem irrelevantes para o primado da diferenciação funcional, baseado, desde sempre, na inclusão.

Considerações finais

Este artigo procurou mostrar as dificuldades que a teoria de sistemas sociais enfrenta ao tentar incluir a descrição da desigualdade social em seu arcabouço teórico com o auxílio da forma inclusão/exclusão. A tarefa, iniciada por Luhmann de maneira espasmódica e mantida inconclusa ao longo de seu percurso teórico, é caracterizada por uma formulação aporética, em que o plano lógico-operativo e o plano empírico estão constitutivamente desconectados um do outro. A literatura secundária dá seguimento à discussão da forma inclusão/exclusão exatamente com base nessa disjunção, adotando cinco estratégias principais que, no entanto, conduzem a resultado oposto ao pretendido, pois – com exceção da pesquisa de Neves – significam um reforço na defesa do primado da diferenciação funcional em oposição a uma revisão crítica do papel da exclusão na sociedade funcionalmente diferenciada. Com efeito, parte-se inicialmente da radicalidade binária da forma inclusão/exclusão (o que pressupõe necessariamente

a exclusão total) para, argumentando que não há comunicação que não pertença à sociedade, negar justamente a possibilidade da exclusão total. Tentativas de gradualizar fenômenos de inclusão e exclusão redundam por sua vez na fixação arbitrária de níveis de acesso aos sistemas sociais. Mas, já que nenhuma comunicação pode ser excluída da sociedade, tem-se uma conversão automática da exclusão em inclusão, eliminando-se assim todo o potencial crítico do lado negativo da forma. Junta-se a isso o argumento de acordo com o qual a exclusão é a regra para organizações formais, tornando-a assim mais uma vez inofensiva para expressar disfunções da sociedade. Na sequência, afirma-se dogmaticamente a eficiência de barreiras de convertibilidade que imunizariam o primado da diferenciação funcional de efeitos deletérios oriundos da cumulatividade fática de exclusões. Por fim, se há, de fato, alguma exclusão na sociedade funcionalmente diferenciada, ela é verificada “apenas” na periferia da sociedade mundial, em uma perspectiva que, via de regra, associa etnocentrismo e romantismo. Em resumo, essas estratégias transitam entre os planos lógico-operativo e empírico sem mediação: propõem soluções no plano lógico-operativo para problemas empíricos ou soluções empíricas para problemas lógico-operativos, sem que essa passagem seja explicitamente apresentada como problema teórico. Um uso crítico do lado negativo da forma inclusão/

exclusão nos quadros de uma teoria geral da sociedade (e não, portanto, como diagnóstico da modernidade periférica) permanece ainda em aberto¹⁴.

A forma inclusão/exclusão produz então, subliminarmente, um resultado paradoxal, mesmo quando seu intuito originário era exatamente o de *viabilizar* a comparação entre pessoas (i.e., observar a desigualdade social): “A teoria de sistemas mal ‘descobriu’ para si o problema da pobreza e da segregação social, e já imediatamente o escamoteou; neutralizou-o a um ponto em que ele se tornou irreconhecível” (Kronauer, 2010, p. 133). Originalmente introduzida para observar a desigualdade social, a forma inclusão/exclusão é empregada apenas na análise da relação entre *indivíduo* e *sociedade*, e não das *relações entre indivíduos*, e isso “ao preço da cegueira para exatamente aquilo que se pretendia tomar em consideração: a desigualdade social” (Nassehi, 2004, p. 329). Como visto, as conclusões do debate especializado reiteram a inclusão e tornam impossíveis, remotas ou excepcionais as hipóteses de exclusão, neutralizando o potencial crítico da forma inclusão/exclusão¹⁵. Muito embora desigualdade social seja um conceito relacional, voltado a comparação entre classes, *milieus* e estilos de vida (Schwinn, 2007, p. 11-12), a sociologia sistêmica gira em falso ao se limitar às relações entre indivíduo e sociedade, entre sistemas psíquicos e sis-

14 Uma alternativa poderia ser aventada com o auxílio de uma teoria discursiva do conflito, e isso para além dos limites da teoria luhmanniana, concebendo inclusão e exclusão como performances linguísticas, i.e., como momentos da articulação discursiva de conflitos (em linha com Foucault, Butler, Laclau e Mouffe, por exemplo), em que discrepâncias empíricas venham a ser tornadas temas da comunicação de maneira a problematizar as fronteiras de sociabilidade que condicionam o funcionamento infraestrutural das possibilidades de inclusão na sociedade. Indicações iniciais desse projeto foram apresentadas na conferência *Die gespaltene Gesellschaft: Sozialwissenschaftliche Perspektive auf alte und neue soziale Ungleichheiten*, do grupo de trabalho *Soziale Ungleichheit*, da Sociedade Austríaca de Sociologia (*Österreichische Gesellschaft für Soziologie - ÖSG*), em 6/12/2012, sob o título *Die Performativität der Exklusion und die Kämpfe um Inklusion*.

15 Ressalvando-se, mais uma vez, a perspectiva de Neves – que, no entanto, limita-se ao diagnóstico da modernidade periférica e não foi, ainda, expandida para fundamentar uma teoria geral da sociedade.

temas sociais, *sem refletir que as condições de participação do indivíduo na sociedade não são definidas em abstrato, mas são, ao contrário, condicionadas pelas relações entre indivíduos.* Diante disso, ao que tudo indica, a relação

entre desigualdade social e a forma inclusão/exclusão ainda representa uma questão em aberto para a teoria de sistemas, cuja solução, internamente ao próprio quadro conceitual da teoria, parece improvável.

Bibliografia

- BACHUR, João Paulo (2010). *Às portas do labirinto. Para uma recepção crítica da teoria social de Niklas Luhmann.* Rio de Janeiro: Azougue.
- BALKE, Friedrich (2002). "Tristes tropiques. Systems theory and the literary scene". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 8, n. 1, p. 27-37.
- BOHN, Cornelia (2001). "Inklusionsindividualität und Exklusionsindividualität". In: BOHN, Cornelia; WILLEMS, Herbert (orgs.). *Sinngeneratoren: Fremd- und Selbstthematisierung in soziologisch-historischer Perspektive.* Konstanz: UVK. p. 159-176.
- _____. (2006). *Inklusion, Exklusion und die Person.* Konstanz: UVK.
- _____. (2008). "Inklusion und Exklusion: Theorien und Befunde. Von der Ausgrenzung aus der Gemeinschaft zur inkludierenden Exklusion". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 14, n. 2, p. 171-190.
- BOHN, Cornelia; HAHN, Alois (2002). "Patterns of inclusion and exclusion: property, nation and religion". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 8, n. 1, p. 8-26.
- BOHN, Cornelia; HAHN, Alois (orgs.) (2006). "Processi di inclusione ed esclusione: identità ed emarginazione/ Prozesse der Inklusion und Exklusion: Identität und Ausgrenzung". ANNALI DI SOCIOLOGIA/ SOZIOLOGISCHES JAHRBUCH, v. 16. Trento, Associazione Italo-Tedesca di Sociologia/Italianisch-Deutsche Gesellschaft für Soziologie.
- BORA, Alfons (2002). "'Wer gehört dazu?' Überlegungen zur Theorie der Inklusion". In: HELLMANN, Kai-Uwe; SCHMALZ-BRUNS, Rainer (orgs.). *Theorie der Politik: Niklas Luhmanns politische Soziologie.* Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 60-84.
- BUDE, Heinz (org.) (2008). *Exklusion: Die Debatte über die "Überflüssigen".* Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- BURZAN, Nicole; SCHIMANK, Uwe (2004). "Inklusionsprofile – Überlegungen zu einer differenzierungstheoretischen 'Sozialstrukturanalyse'". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung.* Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 209-237.
- BUTLER, Judith (1997). *Excitable speech: a politics of the performative.* New York; London: Routledge.
- DEMIROVIĆ, Alex (2001). *Komplexität und Emanzipation: Kritische Gesellschaftstheorie und die Herausforderung der Systemtheorie Niklas Luhmanns.* Münster: Westfälisches Dampfboot.
- DUTRA, Roberto (2012). *Funktionale Differenzierung, soziale Ungleichheit und Exklusion: eine theoretische Analyse und eine Interpretation des Falls Brasilien.* Tese de doutorado, Berlin, Humboldt-Universität.
- FARZIN, Sina (2006). *Inklusion/Exklusion: Entwicklungen und Probleme einer systemtheoretischen Unterscheidung.* Bielefeld: Transcript.
- _____. (2008). "Sichtbarkeit durch Unsichtbarkeit: die Rhetorik der Exklusion in der Systemtheorie Niklas Luhmanns". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 14, n. 2, p. 191-209.

- FOUCAULT, Michel (1971). *L'Ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- GIEGEL, Hans-Joachim (2004). "Gleichheit und Ungleichheit in funktional differenzierten Gesellschaften". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 105-130.
- GÖBEL, Markus; SCHMIDT, Johannes F. K. (1998). "Inklusion/Exklusion: Karriere, Probleme und Differenzierung eines systemtheoretischen Begriffspaares". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 4, n. 1, p. 87-118.
- GONÇALVES, Guilherme Leite (2010). "Rechtssoziologische Interpretationen des Rechtsdiskurs in Lateinamerika: eine postkoloniale Kritik". *Juridikum. Zeitschrift für Kritik/Recht/Gesellschaft*, n. 21, p. 311-320.
- HALFMANN, Jost (2002). "Der moderne Nationalstaat als Lösung und Problem der Inklusion in das politische System". In: HELLMANN, Kai-Uwe; SCHMALZ-BRUNS, Rainer (orgs.). *Theorie der Politik: Niklas Luhmanns politische Soziologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 261-286.
- KRONAUER, Martin (2010). *Exklusion: die Gefährdung des Sozialen im hoch entwickelten Kapitalismus*. 2. ed. Frankfurt am Main; New York: Campus.
- LEISERING, Lutz (2004). "Desillusionierungen des modernen Fortschrittsglaubens: 'Soziale Exklusion' als gesellschaftliche Selbstbeschreibung und soziologisches Konzept". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 238-268.
- LUHMANN, Niklas (1965). *Grundrechte als Institution. Ein Beitrag zur politischen Soziologie*. Berlin: Duncker & Humblot.
- _____. (1972). "Einfache Sozialsysteme". In: *Soziologische Aufklärung*. 5. ed. Wiesbaden: VS. p. 25-47. v. 2.
- _____. (1974). "Symbiotische Mechanismen". In: *Soziologische Aufklärung*. 4. ed. Wiesbaden: VS. p. 262-280. v. 3.
- _____. (1975a). "Evolution und Geschichte". In: *Soziologische Aufklärung*. 5. ed. Wiesbaden: VS. p. 187-211. v. 2.
- _____. (1975b). "Die Weltgesellschaft". In: *Soziologische Aufklärung*. 5. ed. Wiesbaden: VS. p. 63-88. v. 2.
- _____. (1975c). "Interaktion, Organisation, Gesellschaft". In: *Soziologische Aufklärung*. 5. ed. Wiesbaden: VS. p. 9-24. v. 2.
- _____. (1977a). "The differentiation of society". In: *The differentiation of society*. Trad. Stephen Holmes; Charles Larmore. New York: Columbia University Press. p. 229-254.
- _____. (1977b). "Interpenetration – Zum Verhältnis personaler und sozialer Systeme". In: *Soziologische Aufklärung*. 4. ed. Wiesbaden, VS. p. 172-192. v. 3.
- _____. (1980a). "Theoretische Orientierung der Politik". In: *Soziologische Aufklärung*. 4. ed. Wiesbaden: VS. p. 329-335. v. 3.
- _____. (1980b). "Gesellschaftliche Struktur und semantische Tradition". In: *Gesellschaftsstruktur und Semantik: Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 9-71. v. 1.
- _____. (1981). *Politische Theorie im Wohlfahrtsstaat*. München: Olzog.
- _____. (1984). *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- _____. (1985). "Zum Begriff der sozialen Klasse". In: KIESERLING, André; LUHMANN, Niklas (orgs.). *Ideenevolution: Beiträge zur Wissenssoziologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 72-131.

- _____. (1988). "Wie ist Bewußtsein an Kommunikation beteiligt?" In: *Soziologische Aufklärung*. 2. ed. Wiesbaden: VS. p. 38-54. v. 6.
- _____. (1989). "Individuum, Individualität, Individualismus". In: *Gesellschaftsstruktur und Semantik: Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 149-258. v. 3.
- _____. (1991). "Die Form 'Person'". In: *Soziologische Aufklärung*. 2. ed. Wiesbaden: VS. p. 137-148. v. 6.
- _____. (1993). *Das Recht der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- _____. 1994. "Die Tücke des Subjekts und die Frage nach den Menschen". In: *Soziologische Aufklärung*. 2. ed. Wiesbaden: VS. p. 149-161. v. 6.
- _____. (1995a). "Inklusion und Exklusion". In: *Soziologische Aufklärung*. 2. ed. Wiesbaden: VS. p. 226-251. v. 6.
- _____. (1995b). "Jenseits von Barbarei". In: *Gesellschaftsstruktur und Semantik: Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 138-150. v. 4.
- _____. (1995c). "Kausalität im Süden". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie* 1, 1: 7-28.
- _____. (1997). *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- _____. (2000). *Die Politik der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- MARSHALL, Thomas H (1967). *Cidadania, classe social e "status"*. Trad. M. P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar.
- MASCAREÑO, Aldo (2012). *Die Moderne Lateinamerikas: Weltgesellschaft, Region und funktionale Differenzierung*. Bielefeld: Transcript.
- NASSEHI, Armin (1999). "Inklusion, Exklusion – Integration. Desintegration. Die Theorie funktionaler Differenzierung und die Desintegrationsthese". In: *Differenzierungsfolgen: Beiträge zur Soziologie der Moderne*. Opladen: Westdeutscher. p. 105-131.
- _____. (2002). "Exclusion individuality or individualization by inclusion?" *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 8, n. 1, p. 124-135.
- _____. (2004). "Inklusion, Exklusion, Ungleichheit. Eine kleine theoretische Skizze". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 323-352.
- NASSEHI, Armin; NOLLMANN, Gerd (1999). "Inklusionen. Organisationssoziologische Ergänzungen der Inklusions-/Exklusionstheorie". In: *Differenzierungsfolgen: Beiträge zur Soziologie der Moderne*. Opladen: Westdeutscher. p. 133-150.
- NEVES, Marcelo (1992). *Verfassung und Positivität des Rechts in der peripheren Moderne: Eine theoretische Betrachtung und Interpretation des Falls Brasilien*. Berlin: Duncker und Humblot.
- _____. (2000). *Zwischen Themis und Leviathan: Eine schwierige Beziehung. Eine Rekonstruktion des demokratischen Rechtsstaates in Auseinandersetzung mit Luhmann und Habermas*. Baden-Baden: Nomos.
- _____. (2007). "Die Staaten im Zentrum und die Staaten an der Peripherie: einige Probleme mit Niklas Luhmanns Auffassung von den Staaten der Weltgesellschaft". In: NEVES, Marcelo; VOIGT, Rüdiger (orgs.). *Die Staaten der Weltgesellschaft: Niklas Luhmanns Staatsverständnis*. Baden-Baden: Nomos. p. 181-221.
- _____. (2012). "Komplexitätssteigerung unter mangelhafter funktionaler Differenzierung: das Paradox der sozialen Entwicklung Lateinamerikas". In: MASCAREÑO, Aldo et al. (org.). *Durch Luhmanns Brille: Herausforderungen an Politik und Recht in Lateinamerika und in der Weltgesellschaft*. Wiesbaden: VS. p. 17-27.

- PARSONS, Talcott (1971). *The system of modern societies*. Engelwood Cliffs: Prentice Hall.
- SCHIMANK, Uwe (1998). "Funktionale Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Gesellschaftstheorien und ihre konflikttheoretische Verknüpfung". In: GIEGEL, Hans-Joachim (org.). *Konflikt in modernen Gesellschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 61-88.
- SCHROER, Markus (2010). "Funktionale Differenzierung versus soziale Ungleichheit: ein Beitrag zur Debatte über die Grundstruktur der modernen Gesellschaft". In: KNEER, Georg; MOEBIUS, Stephan (orgs.). *Soziologische Kontroversen: Beiträge zu einer anderen Geschichte der Wissenschaft vom Sozialen*. Berlin: Suhrkamp. p. 291-313.
- SCHWINN, Thomas (2004a). "Institutionelle Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 9-69.
- _____. (2004b). "Ständische Verhältnisse und Ordnungsbildung vom Mittelalter bis in die Neuzeit". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 71-102.
- _____. (2007). *Soziale Ungleichheit*. Bielefeld: Transcript.
- SEN, Amartya K. (1970). *Collective choice and social welfare*. Amsterdam; New York; Oxford: North-Holland Publishing Company.
- SOUZA, Jessé (2010). "Für eine kritische Modernisierungstheorie". *Leviathan*, n. 26, p. 405-429.
- SPENCER BROWN, George (1969). *Laws of form*. New York: Bantam.
- STICHWEH, Rudolf (2000). *Die Weltgesellschaft. Soziologische Analysen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- _____. (2002). "Strangers, inclusions, and identities". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 8, n. 1, p. 101-109.
- _____. (2004). "Zum Verhältnis von Differenzierungstheorie und Ungleichheitsforschung. Am Beispiel der Systemtheorie der Exklusion". In: SCHWINN, Thomas (org.). *Differenzierung und soziale Ungleichheit: die zwei Soziologien und ihre Verknüpfung*. Frankfurt am Main: Humanities Online. p. 353-367.
- _____. (2005). *Inklusion und Exklusion: Studien zur Gesellschaftstheorie*. Bielefeld: Transcript.
- _____. (2009). "Leitgesichtspunkte einer Soziologie der Inklusion und Exklusion". In: STICHWEH, Rudolf; WINDOLF, Paul (orgs.). *Inklusion und Exklusion: Analysen zur Sozialstruktur und sozialen Ungleichheit*. Wiesbaden: VS. p. 29-42.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Donald DeAvila (1968). *Pragmatics of human communication*. London: Faber & Faber.
- WEISS, Anja (2004). "Unterschiede, die einen Unterschied machen. Klassenlagen in den Theorien von Pierre Bourdieu und Niklas Luhmann". In: NASSEHI, Armin; NOLLMANN, Gerd (orgs.). *Bourdieu und Luhmann: ein Theorievergleich*. Frankfurt am Main: Suhrkamp. p. 208-232.
- WINDOLF, Paul (2009). "Einleitung: Inklusion und soziale Ungleichheit". In: STICHWEH, Rudolf; WINDOLF, Paul (orgs.). *Inklusion und Exklusion: Analysen zur Sozialstruktur und sozialen Ungleichheit*. Wiesbaden: VS. p. 11-27.
- ZIEMANN, Andreas (1998). "Die eingeschlossenen Ausgeschlossenen. Zur Problematik funktionaler Totalinklusion im Rahmen des Strafvollzugsgesetzes". *Soziale Systeme. Zeitschrift für soziologische Theorie*, v. 4, n. 1, p. 31-57.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Resumo

Inclusão e exclusão na teoria de sistemas sociais: um balanço crítico

O artigo sintetiza o atual debate em torno dos conceitos de inclusão e exclusão na teoria de sistemas sociais alemã. Após a apresentação conceitual da forma inclusão/exclusão, discutem-se as dificuldades que essa formulação impõe à teoria de sistemas por meio de um balanço bibliográfico estruturado em cinco problemas centrais: a impossibilidade de uma exclusão total; a conversão automática de exclusão em inclusão; o isolamento da exclusão conforme níveis de diferenciação de sistemas; o deslocamento regional da exclusão para a periferia da sociedade mundial; e a irrelevância funcional da exclusão. A passagem indistinta entre os níveis lógico e empírico impede que a forma inclusão/exclusão seja empregada para comparações interpessoais, tornando-se impermeável à observação dos fenômenos de desigualdade social.

Palavras-chave: Niklas Luhmann; Teoria de sistemas sociais; Inclusão; Exclusão; Desigualdade social.

Abstract

Inclusion and exclusion in the theory of social systems: a critical assessment

The article synthesizes the key features of the current debate on inclusion and exclusion in the German systems theory. After introducing conceptually the form inclusion/exclusion, a bibliographical review discusses the difficulties derived from that formulation, according to five main problematic issues: the impossibility of a full exclusion; the automatic conversion of exclusion into inclusion; the isolation of exclusion according to different levels of systems differentiation; the regional displacement of exclusion towards the periphery of the world society; and the functional irrelevance of exclusion. The paper shows how an indistinct shifting between the logical and the empirical level of theoretical formulation prevents the deployment of the form inclusion/exclusion for interpersonal comparison, making the systems theory insensitive to the observation of the phenomena of social inequality.

Keywords: Niklas Luhmann; Systems theory; Inclusion; Exclusion; Social inequality.

Résumé

Inclusion et exclusion dans la théorie des systèmes sociaux: une évaluation critique

L'article synthétise les caractéristiques principales de l'actuel débat autour des concepts d'inclusion et d'exclusion de la théorie allemande des systèmes sociaux. Après la présentation conceptuelle de la forme inclusion/exclusion, nous discutons les difficultés que cette formulation impose à la théorie des systèmes par un bilan bibliographique structurée autour de cinq problèmes centraux : l'impossibilité d'une exclusion totale; la conversion automatique de l'exclusion en inclusion; la ségrégation de l'exclusion selon les différents niveaux de différenciation des systèmes; le déplacement régional de l'exclusion vers la périphérie de la société mondiale; et l'insignifiance fonctionnelle de l'exclusion. Ce travail montre que le changement sans distinction entre le niveau logique et le niveau empirique empêche l'emploi de la forme inclusion/exclusion afin de rendre possible les comparaisons interpersonnelle, ce qui la rend insensible à l'observation des phénomènes de l'inégalité sociale.

Mots-clés: Niklas Luhmann; Théorie des systèmes sociales; Inclusion; Exclusion; Inégalité sociale.

Introdução

As decisões tomadas pelos governos afetam o bem-estar de grupos e indivíduos em uma sociedade. Dessa forma, é natural que grupos e indivíduos procurem influenciar tais decisões, para que se aproximem de suas preferências (Przeworski, 2011). É possível fazer isso de diversas maneiras, por exemplo, através do exercício de direitos comuns, como a participação em eleições ou em outras formas de atividade política, através da mobilização dos recursos que têm à disposição, como o financiamento de campanhas eleitorais e de partidos políticos.

A literatura em Ciência Política se debruça sobre todas as formas de atuação dos grupos e atores privados na tentativa de influenciar as decisões públicas e os resultados das políticas governamentais. Especial atenção, no entanto, é dispensada à mobilização de recursos próprios (tempo ou dinheiro, por exemplo), pois se trata de recursos desigualmente distribuídos na sociedade, o que faz com que se constituam capacidades desiguais de influenciar decisões públicas (Przeworski, 2011).

Esse choque aparente entre igualdade política *de jure* e desigualdade econômica

de facto gerou, por um lado, extenso debate normativo sobre a relação entre atores privados e atores políticos, e, por outro, também extensa agenda de pesquisa que busca compreender os mecanismos dessa relação. A lista desses mecanismos é extensa e inclui o convencimento e a mobilização do eleitorado, o financiamento de campanhas eleitorais, atividades de *lobbying* no Legislativo e no Executivo, além de atividades ilegais (corrupção). Neste trabalho, procuraremos analisar a produção empírica quantitativa referente ao efeito potencial de contribuições de campanha sobre aspectos particulares da atuação pós-eleitoral de atores políticos ou sobre resultados de decisões públicas.

Parece haver uma noção bastante difundida de que contribuições de campanha se revertem, no período pós-eleitoral, em favorcimento aos doadores. No entanto, a verificação empírica quantitativa dessa relação apresentou conclusões por demais ambíguas a respeito do efeito médio das contribuições de campanha sobre a atuação pós-eleitoral de atores políticos ou sobre o resultado de decisões públicas.

Adiante, iremos apontar as principais dificuldades, metodológicas ou práticas, enfrentadas na pesquisa quantitativa sobre

* Este trabalho, que tem por base a revisão bibliográfica realizada para a tese de doutorado do autor, se beneficiou dos comentários de Amâncio Oliveira, Wagner Mancuso, Lorena Barberia, Manoel Galdino e Ricardo Ceneviva e de um parecerista anônimo da *BIB*, aos quais agradeço. Contudo, eventuais erros são de inteira responsabilidade do autor.

a relação entre as contribuições de campanha e a atuação pós-eleitoral de atores políticos ou os resultados de decisões públicas. Depois, revisaremos os trabalhos empíricos quantitativos realizados e procuraremos mostrar como tentaram lidar com os problemas citados. Por fim, concluiremos propondo a utilização dos chamados métodos quase-experimentais como forma de mitigar os problemas enfrentados pelas pesquisas empíricas quantitativas que buscam aferir o efeito potencial de contribuições de campanha sobre aspectos particulares da atuação pós-eleitoral de atores políticos ou sobre resultados de decisões públicas.

Dificuldades práticas e metodológicas

A análise da influência de contribuições de campanha sobre a atuação pós-eleitoral de atores políticos ou sobre o resultado de decisões públicas parte, teoricamente, de dois pressupostos: em primeiro lugar, como mencionado na introdução, atores privados e grupos organizados procurariam, quando possível, influenciar decisões públicas que afetassem seus interesses; em segundo lugar, candidatos e partidos valorizariam a conquista e retenção de mandatos eletivos.

Concretamente, no que se refere ao segundo pressuposto, sabemos que atividades políticas custam dinheiro. Os partidos políticos, por exemplo, precisam de dinheiro para cobrir seus custos operacionais, organizar campanhas eleitorais, entre outras atividades. Verificamos, então, que, para a conquista ou a manutenção de cargos eletivos, dinheiro é importante, seja para aumentar a probabilidade de vitória eleitoral¹, seja para a

manutenção dos partidos. É natural, assim, que se busque financiamento onde seja possível obtê-lo, e isso significa que partidos e candidatos valorizam o recebimento de contribuições para o financiamento, entre outras coisas, de suas campanhas eleitorais.

Dessa forma, temos, de um lado, grupos e atores privados que desejam influenciar as decisões públicas que afetam seu bem-estar e que dispõem, em variados graus, de recursos escassos (como tempo e dinheiro); e, de outro lado, atores políticos que desejam obter recursos para que possam conquistar e manter cargos eletivos e que dispõem, em variados graus (e se obtiverem sucesso eleitoral), de capacidade para influenciar as decisões públicas.

Seria, então, natural imaginar que os atores privados e políticos entrariam em acordo para trocar os “bens” que possuem pelos que desejam. Um dos lados dessa “troca” pode ser verificado com relativa facilidade: grande parte dos sistemas políticos atuais mantém registros sobre as contribuições realizadas aos partidos durante ou mesmo entre ciclos eleitorais (ainda que se questione, em alguma medida, a confiabilidade desses dados em muitos países). Já o outro lado apresenta maiores dificuldades: traçar de maneira sistemática o impacto de recursos privados na influência de decisões públicas não é tarefa simples. Przeworski (2011) aponta diversas razões para essa dificuldade: em primeiro lugar, as decisões públicas são tomadas por agentes privados, eles mesmos detentores de recursos privados e, com isso, de interesses e posições sobre as decisões públicas que (outros) atores privados gostariam de influenciar. Assim, o autor aponta para o fato de que os atores políticos podem ter

1 Há extenso debate sobre o efeito de contribuições de campanha no sucesso eleitoral de candidatos a cargos eletivos. Em geral, conclui-se que o dinheiro importa, embora não seja o fator determinante para o sucesso eleitoral de um candidato (em especial, porque apresenta retornos decrescentes). Sobre esse assunto, ver Jacobson (1990), Levitt (1994), Stratmann (2005), Johnson (2011).

posições sobre as decisões públicas anteriores a qualquer tentativa de influência por parte dos demais atores privados. E isso pode dificultar a aferição do impacto das tentativas de influência, pois essas posições iniciais não são diretamente observáveis, o que torna difícil saber se a ação tomada foi decorrente da posição inicial do decisor ou da influência de atores privados interessados na questão.

Em segundo lugar, a desigualdade socioeconômica poderia gerar desigualdade política – sem que houvesse ação por parte dos grupos ou atores mais afluentes – se desigualdade ou pobreza afetasse diretamente a participação política dos indivíduos ou grupos de menor renda. Se este for realmente o caso, ao pressupor igualdade política, iríamos provavelmente sobre-estimar o impacto de doações de campanha, por exemplo, ao não considerar que as preferências dos grupos e atores privados mais afluentes já seriam, de saída, proeminentes simplesmente porque teriam, relativamente, maior participação política².

Em terceiro lugar, as informações sobre os usos do dinheiro nas atividades políticas são escassas: a intenção das partes envolvidas é manter mesmo a relação envolta em opacidade, seja porque a opinião pública comumente relaciona tentativas de influenciar decisões públicas à corrupção (ou ao menos vê tais tentativas de maneira negativa), seja porque não se quer oferecer informações sensíveis a potenciais competidores.

Por fim, o autor diz que o efeito causal do dinheiro no processo eleitoral, nos resultados legislativos ou em decisões burocráticas ou regulatórias seria difícil de identificar porque a direção da causalidade não é clara.

É difícil identificar, por exemplo, se as contribuições “causam” determinado posicionamento ou comportamento dos atores políticos ou se são determinados comportamentos ou posicionamentos dos atores políticos que “causam” o recebimento de contribuições de campanha. A questão é: seriam as contribuições de campanha que definiriam a posição ou atuação do ator político ou seria a posição ou atuação deste que definiria as doações de campanha que recebe? Temos, assim, um problema de endogeneidade que deve ser solucionado se desejamos obter uma estimativa não enviesada do impacto das doações de campanha nas decisões públicas.

Outras dificuldades podem ser elencadas às levantadas por Przeworski (2011). Uma primeira, de ordem prática, consiste na dificuldade de definir com exatidão os possíveis objetivos dos doadores e de relacioná-los a aspectos específicos da atuação dos atores políticos que recebem as doações. Não se sabe de antemão quais de suas preferências os doadores estariam tentando promover – não se sabe ao certo nem se a doação é feita com vistas a algum objetivo específico, se é feita de modo “preventivo” (com o objetivo de “comprar” acesso a um ator político³, caso venha a surgir uma questão não antecipada) ou se é simplesmente fruto de relação pessoal de parentesco ou amizade entre o doador e o ator político.

Além disso, os resultados podem variar de acordo com o tipo de ação do ator político ou o tipo de questão que se deseja influenciar. Se for verdade que os atores políticos interessam-se pela conquista e manutenção de cargos eletivos, então, para atingir esse objetivo, procurariam atrair o maior número

2 Argumento semelhante pode ser levantado se, ao invés de menor participação, os atores privados ou grupos de menor renda obtiverem menos informações sobre decisões políticas.

3 Sobre esse ponto, ver Langbein (1986), Smith (1995).

possível de votos, o que seria alcançado através do balanceamento entre considerações relativas ao bem-estar geral e ao bem-estar dos doadores. Dessa forma, em questões de grande visibilidade ou de interesse geral, os atores políticos poderiam atribuir maior peso a considerações relativas ao bem-estar geral, enquanto o atendimento a interesses de grupos ou atores privados poderia ficar mais restrito a ações ou questões de menor visibilidade ou de interesse mais específico⁴.

Outro problema de ordem prática consiste na possibilidade de que o comportamento que se deseja influenciar refira-se a uma ação que não gera resultado observável ou impede que um resultado seja gerado. Sem um resultado palpável, e sendo difícil observar esse tipo de ação em si, não há como estimar a influência, por exemplo, de contribuições de campanha que tenham como fim ações desse tipo. Tais ações geralmente se dão nos bastidores e podem consistir em negociações para a não apreciação de uma lei, para troca de apoio legislativo (*logrolling*), sobre as prioridades na agenda legislativa, entre outras.

Outra dificuldade, ainda, reside no problema de variáveis omitidas. Przeworski (2011) chamou a atenção para possíveis diferenças no nível de participação política entre grupos de atores privados. Problema semelhante pode ocorrer se os grupos ou atores privados escolherem formas diferentes para tentar influenciar as decisões públicas: alguns atores ou grupos podem utilizar prioritariamente contribuições de campanha, enquanto outros podem empregar o *lobbying* direto ou até mesmo práticas ilegais (como propinas ou “doações por fora”, popularmente conhecidas como “caixa 2”). Se todas

essas práticas forem eficazes, provavelmente obteremos estimativas enviesadas ao levar em conta apenas uma delas na análise.

Por último, é possível apontar a dificuldade de estabelecer o contrafactual adequado. Gostaríamos de poder observar cada ator político em dois diferentes estados da natureza: no primeiro, observaríamos seu comportamento após haver recebido contribuição de campanha (o tratamento, em linguagem experimental) de determinado grupo ou ator privado; no segundo, observaríamos seu comportamento não havendo recebido doação de campanha do grupo ou ator privado em questão. Fosse isso possível, o efeito das doações de campanha seria dado pela diferença observada entre o comportamento quando o ator político foi “tratado”, em relação ao comportamento quando o ator político não recebeu o “tratamento”.

Como não é possível observar mais de um desses estados da natureza para cada indivíduo num mesmo instante de tempo, precisamos encontrar o contrafactual de outra maneira. Se o tratamento é atribuído aleatoriamente, espera-se que não existam diferenças significativas entre tratados e não tratados em variáveis importantes para o estudo. Na verdade, espera-se que as diferenças entre os grupos sejam aleatórias e tornem-se menos significativas à medida que a amostra aumenta (pela lei dos grandes números). Dessa maneira, o grupo dos não tratados pode ser utilizado como contrafactual do grupo dos tratados, pois os grupos seriam parecidos em tudo, exceto pelo fato de que um recebeu tratamento e o outro não.

No entanto, as doações de campanha não são alocadas aleatoriamente. Pode ser que não saibamos exatamente como são alo-

4 Lowi (1964) já chamava a atenção para o fato de que o tipo de questão tratada poderia afetar a probabilidade de que diferentes grupos a influenciassem.

cadras, mas certamente os doadores não realizam sorteios. É possível que levem em conta o posicionamento do ator político em temas específicos, sua probabilidade de sucesso eleitoral, entre outros fatores. Isso faz com que as diferenças entre o grupo dos tratados e o dos não tratados não sejam meramente aleatórias, o que, por sua vez, faz com que um não seja um bom contrafactual do outro. Esse problema deve ser enfrentado se quisermos ter uma boa estimativa do efeito do tratamento sobre a variável de interesse (no caso, das contribuições de campanha sobre as decisões públicas).

Podemos perceber, assim, que são muitos os problemas enfrentados e, em alguns casos, difíceis as possíveis soluções. Isso talvez ajude a explicar a variedade de conclusões encontradas pelos diversos trabalhos já realizados que tentaram aferir o efeito potencial de contribuições de campanha sobre aspectos particulares da atuação pós-eleitoral de atores políticos ou sobre resultados de decisões públicas.

Os primeiros trabalhos: décadas de 1970/1980/1990

Os primeiros trabalhos empíricos que buscaram relacionar de maneira mais sistemática contribuições de campanha a decisões públicas foram realizados nos Estados Unidos e datam do final dos anos 1960 e início dos anos 1970⁵. Em geral, compartilham a chamada abordagem do investimento, que vê as contribuições de campanha como investimentos explícitos voltados à obtenção de decisões públicas favoráveis. Segundo essa abordagem, os atores políticos estariam dispostos a servir (em alguma medida) os interesses de grupos ou atores privados, possi-

velmente desviando-se de posições preferidas por um grupo maior de eleitores, porque o dinheiro seria importante para atrair maior número de votos. Assim, para autores que compartilham essa visão, as contribuições de campanha teriam uma influência bastante discernível nas decisões públicas (Potters e Sloof, 1996).

Silberman e Durden (1976), num dos estudos mais importantes dessa primeira leva de trabalhos que buscaram estimar o impacto das contribuições de campanha nas decisões públicas, analisaram a votação nominal de uma lei para o aumento do salário mínimo nos Estados Unidos, em 1973. Os autores concluíram que as contribuições de campanha de grupos organizados trabalhistas influenciaram significativamente a posição dos congressistas, enquanto as doações de grupos organizados patronais, embora estatisticamente significantes, não apresentaram impacto tão relevante.

No entanto, o trabalho de Silberman e Durden (1976), valioso pelo caráter pioneiro, falhou ao não lidar com muitos dos problemas citados anteriormente. Não foram apresentadas soluções, por exemplo, para os problemas de endogeneidade e de estabelecimento do contrafactual adequado, o que fez com que os estimadores encontrados fossem enviesados, além de enfraquecer qualquer reivindicação de direção de causalidade. Potters e Sloof (1996) apontam também para um problema de variável omitida no trabalho: Silberman e Durden (1976) não controlaram a afiliação partidária dos congressistas, o que pode superestimar o efeito das contribuições se os doadores fizerem doações apenas para membros de um mesmo partido.

Durante a década de 1980, foram produzidos diversos trabalhos que buscavam

5 São exemplos os trabalhos de Zavonia e McKelvey (1969) e de Silberman e Durden (1976).

avançar na pesquisa sobre o impacto das contribuições de campanha ao procurar resolver o problema da endogeneidade⁶. A solução mais usual encontrada foi a utilização de modelos de equações simultâneas. Neles, se as equações forem identificadas e corretamente especificadas, contorna-se o problema da endogeneidade e obtêm-se estimativas não enviesadas dos parâmetros. Em geral, os resultados apresentados questionaram os obtidos pelos modelos de equação única, acusados de superestimar a influência das contribuições de campanha.

Chappell (1982) foi um dos primeiros a introduzir um modelo de equações simultâneas para dar conta do problema da endogeneidade entre o posicionamento do congressista e as contribuições que recebe. O autor escolheu sete votações nominais em temas bastante específicos, realizadas entre 1974 e 1977, no Congresso norte-americano, para a avaliação empírica do impacto das contribuições de campanha no comportamento legislativo dos congressistas. Em seu modelo, uma das equações busca descrever o padrão esperado de votação do congressista em determinadas questões (a probabilidade de que vote “sim” em determinada questão) e a outra procura descrever a probabilidade de que receba contribuições de campanha de determinado grupo. A conclusão do estudo é que modelos que não levam em conta a endogeneidade entre o posicionamento do congressista e as contribuições recebidas superestimam o impacto das contribuições de campanha.

No entanto, Smith (1995) argumenta que Chappell (1982) falhou na tentativa de eliminar a endogeneidade de seu modelo. Isso porque o autor utiliza como *proxy* para a posição inerente (ideologia) do con-

gressista um índice calculado com base nas votações que realizou na mesma legislatura dos casos sob análise – não se tratando, portanto, de *lag* da variável de interesse. Se for verdade que há relação entre as doações de campanha e o posicionamento dos congressistas, então o índice não é uma variável exógena, o que faz com que as restrições de exclusão, necessárias para a identificação do modelo, não se sustentem. Este problema de medição da variável de ideologia do congressista, também identificado por Wawro (1999), é compartilhado por outros estudos que utilizam o mesmo índice em seu modelo de equações simultâneas, como o de Saltzman (1987).

Wright (1985) também utilizou um modelo de equações simultâneas e encontrou um efeito limitado das contribuições de campanha sobre votações nominais no Congresso norte-americano. O autor utilizou informações sobre o arranjo institucional de cinco grandes PACs para explicar sua influência no comportamento legislativo dos congressistas. Ele concluiu que os PACs em questão não foram capazes de alterar o resultado das votações em nenhuma das votações específicas analisadas.

Grenzke (1989) chegou à conclusão semelhante ao analisar 120 PACs. A novidade do trabalho apresentado pela autora é a disposição dos dados em forma de painel. Grenzke procura, dessa forma, contornar o problema de não se saber a predisposição inicial do decisor. Seu argumento é de que os fatores ideológicos ou idiossincráticos e relacionados ao eleitorado (*constituency*) de um congressista não devem se alterar de maneira significativa ao longo do tempo. Dessa forma, se olharmos, ao longo do tempo, para as mudanças nas contribuições de

6 São exemplos os trabalhos de Chappell (1982), de Kau, Keenan e Rubin (1982) e de Saltzman (1987).

campanha recebidas por um congressista e para seu padrão de votação, eliminaremos a necessidade de utilizar algumas variáveis de controle (pois esses fatores são considerados constantes no tempo). No entanto, Wawro (2001) argumenta que, apesar de dispor seus dados em forma de painel, a autora não utiliza efetivamente métodos econométricos para dados nesse formato. Além disso, o autor também chama a atenção para o fato de que o desenho amostral de Grenzke (1989) acaba levando a um viés de sobrevivência, já que inclui apenas os congressistas que serviram em todas as legislaturas de 1973 a 1982. O viés de sobrevivência ocorre porque o padrão de votação de um candidato e as contribuições de campanha que recebe devem influenciar sua probabilidade de reeleição, levando a um problema de seleção amostral (no caso, como mencionado, de viés de sobrevivência).

O próprio Wawro procura superar os problemas identificados no modelo de painel de Grenzke, analisando as contribuições de campanha e as votações nominais dentro de um mesmo ciclo eleitoral, ao invés de analisar vários ciclos eleitorais em conjunto, como havia feito Grenzke. No entanto, apesar das correções metodológicas, Wawro chega à conclusão semelhante à de Grenzke, de que as contribuições de campanha têm um efeito muito pequeno sobre as votações nominais analisadas.

Smith (1995) também chama a atenção para o fato de que muitos dos estudos publicados nos anos 1980 e na primeira metade da década de 1990 incorriam em erro comum de especificação do modelo ao omitirem variáveis que poderiam ser altamente correlacionadas com as contribuições de campanha recebidas por um ator político. O autor oferece o exemplo de uma variável relacionada ao peso econômico de determinado setor de atividade em um distrito

eleitoral. Para entender esse ponto, consideremos dois setores de atividade, com igual capacidade de mobilização para a ação coletiva, num mesmo distrito eleitoral. É provável que o setor de maior peso econômico ofereça maiores contribuições de campanha, já que dispõe de mais recursos. No entanto, os candidatos poderiam estar inclinados a apoiar os interesses desse setor simplesmente porque é o que emprega maior quantidade de pessoas no distrito, ou porque ajuda a dinamizar a economia do distrito, e estariam dispostos a fazê-lo mesmo na ausência de contribuições de campanha. Dessa maneira, a omissão desta variável pode levar o analista a superestimar o efeito das contribuições de campanha.

A variação nos métodos e resultados obtidos não se resumiu às pesquisas que buscavam o impacto de contribuições de campanha em votações nominais, mas estendeu-se também, durante os anos 1980 e 1990, a outros alvos da tentativa de influência dos grupos e atores privados. Schroedel (1986) e Wright (1990), por exemplo, estudam votações dentro de comitês. O trabalho de Schroedel procura analisar se o pertencimento a um comitê pode potencializar o efeito das contribuições e acaba encontrando evidências de que as contribuições impactam o padrão de votação dos congressistas dentro dos comitês nos Estados Unidos. Já o trabalho de Wright foca-se em votações nos comitês de agricultura e de usos e costumes, também naquele país, e conclui que as doações de campanha pouco influenciam tais votações.

Grossman e Helpman (1994), por sua vez, estudam os efeitos do *lobbying* e das contribuições de campanha sobre a política comercial de um país. O modelo teórico desenvolvido pelos autores serviu de referência para a maior parte das análises posteriores sobre a influência de grupos de

interesse na política comercial. Em seu modelo, Grossman e Helpman consideram, como já mencionado, que os atores políticos maximizam seu bem-estar, que é função das contribuições de campanha e dos votos que recebem. *Grosso modo*, se os atores políticos valorizassem apenas os votos, preocupar-se-iam apenas com o bem-estar geral da população, e a política comercial resultante seria a adoção do livre-comércio. No entanto, como os atores políticos valorizam também o recebimento de doações de campanha e o apoio de grupos mobilizados, a política comercial resultante apresenta algumas barreiras ao livre-comércio, as quais atendem a interesses protecionistas de alguns setores da economia (representados por atores privados ou grupos de interesse).

Grossman e Helpman oferecem previsões testáveis, em seu modelo teórico, firmemente conectadas com a teoria, relacionando o nível de proteção de cada setor na economia a seu nível de organização política (além de sua competição com os demais setores), à dependência do comércio, dada pela razão da produção doméstica pelo comércio líquido do país nos produtos do setor, e à elasticidade-preço da demanda por importações ou da oferta de exportações nos vários setores da economia⁷.

Diversos autores propuseram extensões ao modelo inicial de Grossman e Helpman (1994) e buscaram comprovação empírica de suas previsões. Goldberg e Maggi (1999) e Gawande e Bandyopadhyay (2000), por exemplo, estão entre os que apresentam evidências que parecem confirmar as predições do modelo. Em geral, os testes do modelo de Grossman e Helpman (na versão original ou em uma de suas extensões) sustentam que as relações previstas são contingentes ao grau

de organização política do setor econômico em questão.

No entanto, Ederington e Minier (2008) criticam a maneira encontrada para medir o grau de organização política de um setor econômico nesses estudos. Enquanto Grossman e Helpman (1994) tomam como dado o problema de ação coletiva, considerando como organizados os setores que apresentam nível positivo de contribuições de campanha, os estudos que procuram testar o modelo apresentam soluções *ad hoc*, em geral considerando organizados os setores que apresentam nível de contribuições superior a certo valor arbitrário (é o caso, por exemplo, do trabalho de Goldberg e Maggi, 1999).

Outra crítica apresentada pelos autores, relacionada ao modelo de Grossman e Helpman, diz respeito ao pressuposto simplificador de que os instrumentos de política comercial são os únicos disponíveis ao governo. Para que tal ideia pudesse ter sustentação empírica, teríamos de assumir que o padrão de política comercial seria independente de considerações de política doméstica, o que constitui um pressuposto muito forte. Além disso, teríamos de ser capazes de distinguir as contribuições destinadas à influência da política comercial e à influência de políticas domésticas, o que não é tarefa simples.

Para contornar esse problema, Ederington e Minier (2008) sugerem que o modelo se torne mais complexo, oferecendo ao governo instrumentos de política doméstica, além daqueles de política comercial. Dessa forma, altera-se o equilíbrio do modelo, assim como as equações a serem estimadas para testá-lo. Os autores argumentam que as evidências empíricas oferecem sustentação às modificações sugeridas.

7 Para uma discussão mais completa do modelo ver, por exemplo, Imai, Katayama e Krishna (2009).

Já Imai, Katayama e Krishna (2008), cientes das dificuldades acima referidas para a operacionalização dos testes do modelo de Grossman e Helpman (1994), propuseram uma metodologia de verificação que não depende da classificação da organização dos setores industriais. Os autores utilizam regressão quantílica com variável instrumental para descrever o relacionamento entre uma medida de proteção setorial e o inverso da razão entre penetração de importações no setor sobre a elasticidade da demanda por importações, também no setor. A previsão do modelo diz que tal regressão deveria retornar um coeficiente positivo para *quantis* cuja razão esteja próxima a 1. Os resultados empíricos, no entanto, não fornecem evidências favoráveis ao modelo.

Dessa forma, percebe-se que a ambiguidade de resultados não se resume apenas à relação entre contribuições de campanha e votações nominais, estendendo-se também por outros aspectos da atuação dos atores políticos ou de resultados de decisões públicas.

Trabalhos mais recentes: décadas de 1990/2000/2010

A segunda metade dos anos 1990 e o começo da década de 2000 não apresentaram grandes inovações metodológicas no estudo do efeito das contribuições de campanha. A estimação por equações simultâneas ou utilizando dados em painel permaneceu predominante. Os analistas, em geral, tentaram encontrar aspectos mais específicos da atuação dos congressistas que pudessem ser alvo de tentativa de influência por parte dos atores ou grupos privados e que tivessem menor visibilidade pública.

Hansen e Prusa (1997) estudaram os determinantes de medidas *antidumping* e outras medidas compensatórias em política

comercial, nos Estados Unidos. Os autores concluíram que fatores políticos, medidos, entre outras coisas, por contribuições de campanha, são importantes para explicar a aplicação de tais medidas. Brooks, Cameron e Carter (1998) também procuraram oferecer evidências de que doações de campanha influenciariam o comportamento de congressistas ou o resultado de políticas públicas. Os autores utilizaram um modelo de equações simultâneas para analisar a relação entre doações e votações relativas a subsídios e incentivos para o setor açucareiro daquele país, e a conclusão apresentada foi de que as contribuições influenciaram o posicionamento dos congressistas. Na mesma linha, Stratmann (2005) também concluiu que as doações de campanha influenciaram o posicionamento de congressistas a respeito de legislação sobre serviços financeiros.

Ansolabehere, De Figueiredo e Snyder Jr. (2002), por outro lado, sustentaram que as contribuições de campanha não eram uma forma de “comprar” posicionamentos dos congressistas (não eram um “investimento”), mas, sim, uma forma de participação política (uma forma de “consumo”). Os autores se apoiaram em estudos anteriores e em estimativas para dados em painel para sustentar seu argumento, procurando mostrar que as doações não exerceriam influência substancial sobre o comportamento dos congressistas nos Estados Unidos. Bergan (2010) também usa dados em painel para mostrar que as contribuições da indústria do fumo não influenciaram o comportamento legislativo de deputados na Assembleia da Califórnia.

Witko (2011), por sua vez, estudou a relação entre a doação para campanhas eleitorais e o recebimento de contratos públicos no país entre 1979 e 2006. O autor concluiu que, mesmo após controlar o recebimento passado de contratos públicos e a reputação da companhia, além de outros

fatores, empresas que deram contribuições maiores para candidatos ao Congresso subsequentemente receberam maior número de contratos públicos.

A análise conduzida por Witko pode levantar questionamentos. Em primeiro lugar, a amostra selecionada pelo autor é composta apenas por PACs que existiram continuamente durante todo o período estudado, o que pode gerar um viés de sobrevivência. Em segundo lugar, o autor não procura lidar com o fato de que as contribuições de campanha (o tratamento) não são realizadas ou alocadas aleatoriamente. Assim, não modela a realização ou alocação das contribuições de campanha, o que pode gerar dúvidas sobre a comparabilidade entre os grupos dos tratados e dos não tratados (daqueles que realizam e daqueles que não realizam contribuições de campanha). Em terceiro lugar, sua variável referente à “reputação” das empresas é, na verdade, uma variável que reflete o efeito da “má reputação” das empresas, e nada diz sobre sua eficiência, algo que seria interessante controlar, já que empresas mais eficientes tenderiam a ganhar mais contratos do que empresas ineficientes.

Apenas na segunda metade da década de 2000 começam a aparecer os primeiros estudos que procuram utilizar métodos quase-experimentais para a aferição do efeito das contribuições de campanha. Esses métodos procuram resolver o problema já mencionado do estabelecimento do contrafactual adequado e, se bem utilizados, ajudam a mitigar o problema de variáveis omitidas – problemas que podem ter provocado viés nas estimativas apresentadas por estudos anteriores e ter contribuído para a variabilidade dos resultados obtidos.

Dombrovsky (2010) argumenta que o resultado (supostamente) não antecipado de uma eleição na Letônia, em 2002, criou um quadro quase-experimental para a averiguação do efeito das contribuições de campanha no desempenho de empresas que apresentavam conexões políticas. Em 2002, a maior força política do país, o partido *Latvian Way*, que detinha então o cargo de Primeiro Ministro, não obteve a porcentagem de votos necessária para eleger representantes para o Parlamento, fato não antecipado pelas pesquisas de opinião conduzidas nos meses anteriores à eleição⁸. Dessa forma, segundo o autor, seria possível verificar o efeito do encerramento não antecipado da conexão política das empresas sobre seu desempenho operacional. Para isso, utilizou o método de diferenças-em-diferenças sobre dados em painel, com um procedimento de *matching* muito simples para estabelecimento do contrafactual. O autor concluiu que empresas que doaram para o *Latvian Way* apresentaram desempenho operacional cerca de 24% pior se comparado ao de empresas que contribuíram com a campanha de outros partidos e empresas que não realizaram doações. Esse desempenho foi ainda pior no caso de empresas que doaram apenas para o *Latvian Way*. Ou seja, Dombrovsky concluiu que conexões políticas, medidas pelas contribuições de campanha oferecidas, seriam capazes de impactar o desempenho operacional de uma empresa.

No entanto, o fato de as contribuições de campanha não serem alocadas aleatoriamente ou a possibilidade de o resultado eleitoral ter sido antecipado em algum grau podem gerar questionamentos quanto aos resultados apresentados. No caso da aloca-

8 O autor diz, no entanto, que a última pesquisa de opinião divulgada pouco antes da eleição mostrava um declínio perigoso na preferência pelo *Latvian Way*.

ção das doações, é possível que uma variável importante na seleção dos indivíduos que doam (ou mesmo na seleção de para quem se doa) influencie também o resultado operacional da empresa. Já a antecipação (em algum grau) do resultado eleitoral poderia provocar algum tipo de comportamento estratégico nos agentes. Essas duas situações poderiam causar viés nos resultados obtidos.

Boas, Hidalgo e Richardson (2011), por sua vez, utilizaram o método de regressão descontínua para analisar o efeito de uma vitória eleitoral sobre o valor do conjunto dos contratos públicos recebidos pelos doadores de candidatos a deputado federal no Brasil.

Os autores utilizaram o fato de os atores políticos não poderem controlar precisamente os resultados eleitorais. Isso é ainda mais forte no sistema brasileiro de representação proporcional de lista aberta, pois a competição eleitoral se dá, em primeiro lugar, entre partidos (ou coligações) pelas cadeiras disponíveis, e, depois, dentro dos partidos (ou coligações) pelas cadeiras conquistadas, o que faz com que o ponto de corte entre ser ou não ser eleito seja difícil de antecipar. Dessa forma, por mais que conheçam maneiras de conseguir maior número de votos, os atores políticos não conseguem manipular com facilidade a regra de seleção. Some-se a isso o fato de fatores aleatórios poderem afetar o resultado dos candidatos e verificaremos que, numa pequena vizinhança ao redor do ponto de corte, o resultado da eleição irá se aproximar de uma designação aleatória.

A aproximação a uma designação aleatória permite a criação de grupos comparáveis, quando o número de observações é suficientemente grande (como resultado da lei dos grandes números). Assim, os autores sustentam que é possível comparar o valor do conjunto dos contratos públicos recebidos pelos doadores de candidatos eleitos com o mesmo valor para candidatos não eleitos, na

vizinhança do ponto de corte, a fim de aferir o efeito de uma vitória eleitoral sobre o valor desses contratos. Se o valor do conjunto dos contratos públicos recebidos por doadores de candidatos eleitos fosse consistentemente maior do que o valor recebido por candidatos não eleitos, e se os grupos fossem iguais em tudo, exceto na administração do tratamento (a vitória eleitoral), então passaríamos a acreditar que, na média, a vitória eleitoral de um candidato faria com que seus doadores de campanha recebessem mais contratos públicos. Ou seja, contribuir para campanhas eleitorais, na média, importaria, desde que o candidato fosse eleito.

Os autores estimaram o efeito de uma vitória eleitoral sobre os contratos públicos recebidos pelos doadores do candidato para tipos específicos de empresas e partidos particulares. A ideia é que empresas que dependem mais de contratos públicos para seu resultado operacional (como aquelas especializadas na construção de estradas ou outras obras de infraestrutura) teriam maior interesse no mecanismo em questão – a doação de recursos para campanhas eleitorais com vistas a aumentar suas chances de conseguir novos contratos e/ou desembolsos. No caso dos partidos, pensa-se que o Executivo pode privilegiar os interesses de membros da coligação governista ou, até mesmo, apenas os interesses do principal partido da situação.

Após confirmarem o balanceamento entre as amostras de tratados e não tratados em diversas covariadas, os autores apresentaram seus resultados. Examinando a amostra completa de candidatos, encontraram evidências de um efeito positivo, mas estatisticamente insignificante, de uma vitória eleitoral sobre futuros contratos públicos. O mesmo resultado foi observado quando restringiram a amostra a candidatos que receberam doações de empresas que trabalham com obras públicas (setores de construção civil, energia

e água e saneamento). Restringindo ainda mais a amostra a candidatos de partidos integrantes da coalizão governista no início do governo Lula (2007)⁹ que receberam contribuições de empresas que trabalham com obras públicas, o efeito positivo praticamente desaparece e continua estatisticamente insignificante. Por último, os autores reduzem ainda mais a amostra, ficando apenas com candidatos do PT que receberam doações de empresas que trabalham com obras públicas. Neste caso, encontraram um efeito positivo e estatisticamente significativo de uma vitória eleitoral sobre os futuros contratos públicos.

O trabalho de Boas, Hidalgo e Richardson (2011), contudo, é passível de algumas críticas. Em primeiro lugar, a variável de seleção que utilizam (a margem eleitoral bruta de um candidato) faz com que os menores distritos eleitorais sejam sobre-representados ao redor do ponto de corte, pois, em geral, as margens eleitorais são mais estreitas em distritos onde há um número menor de eleitores.

Em segundo lugar, quando procuram estimar o efeito de uma vitória eleitoral sobre os contratos públicos futuros recebidos pelos doadores dos candidatos, os autores não utilizam os contratos recebidos no ciclo anterior como controle¹⁰. O problema é que há uma boa correlação entre os contratos recebidos pelas empresas em anos consecutivos (ou mesmo em ciclos consecutivos, como 2004-2006 e 2008-2010, tratados no trabalho). E as contribuições não devem explicar o volume total de contratos recebidos – o que pode ser explicado por diversos fatores, além das contribuições –, mas, sim, parte das variações que ocorrem entre os ciclos. Além

disso, a inclusão da variável no modelo poderia ajudar a reduzir a variância residual, o que é interessante quando se reduz o número de observações (o que ocorre conforme os autores vão limitando a amostra).

Já o trabalho de Araujo (2012) tem objetivo semelhante ao de Boas, Hidalgo e Richardson (2011), embora tome decisões diversas no que se refere aos pontos discutidos acima.

Araujo (2012) utiliza uma variável de seleção que parece corrigir de maneira mais adequada o problema da sobre-representação dos menores distritos eleitorais ao redor do ponto de corte, ao trazer para a análise a consideração dos diferentes quocientes eleitorais existentes entre os distritos eleitorais brasileiros.

Ademais, são utilizadas, no trabalho, algumas variáveis como controles. Utilizam-se, em primeiro lugar, os contratos públicos que os doadores receberam no ciclo anterior e as doações recebidas de pessoas jurídicas, por se tratar de variáveis altamente correlacionadas com a variável dependente (o que também ajuda a reduzir a variância residual). Em segundo lugar, utilizam-se variáveis cujo balanceamento ao redor do ponto de corte não seja bem definido, como uma variável referente ao distrito eleitoral dos candidatos, ou que possa influenciar o efeito do tratamento, como a filiação partidária dos candidatos. Tais controles visam eliminar as dúvidas que pudessem restar sobre a utilização do desenho de regressão descontínua para o caso em questão.

A primeira estimação realizada mostrou que uma vitória eleitoral não gerou, em média, maior valor de contratos públicos

9 Os autores consideraram: PMDB, PP, PV, PSB, PC do B, PDT e PR – excluindo o PT.

10 Alternativamente, os autores poderiam adotar como variável dependente os contratos recebidos no ciclo 2008-2010 menos os contratos recebidos no ciclo 2004-2006.

para os doadores de campanha de candidatos eleitos por pouco, em comparação com candidatos não eleitos por pouco, mesmo se consideradas apenas empresas relacionadas a obras públicas ou à construção civil.

Em seguida, o autor modificou um pouco a análise para abranger a existência de candidatos eleitos que se licenciam, renunciam ou são cassados e de candidatos não eleitos que assumem o mandato de maneira interina ou definitiva, assim como a existência de empresas que doam para muitos candidatos, entre eleitos e não eleitos. Considerando esses fatos, concluiu-se que exercer o mandato de deputado federal por ao menos um ano parece ter gerado, em média, maior valor de contratos públicos para os doadores dos candidatos, ao redor do ponto de corte.

Este resultado, no entanto, levanta muitas questões, já que não se mantém quando consideradas apenas empresas que teoricamente estariam mais interessadas em contratos públicos (empresas relacionadas a obras públicas ou à construção civil). Além disso, os sinais referentes de pertencimento ao partido do presidente ou à coalizão governamental não apresentaram o sinal esperado.

Estes trabalhos (Dombrovsky, 2010; Boas, Hidalgo e Richardson, 2011; Araujo, 2012) têm caráter pioneiro e ainda necessitam de ajustes, assim como de maior refinamento. Mas parecem apontar o caminho da fronteira do conhecimento nesse campo de pesquisa.

Agenda de pesquisa e desdobramentos

A utilização de métodos quase-experimentais em Ciência Política ainda está em sua fase inicial. Mas a procura por esses métodos, tendo em vista a superação de muitos dos problemas associados aos estudos observacionais, parece ser uma das fronteiras do conhecimento em nosso campo.

Assim também se dá no estudo da relação entre contribuições de campanha e aspectos particulares da atuação pós-eleitoral de atores políticos ou sobre resultados de decisões públicas.

A diversidade de resultados encontrados pelos primeiros estudos pode ser, ao menos em parte, explicada pelas dificuldades inerentes aos estudos observacionais. Muitas dessas dificuldades, entre elas o estabelecimento do contrafactual adequado, a alocação aleatória do “tratamento” e o controle sobre outras variáveis que podem influenciar o resultado de interesse, podem ser mitigadas com o uso de métodos quase-experimentais.

As situações quase-experimentais não são encontradas facilmente, mas algumas características dos sistemas políticos modernos, como a existência de eleições (e a consequente possibilidade de que haja “eleitos por pouco” e “não eleitos por pouco”) ou a entrada em vigência de leis ou medidas, de caráter permanente ou provisório, podem criar oportunidades que possibilitem a utilização de instrumental quase-experimental.

Bibliografia

ARAUJO, Gustavo B. (2012). *Contribuições de campanha influenciam decisões públicas? O caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil*. Tese de doutorado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANSOLABEHRE, S.; FIGUEIREDO, J. de; SNYDER Jr., J. M. (2002). “Are campaign contributions investment in the political marketplace or individual consumption? Or ‘Why is there so little money in politics?’”. Disponível em: <http://web.mit.edu/jdefig/www/papers/invest_or_consumpt.pdf>.

- BENTLEY, Arthur F. (1908). *The process of government*. Chicago: University of Chicago Press.
- BEN-ZION, Uri; EYTAN, Zeev (1974). "On money, votes, and policy in a democratic society". *Public Choice*, n. 17, p. 1-10.
- BOAS, Taylor C.; HIDALGO, F. Daniel; RICHARDSON, Neal P. (2011). "The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil". *Working Paper*, n. 379, The Helen Kellogg Institute for International Studies.
- BROOKS, J. C.; CAMERON, C.; CARTER, C. (1998). "Political action committee contribution and U.S congressional voting on sugar legislation". *American Journal of Agricultural Economics*, n. 80, p. 441-454.
- CHAPPELL, Henry W. (1982). "Campaign contributions and congressional voting: a simultaneous Probit-Tobit model". *The Review of Economics and Statistics*, v. 64, n. 1, p. 77-83.
- DOMBROVSKY, V. (2010). "Does Latvia need an industrial policy?". *Discussion Paper*. President's strategic analysis commission, Riga, Latvia.
- EDERINGTON, Josh; MINIER, Jenny (2008). "Reconsidering the empirical evidence on the Grossman-Helpman model of endogenous protection". *Canadian Journal of Economics*, v. 41, n. 2, p. 501-516.
- GAWANDE, Kishore; BANDYOPADHYAY, Usree (2000). "Is protection for sale? Evidence on the Grossman-Helpman theory of endogenous protection". *The Review of Economics and Statistics*, v. 82, n. 1, p. 139-152.
- GAWANDE, Kishore; KRISHNA, Pravin; OLARREAGA, Marcelo (2012). "Lobbying competition over trade policy". *International Economic Review*, v. 53, n. 1, p. 115-132.
- GOLDBERG, Pinelopi K.; MAGGI, Giovanni (1999). "Protection for sale: an empirical investigation". *American Economic Review*, n. 89, p. 1135-1155.
- GRENZKE, Janet M. (1989). "PACs and the congressional supermarket: the currency is complex". *American Journal of Political Science*, n. 33, p. 1-24.
- GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan (1994). "Protection for sale". *The American Economic Review*, v. 84, n. 4, p. 833-850.
- IMAI, Susumu; KATAYAMA, Hajime; KRISHNA, Kala (2008). "A quantile-based test of protection for sale model". *NBER Working Paper*, W13900.
- _____. (2009). "Is protection really for sale? A survey and directions for future research". *International Review of Economics Finance*, v. 18, n. 2, p. 181-191.
- HANSEN, W. L.; PRUSA, T. J. (1997). "The economics and politics of trade policy: an empirical analysis of ITC decision making". *Economic Inquiry*, n. 35, p. 97-107.
- JACOBSON, Gary C. (1990). "The effects of campaign spending in house elections: new evidence for old arguments". *American Journal of Political Science*, n. 34, p. 334-362.
- JOHNSON, Joel W. (2011). "Campaign spending in proportional electoral systems: incumbents versus challengers revisited". *Comparative Political Studies*, [v. 46, n. 8, p. 968-993, Aug. 2013; first published on Oct. 29, 2012].
- KAU, James B.; KEENAN, Donald; RUBIN, Paul H. (1982). "A general equilibrium model of congressional voting". *The Quarterly Journal of Economics*, v. 97, n. 2, p. 271-293.
- LANGBEIN, Laura I. (1986). "Money and access: some empirical evidence". *Journal of Politics*, v. 48, p. 1052-1062.
- LEVITT, Steven D. (1994). "Using repeat challengers to estimate the effect of campaign spending on election outcomes in the US House". *The Journal of Political Economy*, v. 102, n. 4, p. 777-798.

- LOWI, Theodore J. (1964). "American business, public policy, case studies and political theory". *World Politics*, v. 16, n. 4, p. 677-715.
- MANCUSO, Wagner P.; OLIVEIRA, Amâncio J. S. N. O. (2006). "Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional". *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n. 69, p. 147-172.
- PELTZMAN, Sam (1984). "Constituent interest and congressional voting". *Journal of Law and Economics*, v. 27, n. 1, p. 181-210.
- POTTERS, Jan; SLOOF, Randolph (1996). "Interest groups: a survey of empirical models that try to assess their influence". *European Journal of Political Economy*, v. 12, n. 3, p. 403-442.
- PRZEWORSKI, Adam (2011). "Money, politics, and democracy". *Working Paper*, New York University.
- SALISBURY, Robert H. (1975). "Interest Groups". In: POLSBY, N.; GREENSTEIN, F. (eds.). *Handbook of Political Science*, Addison-Wesley, v. 4.
- SALTZMAN, Gregory M. (1987). "Congressional voting on labor issues: the role of PACs". *Industrial and Labor Relations Review*, v. 40, n. 2, p. 163-179.
- SAMUELS, David J. (2000). "The gubernatorial coattails effect: federalism and congressional elections in Brazil". *The Journal of Politics*, v. 62, n. 1, p. 240-253.
- _____. (2001). "Incumbents and challengers on a level playing field: assessing the impact of campaign finance in Brazil". *The Journal of Politics*, v. 63, n. 2, p. 569-584.
- SCHROEDEL, Jean R. (1986). "Campaign contributions and legislative outcomes". *The Western Political Quarterly*, v. 39, n. 3, p. 371-389.
- SILBERMAN, Jonathan I.; DURDEN, Garey C. (1976). "Determining legislative preferences on the minimum wage: an economic approach". *The Journal of Political Economy*, v. 84, n. 2, p. 317-330.
- SMITH, Richard A. (1995). "Interest group influence in the US Congress". *Legislative Studies Quarterly*, v. 20, n. 1, p. 89-139.
- STRATMANN, Thomas (1995). "Campaign contributions and congressional voting: does the timing of contributions matter?". *The Review of Economics and Statistics*, v. 77, n. 1, p. 127-136.
- _____. (2005). "Some talk: money in politics. A (partial) review of the literature". *Public Choice*, n. 124, p. 135-156.
- WAWRO, Gregory (1999). "A panel probit analysis of campaign contributions and roll call votes". In: American Political Science Association, New York. [*American Journal of Political Science*, v. 45, n. 3, 2001].
- WELCH, William P. (1974). "The economics of campaign funds". *Public Choice*, n. 20, p. 83-97.
- _____. (1981). "Money and votes: a simultaneous equation model". *Public Choice*, n. 36, p. 209-234.
- WRIGHT, John R. (1985). "PACs, contributions, and roll calls: an organizational perspective". *American Political Science Review*, n. 79, p. 400-414.
- _____. (1990). "Contributions, lobbying, and committee voting in the US House of Representatives". *The American Political Science Review*, v. 84, n. 2, p. 417-438.
- ZAVONIA, William; MCKELVEY, Richard (1969). "A statistical model for the analysis of legislative voting behavior". *American Political Science Association*, New York.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Resumo

Contribuições de campanha: problemas e dificuldades da agenda de pesquisa quantitativa

Contribuições de campanha afetam decisões públicas ou a atuação pós-eleitoral de atores políticos? A pesquisa empírica quantitativa em Ciência Política debate esta questão há bastante tempo. No entanto, as respostas obtidas foram, em geral, ambíguas. Sustenta-se aqui que essa ambiguidade deve-se, em parte, a dificuldades práticas e metodológicas – muitas vezes mal-endereçadas – enfrentadas pelos analistas. Neste trabalho, procuramos mostrar como os pesquisadores lidaram com essas dificuldades através do tempo e propomos a utilização de desenhos de pesquisa que procuram se beneficiar de situações que se aproximam de experimentos, para mitigá-las.

Palavras-chave: Contribuições de campanha; Decisões públicas; Pesquisa empírica; Metodologia quantitativa; Quase-experimentos.

Abstract

Campaign Contributions: problems and difficulties of the quantitative research agenda

Do campaign contributions affect political decisions or post-electoral behavior of political actors? For a long time this question has been discussed by the empirical quantitative research in political science. The answers, however, have been generally ambiguous. Here, it is sustained that such ambiguity is due, in part, to practical and methodological difficulties – often wrongly addressed – faced by the analysts. The article seeks to show how researchers have dealt with those difficulties along time, and proposes using research designs intended to take advantage of situations quasi-experimental in order to reduce such ambiguities.

Keywords: Campaign contributions; Public decisions; Empirical research; Quantitative methodology; Quasi-experiments.

Résumé

Contributions de campagne : problèmes et difficultés de l'agenda de recherche quantitative

Est-ce que les contributions de campagne affectent les décisions publiques ou l'activité postélectorale des acteurs politiques ? La recherche empirique quantitative en Science Politique débat, depuis longtemps, cette question. Néanmoins, les réponses obtenues ont été, en général, ambiguës. Nous soutenons que cette ambiguïté se doit, en partie, à des difficultés pratiques et méthodologiques - souvent mal dirigées – auxquelles font face les chercheurs. Nous tentons, dans ce travail, de démontrer la façon par laquelle les chercheurs ont fait face à ces difficultés au cours des dernières années et nous proposons l'emploi de croquis de recherche qui tentent, en vue de les mitiger, de tirer profit de ces situations, proches d'une expérimentation.

Renato Sérgio de Lima

Introdução

A primeira versão deste artigo foi escrita no início de 2012, originalmente para uma coletânea de ex-orientandos de Sérgio Adorno, que, por diferentes razões, não foi publicada. De lá para cá, a perspectiva era de não publicar um texto tão focado num autor vivo e ainda muito produtivo, e, por isso, utilizei muitos dos argumentos aqui contidos em outras publicações. Todavia, diante da proposta da diretoria da Anpocs de ajustar o artigo original e publicar agora um texto sobre a produção de Sérgio Adorno na BIB, minhas opções são reconhecer que este artigo é a origem de alguns olhares e abordagens aos quais tenho me dedicado e publicado desde 2012, atualizar informações e, por conseguinte, assumir eventuais repetições e citações. Ao fazer isso, a oportunidade aberta pela Anpocs me permitiu revisitar a versão inicial e complementá-la com aperfeiçoamentos e aprofundamentos conquistados na elaboração dos textos subsequentes¹.

Nessa direção, a ideia deste artigo nasceu de um conjunto de situações que têm convergido meu olhar para a trajetória intelec-

tual percorrida por Sérgio Adorno e de que forma ela contribuiu para a formação de um campo de estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil. No plano pessoal, ao me propor tal olhar, reconheço que, influenciado por mais de vinte anos de convivência acadêmica e pessoal com Sérgio Adorno, me senti inclinado a aproveitar algumas reflexões teóricas exploratórias para, no ano em que ele completou sessenta anos e, ainda, em que o Núcleo de Estudos da Violência completou 25 anos de implantação formal, prestar-lhe uma homenagem, destacando traços e características pessoais que, muitas vezes, têm forte impacto na configuração de rumos de linhas de pesquisa e gerações de pesquisadores, mas que passam despercebidas e/ou ficam nas entrelinhas das falas de quem tem a oportunidade do convívio direto.

Porém, a homenagem ganha relevância não por ela em si, mas pela constatação da força que a trajetória intelectual e acadêmica de Sérgio Adorno parece assumir quando vista em perspectiva perante as características do campo, que tentarei descrever na sequência. Interessa-me, portanto, compreender a

* Agradeço a Brasílio Sallum Jr., Eneida G. de Macedo Haddad, Eva Alterman Blay, Guita Grin Debert, Heloísa Fernandes, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, Irllys Barreira, Jacob Carlos Lima, José de Souza Martins, José Ricardo Ramalho, Maria Helena Oliva Augusto, Nadya Guimarães, Paulo Menezes, Rosa Maria Fischer e Sylvia Leser de Melo, que gentilmente se dispuseram a contribuir para a redação deste artigo e enviaram-me depoimentos acerca da trajetória de Sérgio Adorno.

1 São eles: Lima, Bueno e Mingardi (2013); Lima e Paula (2013); Lima e Sinhoretto (2012).

influência dessa trajetória em programas de trabalho de pesquisadores e de instituições, num desdobramento de minhas pesquisas mais atuais e que dão conta de investigar os elementos que estabelecem a relação entre universidade e políticas públicas de segurança e de prevenção da violência.

Nessa tarefa, parto de uma pergunta que Sérgio Adorno, Jacqueline Sinhoretto, da UFSCar, e eu nos fizemos, em 2009, quando do Congresso da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) daquele ano, sobre se já era possível pensar na formação de um campo de estudos sobre violência no Brasil e até que ponto poderíamos falar de uma “escola” paulista de pesquisas na área. Naquele momento, nós três concluímos que, sim, havia uma contribuição significativa de pesquisas sendo produzidas em São Paulo e que já era possível identificar algumas características de um campo, tal como a institucionalização de linhas de pesquisa, editais temáticos sobre violência e segurança pública nas agências de fomento e o crescimento de grupos de pesquisa nas universidades brasileiras.

No entanto, não existiam compilações e/ou balanços que permitissem uma genealogia desse campo ou que autorizassem a ideia de “escola”, até em razão de este ter assumido feições mais nítidas somente nos últimos quinze anos e ter raízes em contribuições quase que simultâneas de todo o país, com destaque quantitativo para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Não obstante esse fato, tais feições foram sendo assumidas a partir de algumas fronteiras bem delimitadas, como aquelas dedicadas pioneiramente ao estudo das prisões – e Sérgio teve papel central nesses estudos – e de outras, ainda em formação e em meio a disputas, como no caso dos estudos sobre segurança pública. No meio do caminho, temas clássicos das Ciências Sociais, como violência contra mulheres, direitos hu-

manos, discriminação racial, justiça e conflitos sociais ajudaram a guiar as pesquisas e os debates intelectuais da área.

Em termos quantitativos, nesses últimos quinze anos, o campo deixa de ser periférico na produção da pós-graduação brasileira para se tornar prioridade em estudos de várias disciplinas e áreas. Segundo levantamento no banco de teses e dissertações da Capes, havia, em 2006, mais de 8 mil trabalhos ligados à área, e as Ciências Sociais contribuíram, junto com o Direito, com as maiores parcelas de textos desse acervo (Lima, 2011). E essa produção não se resume apenas às teses e dissertações, pois, segundo o levantamento citado, existiam, em 2006, 255 grupos de pesquisa registrados no CNPq ligados à área, número quase sete vezes superior ao existente em 2000, que somava 41 grupos, de acordo com Kant de Lima, Misse e Miranda (2000).

No que diz respeito especificamente às Ciências Sociais, contudo, se é possível pensar em um campo já em estágio avançado de formação, também é necessário pensar que algumas de suas marcas seriam a forte disputa de posições, o dinamismo dela derivado e a pluralidade de abordagens, tradições teóricas e perspectivas metodológicas adotadas. Evidência de tais fatos, não à toa, a própria nomeação do campo é controversa e variável, reconhecendo-se a existência de uma grande zona de incertezas na definição dos seus principais territórios explicativos.

Mas, diante dos objetivos do presente artigo, isso não impede o exercício de reconstrução de trajetórias e seus traços característicos. Ao contrário, o dinamismo das disputas parece coligir um conjunto dessas trajetórias intelectuais que justificaria a preocupação com as origens e influências do campo, na ideia de compreender rumos tomados, linhas do tempo e de que modo alguns temas foram se tornando mais ou menos centrais no debate acadêmico e/ou no das políticas públicas.

As revisões da literatura disponível não se preocupam especificamente em delimitar as fronteiras do conhecimento científico e os seus esforços buscam identificar e mapear a produção existente, que já acumula um elevado número de obras².

Mais recentemente, alguns autores, como Francisco Vasconcelos (2009; 2011), têm iniciado reflexões sobre as origens de uma das vertentes desse campo – a sociologia da violência – no Brasil e seu impacto na universidade e nas políticas públicas. Esse autor (2011) vai demonstrar como as produções carioca, mineira e paulista sobre violência vão se “especializar” em torno de uma “tríade” de objetos: prisão e justiça criminal; polícia e sua relação com a percepção do aumento da criminalidade urbana; movimento da criminalidade e espaços urbanos. Para Vasconcelos (2011), mesmo com ênfases diferentes, as várias perspectivas regionais acabam por recolocar uma questão que, a meu ver, vai marcar o campo, qual seja, a que vai refletir sobre “os desafios trazidos pela violência do Estado e da sociedade para os contornos da democracia brasileira”.

Nesse processo, é significativo perceber que as pesquisas reconhecidas como pioneiras pelo campo têm num grupo reduzido de pesquisadores o seu núcleo irradiador e que, portanto, idiosincrasias e perfis individuais de atuação têm, tanto quanto as questões políticas e institucionais, forte impacto nos processos de delimitação de fronteiras e territórios explicativos que giram em torno da temática da segurança pública (Lima e Ratton, 2011). Temática que, no Brasil, ganhou força nas Ciências Sociais e matizou a recepção das matrizes e influências inter-

nacionais associadas aos estudos criminológicos e/ou sobre justiça criminal, tradicionalmente mais acionadas pelo direito penal. Assim, a conformação desse novo campo de estudos está sujeita a uma miríade de características pessoais e de fatores políticos e institucionais que, no limite, estabelecem uma forte correlação entre programas acadêmicos e políticas públicas.

As pesquisas oriundas das Ciências Sociais estariam conformando o que José Vicente Tavares dos Santos intitula como um campo de estudos sobre “segurança pública e sociedade”, muito em função da capacidade de esses últimos serem assumidos como insumos ao planejamento de ações governamentais. Minha hipótese concorda com a leitura proposta por José Vicente Tavares dos Santos, mas com uma ressalva sobre as relações entre os tempos da política e o da pesquisa: a agenda política se destaca ao se associar à agenda acadêmica e pautar os rumos do campo de estudos. Dito de outra forma, os tempos da política parecem guiar os caminhos do campo, com todos os riscos que esse movimento pode comportar. De igual modo, não tenho completa convicção acerca da titulação proposta para esse campo de estudos, mas reconheço nela uma das marcas mais presentes no debate sobre esta questão, qual seja, a relação entre fenômenos sociais e respostas públicas por eles gerados, entre Estado e sociedade. Até por essa razão, vou nomeá-lo daqui em diante como campo de estudos sobre “violência, democracia e segurança pública”.

Em termos de conteúdo, a preocupação com direitos humanos e democracia deu o tom de como os temas associados foram sendo institucionalmente absorvidos na arena

2 O texto de Adorno (1993) localiza 264 referências que cobrem o período de 1972 a 1993. Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) indicam 1.040 obras; o texto de Zaluar (1999) relaciona 224 obras e, por fim, o de Barreira e Adorno (2010) identifica 1.374 (relaciona 345) referências bibliográficas.

pública nos últimos anos, mas foi por meio da questão do crescimento da violência urbana na década de 1990 e das políticas de segurança pública dele derivadas que se viabilizou a aliança de interesses sociais e interesses corporativos que culminaram com a atual configuração do campo de estudos sobre segurança pública. As pesquisas sobre violência urbana e democracia passaram, pouco a pouco, a refletir sobre como essa violência podia ser associada à forma de organização e às respostas do Estado brasileiro a um fenômeno social complexo e multifacetado.

Aceita essa tese, a questão que surge é sobre como podemos compreender tais movimentos. Em termos institucionais, faculto esse cenário ao efeito combinado de políticas de indução democrática levadas a cabo pela Fundação Ford, de um lado, e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), de outro³.

No caso da Fundação Ford, que recentemente completou cinquenta anos no Brasil, muito se pode discutir sobre o papel que ela exerceu para o processo de retomada da democracia brasileira e/ou sobre as influências que exerce sobre o padrão de desenvolvimento do país. Contudo, no caso da segurança pública, tenho defendido a ideia de que foi por meio dos apoios da Fundação que conseguimos alcançar um conjunto significativo de *stakeholders* mobilizados para o tema da segurança pública e dos direitos humanos.

A Fundação Ford foi a responsável pelos apoios estruturantes e iniciais de praticamente todos os centros de pesquisa especializada,

sejam eles acadêmicos ou não, incluindo o aporte inicial que deu origem ao Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (NEV/USP), e/ou aos primeiros cursos universitários dedicados a policiais ministrados pelo Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, da Universidade Federal Fluminense (Nufep/UFF). Mais recentemente, a Fundação Ford vem contribuindo para o fortalecimento do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes (CESeC/Ucam) e/ou do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foi graças a esses apoios que pesquisas puderam e podem ser produzidas, intercâmbios estabelecidos e pesquisadores puderam se dedicar ao tema.

Por fim, uma lembrança fundamental é o apoio da Fundação Ford para a tradução e publicação, pelo NEV/USP e pela Edusp, da coleção “Polícia e Sociedade”, com vários livros clássicos sobre polícia e policiamento no eixo Europa-América do Norte. Essa coleção supriu uma carência de bibliografia disponível em língua portuguesa e pode ser vista como um divisor de águas e como subsídio básico dos vários cursos que foram criados nos últimos anos.

Após o ano 2000, com a criação da Senasp, as políticas de segurança pública no Brasil parecem ter dado uma guinada modernizante e as propostas formuladas no ambiente acadêmico das Ciências Sociais foram sendo assumidas e ressignificadas pelo Estado. A Senasp foi, direta ou indiretamente, a responsável pela entrada em cena e pelo

3 É verdade que também não podemos desconsiderar a contribuição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), cuja proximidade com o NEV (Núcleo de Estudos da Violência) foi mesmo maior do que hoje existe com a Senasp. O NEV, nos últimos anos, fez uma inflexão de seu movimento de diálogo com governos e, ao priorizar a pesquisa, tem buscado consolidar ganhos teóricos e metodológicos que podem ser derivados do crescimento do campo de estudos e pesquisas sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil. Essa é, inclusive, a proposta de atuação institucional que o Núcleo assumiu junto à Fapesp, que acaba de aprovar um novo Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) liderado pelo NEV.

fortalecimento dos municípios como atores relevantes na segurança pública, ao incluí-los como passíveis de serem beneficiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Da mesma forma, foi pioneira, ao firmar, em 2004, parceria com a Anpocs para financiar amplo edital de pesquisas aplicadas e aproximar organicamente o universo das instituições encarregadas de prover segurança pública nas universidades e nos centros de pesquisa. Foi também por meio da secretaria que os conteúdos dos currículos dos cursos de formação policial e de guardas foram discutidos e a universidade chamada a oferecer cursos regulares na área.

Ou seja, uma série de ações de fomento à democracia foi sendo executada simultaneamente pela Fundação Ford, pela SDH e pela Senasp e provocou o fortalecimento de um discurso político que se tornou hegemônico, gerou tensões nas formas autoritárias de organização e execução de políticas públicas, mas que, paradoxalmente, ainda não conseguiu viabilizar reformas estruturais mais significativas que transformem um modelo voltado para defesa do Estado em um modelo dedicado à defesa da sociedade e da cidadania. A transformação do discurso em práticas de governo ainda enfrenta resistências consideráveis e, por vezes, até mesmo retrocessos.

Entretanto, Letícia Godinho de Souza, em tese de doutorado na UFMG, de 2011, intitulada *Depois do 13º tiro; segurança cidadã, democracia e os impasses do policiamento comunitário no Brasil*, destaca que o Brasil estaria a conviver com um quadro político e institucional similar ao vivenciado pelos Estados Unidos nos final da década de 1960, quando as universidades e várias outras organizações acumularam uma grande quantidade de estudos e pesquisas, provocando questionamentos ao modelo vigente de organização do sistema de justiça criminal e segurança pública do país na época e permitindo

novos olhares e perspectivas acerca dos rumos que as políticas públicas deveriam tomar.

A contribuição da universidade

A relação entre pesquisa acadêmica e política pública foi sendo cada vez mais problematizada. Reconhece-se a necessidade de produzir conhecimento qualificado e de transferi-lo à sociedade em forma de políticas públicas consequentes que venham contribuir para a transformação do cenário de violência existente. Ao mesmo tempo, frisa-se que por certo não cabe à academia uma agenda exclusivamente aplicada às políticas públicas, por maiores que sejam as demandas de segmentos governamentais e da sociedade, bem como a gestão dos recursos disponíveis (Lima e Rattón, 2011).

Segundo essa perspectiva, o envolvimento da universidade com o tema também pode ser visto como um desdobramento do próprio crescimento do sistema de pós-graduação no Brasil, aumentando a oferta de espaços, cursos e pesquisadores disponíveis e sensíveis ao desenvolvimento de programas de pesquisa com tais temas. Mas isso não acontece sem vieses ou com neutralidade. Mais do que uma disputa sobre o sentido da relação entre universidade e políticas públicas, o campo foi sendo informado por diferentes grupos de pesquisa que, nas suas atividades de ensino e pesquisa, foram criando tradições e, mesmo, olhares e discursos específicos sobre a realidade social.

E é seguindo essa linha de raciocínio que podemos pensar a produção acadêmica no Departamento de Sociologia da USP, um dos que quantitativamente mais contribuiu com teses e dissertações sobre temas que poderiam ser associados ao campo de estudos sobre “violência, democracia e segurança pública”, não sem uma vinculação estreita com a figura de Sérgio Adorno e sua trajetória intelectual e política.

Ao falar de Sérgio Adorno, vale frisar que um dos pilares discursivos que ganhou relevo na conformação do campo de estudo sobre segurança pública foi, exatamente, aquele vocalizado pelas pesquisas e projetos capitaneados pelo NEV/USP, criado em 1986, por Sérgio e Paulo Sérgio Pinheiro, ainda como uma reunião física de suas salas privativas na FFLCH/USP e do esforço para construir um programa de pesquisas que teria como pano de fundo a discussão sobre direitos humanos e democracia no Brasil.

Da opção pragmática por intitular o então recém-criado núcleo a partir de uma das questões empíricas que ligavam os programas de pesquisas dos dois professores da FFLCH, a que tratava da “violência”, como tática para se evitar disputas institucionais no interior da universidade⁴, o NEV avançou na conformação daquilo que atualmente constatamos como uma das mais influentes correntes teóricas e metodológicas do campo; o NEV, talvez, involuntariamente e na aliança de dois perfis como os de Sérgio e Paulo Sérgio, seja o primeiro centro de pesquisas no campo a pontuar o vínculo indissociável entre projeto acadêmico e indução de políticas públicas.

Focando o lado da universidade, o NEV ocupou, não exclusivamente mas de modo protagonista, um posto estratégico na transformação de um tema de fronteira em uma das principais linhas de pesquisa da universidade no Brasil ao legitimar o tema junto aos diversos órgãos e associações acadêmicas, por meio da militância universitária e das “escolhas teóricas de Sérgio Adorno.

Por trás dessas “escolhas teóricas”, algumas inovações foram sendo implementadas. Cumpre lembrar que o NEV sempre atuou

organicamente em parceria com a Comissão Teotônio Vilela (CTV), responsável pela ação política de denúncia de violações de direitos humanos e de cobrança de transparência e controle por parte das instituições do Estado. E, ao se portar dessa forma, sempre manteve no horizonte a reivindicação de protagonismo ou engajamento do saber acadêmico na determinação de rumos das políticas públicas, mas com a preocupação de tentar separar espaços e papéis. Esse movimento teve seu ápice com a participação do NEV na formulação dos Planos Nacionais de Direitos Humanos e a assunção de Paulo Sérgio Pinheiro ao cargo de Secretário Nacional de Direitos Humanos, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Núcleo, à época, sinalizava uma das marcas mais fortes da produção acadêmica na área, ou seja, a permanente conexão entre teoria e pesquisa; sinalizava a emergência da herança da sociologia paulista, consubstanciada na defesa de Florestan Fernandes sobre a importância de estarmos conectados aos problemas da atualidade, ao presente.

E por falar em sociologia paulista, essa postura do NEV e de Sérgio Adorno, em particular, pode ser pensada à luz das disputas que deram origem ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e que, em torno das cadeiras de Sociologia I, chefiada por Florestan Fernandes, e de Sociologia II, encabeçada por Rui Coelho, marcaram, no final dos anos 1960, os professores da geração de Sérgio Adorno.

Por trás dessas disputas, foram travados intensos debates acerca da contribuição da Sociologia enquanto disciplina acadêmica e sua vinculação com projetos de intervenção política e social de seus artífices. Foram

4 Em entrevista de 2008, Sérgio Adorno conta como e com quais motivações o NEV foi criado (Lima e Ratton, 2011, p. 93-94).

duas perspectivas sobre como a Sociologia deveria lidar com os problemas sociais; sobre como pensar a Sociologia perante o modelo de desenvolvimento brasileiro, sendo a primeira dedicada a um programa político e institucional e a segunda voltada a um projeto intelectual⁵.

Ou seja, a atuação de Sérgio Adorno à frente do NEV seria, por conseguinte, uma inflexão na tendência de valorizar uma dessas perspectivas em detrimento da outra. Chego a pensar que Sérgio Adorno estaria a ocupar um dos elos de articulação entre essas duas grandes tradições intelectuais. Afinal, conforme podemos depreender de muitos dos relatos colhidos para a elaboração deste texto, sua militância acadêmica vai na direção de defender que contexto sociopolítico, rigor metodológico e rupturas epistemológicas são inerentes ao cotidiano dos sociólogos e demais cientistas sociais, e tais dicotomias parecem remeter mais às disputas por espaços institucionais do que propriamente a antagonismos entre projetos acadêmicos e intelectuais.

Numa síntese possível, em nome do fortalecimento do campo, ao invés de propugnar, por exemplo, o enfraquecimento de outras sociologias que não a dedicada aos estudos sobre violência e democracia no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Sérgio Adorno optou por dialogar e construir pontes entre diferentes espaços e projetos acadêmicos, ampliando o alcance e o impacto de seu programa de pesquisa no país⁶.

Sem essa capacidade demonstrada por Sérgio Adorno e por alguns de seus colegas de geração, a produção das Ciências Sociais na USP e nas demais universidades brasileiras teria que lidar com outro e mais geral constrangimento: o do fortalecimento do insulamento da área em relação às demais áreas da ciência e os impactos desse processo na organização da universidade e de seus mecanismos de fomento, avaliação e financiamento.

Nesse processo, a ação de Adorno enquanto articulador acadêmico é destacada nos depoimentos colhidos. Não são poucos os que lembram seu empenho na formação de jovens pesquisadores (ele orientou, entre 1991 e 2013, 24 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado, entre outras participações em bancas e concursos) e seu trabalho de construção institucional das Ciências Sociais, na medida em que essa postura está em linha com os critérios internacionais de qualidade e excelência, fatores centrais para a posição que o Brasil ocupa hoje no mundo.

Critérios que exigem a estruturação de espaços de coordenação e fomento à pesquisa científica e tecnológica e que, inexoravelmente, nos colocam diante de um cenário pelo qual ou nos associamos e buscamos influenciar suas regras e temporalidades, ou corremos o risco de isolar as Ciências Sociais, dado que nossa capacidade de ação política necessária a reverter tal quadro é limitada.

Diante desse cenário, o fortalecimento de agências e associações de coordenação, pesquisa e avaliação, como Capes, CNPq, Fapesp, Anpocs, SBS, entre outras, deixa de

5 Para uma discussão detalhada sobre as disputas entre as cadeiras de Sociologia I, chefiada por Florestan Fernandes, e Sociologia II, chefiada por Rui Coelho, ver Jackson (2007).

6 Vale pensar que esse cenário é mais forte se comparado a outros programas de pós-graduação no país, na medida em que Sérgio Adorno se transformou em um dos nomes com mais teses e dissertações defendidas sob sua orientação. Todavia, no caso específico do Departamento de Sociologia da USP, que reúne o maior número de docentes e pesquisadores do país, o tema ainda é circunscrito ao programa de pesquisa do próprio Adorno e, numa ampliação, ao de Marcos Cesar Alvarez, um dos seus primeiros orientandos.

ser uma mera formalidade burocrática. Tal movimento reduz o espaço de projetos individuais e, não sem tensões, estabelece um padrão de trabalho em rede que ainda não foi completamente absorvido pela universidade brasileira, em especial pelas Ciências Humanas. O exemplo mais atual desse movimento é o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), do CNPq e parcerias de diversas outras agências de fomento nacionais e estaduais. Os INCTs buscam reunir grupos de pesquisa consolidados em torno de um grande e comum programa de trabalho e são uma aposta integradora de esforços, mas ainda esbarram em não poucas limitações burocráticas e financeiras para a persecução de seus objetivos⁷.

E é nessa perspectiva que pessoas com perfil conciliador como o de Sérgio Adorno ganham vantagens táticas e passam a ocupar as posições-chave na estrutura da universidade brasileira, uma das marcas de sua geração. Sua conquista mais recente é ocupar a direção da FFLCH por incentivo e articulação de um grupo muito amplo de pessoas ligadas à faculdade. E é importante destacar que o fato de uma geração assumir posições políticas e funções dispostas a construir pontes de diálogo não diminui a importância da crítica e da autonomia do intelectual, muito ao contrário. No caso, a autonomia e a coerência de Adorno, por mais que se possa eventualmente discordar de seus encaminhamentos e dos seus tempos, podem ser vistas como uma das peças-chave para compreender os movimentos e as contribuições da USP ao debate acerca do campo de pesquisa sobre “violência, democracia e segurança pública”.

Dito isso, constata-se que o argumento que utilizei anteriormente e que afirmava que idiossincrasias e características pessoais têm forte impacto na conformação do campo de estudos sobre “violência, democracia e segurança pública” tem na trajetória de Sérgio Adorno uma de suas principais referências. Em todos os depoimentos colhidos para a redação deste texto, não só a carreira profissional foi muito realçada, mas também sua trajetória pessoal, que ganha ainda mais relevo quando contextualizada diante dos desafios da Sociologia brasileira na atualidade. Porém, num traço comum a todos os depoimentos e às esferas de atuação de Sérgio Adorno, o rigor e a dedicação mostram suas impressões digitais, mesmo que isso implique, potencialmente, um ritmo de vida que “normalize” sobrecargas de responsabilidades, prazos e afazeres.

E é nessa busca por rigor que Sérgio inaugura em São Paulo, em meados da década de 1980, o aprofundamento da Sociologia no estudo do pensamento foucaultiano e na pesquisa sobre a violência, marcas que lhe são características e revelam a sintonia com o seu tempo. Ainda fazendo referência a Lima e Ratton (2011), todos os entrevistados daquele livro concordaram sobre a importância de Foucault, em especial em *Vigiar e punir*, para as pesquisas pioneiras do campo. O tema das prisões, já em 1973, com as contribuições de Michel Misse e Julita Lemgruber, no Rio de Janeiro, ganharia o espaço da universidade e chegaria com força a São Paulo por meio do Cedec, nos anos 1980, onde seria produzida pelas mãos de Rosa Maria Fischer e Sérgio Adorno uma obra de referência para os estudos da área. Tal obra é

7 Há dois INCTs diretamente vinculados ao campo de estudos sobre “segurança pública e sociedade”, sendo um deles liderado por Sérgio Adorno (USP) e o outro por Roberto Kant de Lima (UFF). Há ainda dois outros INCTs que possuem, em seus programas, projetos que os vinculam à temática, mas que não são diretamente dedicados a estudos que possam inseri-los entre os do campo mencionado: CEM/Cebrap e OM/UFRJ.

lembrada pelo pioneirismo metodológico e pelo fato de que diversas das questões que gerou se transformaram em pontos obrigatórios para aqueles que buscam estudar prisões no país. Ainda hoje, a maioria dos principais pesquisadores envolvidos com a temática do encarceramento são ex-orientandos de Sérgio Adorno.

Retomando a conversa que serviu de ponto de partida para este meu texto, se de fato há uma contribuição da “escola” paulista de estudos sobre violência e se o NEV era um dos responsáveis por tal quadro, justifica-se, portanto, um esforço de exegese intelectual da produção acadêmica de e orientada por Sérgio Adorno. Por esse esforço, a força de um programa intelectual fortemente pautado pelo presente e por um projeto de democracia e justiça no Brasil é exatamente o que se pode inferir da produção do próprio Sérgio Adorno e daqueles que puderam contar com a sua orientação de pós-graduação. É possível pensar num grande recorte analítico que, influenciado por Foucault, se circunscreveria nos modos contemporâneos de governar; nos mecanismos de poder e saber de instituições de (re)socialização e administração pública ou privada de conflitos e de como Estado, mídia e imaginário social operam valores e concebem direitos.

Em conclusão, os estudos sobre violência e democracia liderados por Sérgio Adorno configuram um robusto programa de pesquisas que pode ser assumido como um rico microcosmo da produção acadêmica nas Ciências Sociais em São Paulo e, mesmo, no Brasil. Por certo, vários outros nomes contribuíram e contribuem para as atuais configurações do campo de estudos sobre violência, democracia e segurança pública, mas, ao redigir este texto, friso minha intenção de contribuir para uma história das ideias que circulam e dão sentido às principais pautas da agenda atual do nosso campo.

Numa analogia com a ópera, gênero artístico de predileção de Sérgio Adorno e que faz o casamento entre música e teatro, friso meu propósito de tentar aproximar reflexão teórica, mesmo que ainda exploratória, e tributo a uma trajetória que, a meu ver, merece destaque e estimula gerações.

Principais itens de produção bibliográfica de Sérgio Adorno

Artigos completos publicados em periódicos

1. ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. (2013). “Risco e (in)segurança na missão policial”. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 18, p. 585-593.
2. ADORNO, S. (2012). “O autor nos escritos de Foucault: entre o discurso e a morte”. *Jornal de Psicanálise*, v. 45, p. 113-128.
3. PERES, M. F. T.; ALMEIDA, J. F. de; VICENTIN, D.; RUOTTI, C.; NERY, M. B.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. (2012). “Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais”. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 17, p. 3249-3257.
4. ADORNO, S.; NERY, M. B.; PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; VICENTIN, D. (2012). “Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008”. *Revista Panamericana de Salud Pública* (Impressa); *Pan American Journal of Public Health* (Impressa), v. 32, p. 405-412.
5. PERES, M. F. T.; VICENTIN, D.; NERY, M. B.; LIMA, R. S.; SOUZA, E. R.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. (2011). “Queda dos homicídios em São Paulo: uma análise descritiva”. *Revista Panamericana de Salud Pública* (Impressa); *Pan American Journal of Public Health* (Impressa), v. 29, p. 17-26.
6. ADORNO, S.; PERES, M. F. T.; ALMEIDA, J. F. de; CERDA, M.; CARDIA, N. (2011). “Fall in homicides in the city of São Paulo: an exploratory analysis of possible determinants”. *Revista Brasileira de Epidemiologia* (Impresso), v. 14, p. 709-721.

7. ADORNO, S.; PERES, M. F. T.; ALMEIDA, J. F. de; VICENTIN, D.; CERDA, M.; CARDIA, N. (2011). "Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes". *Revista Brasileira de Epidemiologia* (Impresso), v. 14, p. 709-721.
8. ADORNO, S.; PASINATO, W. (2010). "Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, p. 51-84.
9. ADORNO, S. (2010). "História e desventura: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos". *Novos Estudos Cebrap* (Impresso), v. 3, p. 5-20.
10. ADORNO, S. (2010). "Entrevista revista Aurora". *Revista de Filosofia: Aurora* (Impresso), PUC-PR, v. 1, p. 12-18.
11. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2009). "Democracy, violence and human rights in contemporary Brazil". *LASA Forum*, v. XL, p. 23-25.
12. ADORNO, S. (2009). A socialização da violência. *Cidade Nova*, São Paulo, v. 1, p. 26-27.
13. ADORNO, S. (2008). "Políticas públicas de segurança e justiça penal". *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. IX, p. 9-27.
14. PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; MESQUITA Neto, P.; SANTOS, P. C.; ADORNO, S. (2008). "Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial em São Paulo, Brasil". *Revista Panamericana de Salud Pública* (Impressa); *Pan American Journal of Public Health* (Impressa), v. 23, p. 268-273.
15. ADORNO, S.; PASINATO, W. (2007). "A justiça no tempo, o tempo da justiça". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP* (Impresso), v. 19, p. 131-155.
16. ADORNO, S.; SALLA, F. A. (2007). "Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC". *Estudos Avançados* (Impresso), USP, v. 61, p. 7-29.
17. ADORNO, S. (2006). "A violência brasileira: um retrato sem retoques". *Clio*, Lisboa, p. 241-262.
18. ADORNO, S. (2006). "Crimen, punición y prisiones en Brasil: un retrato sin retoques". *Quórum*, Alcalá de Henares, v. 16, p. 41-49.
19. ADORNO, S. (2005). "Le monopole étatique de la violence: le Brésil face à l'héritage occidental". *Cultures et Conflits*, v. 59, p. 149-174.
20. ADORNO, S.; PERALVA, A. (2005). "Dialogues sur la violence en France et au Brésil". *Cultures et Conflits*, v. 59, p. 5-9.
21. ADORNO, S. (2004). "O monopólio estatal da violência". *Revista da Oficina de Informações*, São Paulo, v. 52, p. 50-51.
22. ADORNO, S. (2004). "O direito na política moderna". *Cult*, São Paulo, v. 81, p. 57-60.
23. ADORNO, S. (2004). "No Brasil, carência de dados não permite prospecção". *Scientific American Brasil*, v. 23, p. 72-73.
24. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2003). "Impunidade e violência". *Revista Pesquisa Fapesp*, v. 1, n. 88, p. 20-23.
25. ADORNO, S.; CARDIA, N.; POLETO, F. (2003). "Homicide rates and human rights violations in Sao Paulo, Brazil 1990 to 2002". *Health and Human Rights – An International Journal*, v. 6, n. 2, p. 15-33.
26. ADORNO, S.; CARDIA, N.; POLETO, F. (2003). "Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo". *Estudos Avançados*, v. 17, p. 43-73.
27. ADORNO, S. (2002). "Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea". *Jornal de Psicologia – PSI*, p. 7-8, abr.-jun.
28. ADORNO, S. (2002). "Crise no sistema de justiça criminal". *Ciência e Cultura*, SBPC, São Paulo, p. 50-51.
29. ADORNO, S. (2002). "A delinquência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos". *Pro-Posições*, Unicamp, p. 45-70.
30. ADORNO, S. (2002). "Exclusão socioeconômica e violência urbana". *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 84-135.
31. ADORNO, S. (2001). "Dor e sofrimento: presenças ou ausências na obra de Foucault?". *Cadernos da FFC*, Marília, v. 9, n. 1, p. 11-33.
32. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. (2000). "O adolescente e as mudanças na

- criminalidade urbana em São Paulo”. *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 62-74.
33. ADORNO, S. (2000). “Segurança pública e direitos humanos. Entrevista de Luiz Eduardo Soares a Sérgio Adorno”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 57, p. 141-154.
34. ADORNO, S. (2000). “Direito e democracia”. *Diálogos & Debates*, São Paulo, v. 1, p. 30-37.
35. ADORNO, S. (1999). “Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153.
36. ADORNO, S. (1998). “Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47.
37. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S.; FEIGUIN, D.; BIDERMAN, F. (1998). “O adolescente e a criminalidade urbana em São Paulo”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 23, p. 189-204.
38. ADORNO, S. (1997). “O social e a sociologia em uma era de incertezas”. *Plural*, São Paulo, v. 4, p. 1-27.
39. ADORNO, S.; PERALVA, A. (1997). “Estratégias de intervenção policial no Estado contemporâneo”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-4.
40. ADORNO, S. (1997). “Violence urbaine, justice sociale et organisation sociale du crime”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, v. 31, p. 37-48.
41. ADORNO, S. (1996). “Violência, justiça penal e organização social do crime”. *Lei & Liberdade*, Rio de Janeiro, v. 47, p. 30-33.
42. ADORNO, S. (1996). “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300.
43. ADORNO, S. (1995). “Violência, Estado e sociedade: notas sobre os desafios à cidadania e à consolidação democrática no Brasil”. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 6, p. 37-51.
44. ADORNO, S. (1995). “Descriminação racial e justiça criminal em São Paulo”. *Novos Estudos Cebrap* (Impresso), São Paulo, v. 43, p. 45-63.
45. ADORNO, S. (1995). “A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada”. *Sociedade e Estado* (Impresso), UnB, Brasília, v. 10, n. 2, p. 299-342.
46. ADORNO, S. (1994). “Dossiê judiciário. Apresentação”. *Revista USP*, São Paulo, v. 21, p. 7-11.
47. ADORNO, S. (1994). “Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. Os crimes que se contam no Tribunal do Júri”. *Revista USP*, São Paulo, v. 21, p. 132-51.
48. ADORNO, S. (1994). “Violência, controle social e cidadania”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 41, p. 101-127.
49. ADORNO, S. (1993). “Ciência, informação, verdade e universalidade. A propósito de ‘A violência na América Latina’”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, p. 40-43.
50. ADORNO, S.; PINHEIRO, P. S. (1993). “Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito”. *São Paulo em Perspectiva* (Impresso), São Paulo, v. 7, n. 1, p. 106-117.
51. ADORNO, S. (1993). “Pena de morte, controle social e democracia”. *Jornal CRP-6*, São Paulo, v. 81, p. 6-6.
52. ADORNO, S.; KAHN, T. (1993). “Pena de morte: para que e para quem serve esse debate?”. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 87, n. 3, p. 14-36.
53. ADORNO, S. (1993). “O abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo”. *Resgate. Revista de Cultura*, São Paulo, v. 5, p. 93-101.
54. ADORNO, S. (1993). “Violência urbana e justiça criminal. Desafio do crime organizado ainda sem resposta adequada”. *Carta Política*, São Paulo, v. 43, p. 6-6.
55. ADORNO, S. (1993). “A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático”. *BIB – Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, p. 3-24.

56. ADORNO, S. (1992). "Violência x democracia ou a dificuldade brasileira em lidar com a diferença". *Ponto-e-virgula*, PUC-SP, São Paulo, v. 6, p. 24-28.
57. ADORNO, S. (1992). "Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate". *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 18-26.
58. ADORNO, S. (1992). "O massacre na Casa de Detenção de São Paulo". *Boletim da ABA*, São Paulo, v. 13, p. 8-9.
59. ADORNO, S. (1991). "Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios". *Revista Direitos Humanos*, Recife, v. VI, n. 9, p. 23-32.
60. ADORNO, S. (1991). "O sistema penitenciário no Brasil (problemas e desafios)". *Revista USP*, São Paulo, v. 9, p. 65-78.
61. ADORNO, S. (1991). "A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola". *Cadernos de Pesquisa* (Impresso), Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 79, p. 76-80.
62. ADORNO, S. (1991). "A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo". *Cadernos*, São Paulo, v. 3, p. 113-147.
63. ADORNO, S. (1991). "A prisão sob a ótica de seus protagonistas". *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP* (Impresso), São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40.
64. ADORNO, S. (1991). "Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 33, p. 145-156.
65. ADORNO, S. (1990). "A gestão filantrópica da pobreza urbana". *São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-17.
66. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1989). "Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 3, p. 70-94.
67. ADORNO, S. (1989). "Violência urbana e justiça criminal. O ponto de vista dos cientistas sociais". *Travessia, Revista do Migrante*, v. 2, n. 4, p. 17-20.
68. ADORNO, S. (1989). "A revolução descolonizadora na América Latina". *Documentos*, São Paulo, v. 2, p. 1-14.
69. ADORNO, S.; PINHEIRO, P. S. (1988). "A tortura resiste". *Humanidades*, v. 5, n. 18, p. 63-66.
70. ADORNO, S.; ARAUJO, B. J.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A. (1987). "A questão agrária nas assembleias constituintes de 1934 e 1946". *Cadernos de Política Comparada*, FFLCH-USP, v. 3, n. 1, p. 10-34.
71. ADORNO, S.; FISCHER, R. M. (1987). "Políticas penitenciárias, um fracasso?" *Lua Nova* (Impresso), v. 34, p. 70-79.
72. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1987). "Migração e criminalidade". *São Paulo em Perspectiva* (Impresso), v. 1, n. 2, p. 36-38.
73. ADORNO, S.; ARAUJO, B. J.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A. (1987). "A questão agrária nas Assembleias Constituintes de 1834 e 1946". *Novos Rumos*, São Paulo, p. 65-107.
74. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1986). "Homens persistentes, instituições obstinadas: a reincidência na penitenciária de São Paulo". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 3, n. 1, p. 87-109.
75. ADORNO, S.; E., N.; J. R., S. F. (1986). "Revolução ou revolução?" *Lua Nova* (Impresso), São Paulo, v. 3, p. 38-40.
76. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (1985). "Estimativa da reincidência criminal: variações segundo estratos ocupacionais e categorias criminais". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 11-29.
77. ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P. (1985). "A pobreza colonizada". *Serviço Social & Sociedade*, v. VI, n. 17, p. 49-72.
78. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; RODELLO, C. C. M. (1984). "Estimativa da reincidência criminal". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 1, n. 1, p. 49-69.
79. ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P.; RESENDE, R. G. A.; CHACON, Y. C. P. (1984). "Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário". *Temas Imesc – Sociedade Direito e Saúde*, v. 1, n. 2, p. 101-107.
80. ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; RODELLO, C. C. M. (1983). "Avaliação do regime de livramento condicional". *Revista do Imesc*, v. 6, n. 1, p. 7-18.

Livros publicados/organizados ou edições

1. ADORNO, S.; ADORNO, S. (1988). *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
2. ADORNO, S. (1985). *O que todo cidadão precisa saber sobre constituição*. São Paulo: Global.

Capítulos de livros publicados

1. ADORNO, S. (2013). “O perfil da violência brasileira contemporânea e as respostas do Estado”. In: BIASOTO Jr., G.; PALMA e SILVA, L. A. (orgs.). *Aporias para o planejamento público*. São Paulo: Fundap. v. 1, p. 159-176.
2. ADORNO, S. (2013). “A banalidade da violência contemporânea: o problema da anestesia moral”. In: BREPOHL, M. (org.). *Eichmann em Jerusalém: 50 anos depois*. Curitiba: UFPR. p. 79-101.
3. ADORNO, S. (2011). “Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 554-565.
4. ADORNO, S. (2011). “Entrevista sobre direitos humanos no Brasil”. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L. (org.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbânia; Anpocs. p. 76-97.
5. ADORNO, S. (2010). “Linchamentos e poder”. In: BARREIRA, C. (org.). *Violência e conflitos sociais*. Campinas: Pontes. v. 1. p. 69-87.
6. ADORNO, S.; BARREIRA, C. (2010). “A violência na sociedade brasileira”. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla. v. 1. p. 303-374.
7. ADORNO, S. (2009). “Análise de pesquisa”. *DNA paulistano*. São Paulo, p. 359-362.
8. ADORNO, S. (2009). “Desafios teóricos contemporâneos da sociologia latino-americana”. In: SANTOS, J. V. T. (org.). *Mundialização e*

sociologia crítica da América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS. v. 1. p. 173-196.

9. ADORNO, S. (2009). “Anomia, um conceito, uma história, um destino”. In: MASSELLA, A. B.; PINHEIRO Filho, F.; AUGUSTO, M. H. O.; WEISS, R. (orgs.). *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argumentum. v. 1. p. 131-155.
10. ADORNO, S. (2008). “Uma história social do crime e da punição”. In: GOMES, A. C. (orgs.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p. 81-108.
11. ADORNO, S. (2008). “Riqueza e violência no cenário brasileiro”. In: SAMPAIO FERRAZ Jr.; SALOMÃO Filho, C.; NUSDEO, F. (orgs.). *Poder econômico. Direito, pobreza, violência, corrupção*. São Paulo: Manole. p. 121-134.
12. ADORNO, S. (2008). “Direitos humanos”. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Hucitec. v. 1. p. 191-224.
13. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2008). “A universidade e os direitos humanos”. In: MARCÍLIO, M. L. (orgs.). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos: 60 anos*. São Paulo: Edusp. p. 193-222.
14. ADORNO, S.; CARDIA, N.; CUBAS, V. O.; ALVES, R. A.; NATAL, A. L. (2008). “Direitos humanos, acesso à informação e inclusão digital”. In: RIFIOTIS, T.; HIDRA, T. (orgs.). *Educação em direitos humanos. Discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: UFSC. p. 59-78.
15. ADORNO, S. (2007). “A USP e a desobediência civil”. In: LAJOLO, F. M.; SILVA, J. A.; COSTA, W. M. (orgs.). *A USP em debate: o que se escreveu sobre a USP no 1º semestre de 2007*. São Paulo: Edusp. v. 1. p. 29-34.
16. ADORNO, S.; LAMIN, C. (2006). “Medo, violência e insegurança”. In: LIMA, R. S.; PAULA, L. (orgs.). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto. v. 1. p. 151-171.
17. ADORNO, S. (2006). “Foucault, a lei e o direito”. In: ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R.; SCAVONE, L. (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Ed. Unesp. p. 201-222.

18. ADORNO, S. (2005). "Direito e ciências humanas". In: NOBRE, Marcos *et al.* (org.). *O que é pesquisa em direito?* São Paulo: Quartier Latin. p. 109-118.
19. ADORNO, S. (2002). "Youth crime in Sao Paulo: myths, images and facts". In: ROTKER, S. (ed.). *Citizens of fear: urban violence in Latin America*. New York: Rutgers; The State University of New Jersey Press. p. 102-116.
20. ADORNO, S.; JOÃO, P. (2002). "Políticas de controle e repressão ao tráfico internacional de drogas: estudo comparativo Brasil e Portugal (1980-1990)". In: PUREZA, J. M.; FERREIRA, A. C. (orgs.). *A teia global. Movimentos sociais e instituições*. Porto: Afrontamento. v. 4. p. 219-253.
21. ADORNO, S. (2002). "Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré. v. IV. p. 267-307.
22. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2002). "Das análises sociais aos direitos humanos". In: BROOKE, N.; WITOSHYNKY, M. (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Edusp. p. 201-240.
23. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2002). "From social analysis to human rights". In: BROOKE, N.; WITOSHYNKY, M. (orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Edusp. p. 419-455.
24. ADORNO, S. (2002). "As cidades brasileiras no século XXI: qualidade de vida". *Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*, CGEE. v. 2.
25. ADORNO, S.; CARDIA, N. (2002). "Violência, crime, insegurança: há saídas possíveis?" In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (orgs.). *Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp. p. 303-333.
26. ADORNO, S. (2001). *It's in the blood: notes on race attitudes in Brazil. Hamilton & All, Beyond Racism*. London: Lynne Rienner.
27. ADORNO, S. (2000). "Adolescentes, crime e violência". In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez. p. 97-110.
28. ADORNO, S. (2000). "La delincuencia juvenil en San Pablo: mitos, imágenes y hechos". In: ROTKER, S. (org.). *Ciudadanías del miedo*. Caracas: Nueva Ciudad; Rutgers, The State University of New Jersey Press. p. 95-109.
29. ADORNO, S. (1999). "Consolidação democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades". In: ZAVERUCHA, J. (org.). *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XIX*. Recife: Bagaço. p. 149-189.
30. ADORNO, S.; CASTRO, M. M. P. (1999). "Direitos humanos para crianças e adolescentes: o que há para comemorar?" In: AMARAL Jr., A.; PERRONE-MOISÉS, C. (orgs.). *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. São Paulo: Edusp; Fapesp. p. 265-289.
31. ADORNO, S. (1999). "Violência e civilização". In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: Ed. Universidade Católica de Pelotas. p. 77-106.
32. ADORNO, S. (1999). "Violência e civilização". In: ELBERT, C. A. (org.). *La criminología del siglo XXI en América Latina*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. p. 129-158.
33. ADORNO, S. (1999). "Racial discrimination and criminal justice in São Paulo". In: REICHMANN, R. (ed.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to equality*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press. p. 123-137.
34. ADORNO, S. (1999). "Prisões, violência e direitos humanos no Brasil". In: PINHEIRO, P. S.; GUIMARÃES, S. P. (orgs.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. v. 2, p. 1005-1030.
35. ADORNO, S. (1998). "O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação". In: PINHEIRO, P. S. (org.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 227-246.
36. ADORNO, S.; CARDIA, N. (1998). "Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-89". In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). *Violências em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec. p. 66-90.

37. ADORNO, S. (1998). “Consolidação democrática e políticas de segurança no Brasil”. In: ZAVERUCHA, J. (org.). *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Recife: Bagaço. p. 149-189.
38. ADORNO, S. (1996). *Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. raça e diversidade*. São Paulo: Edusp; Estação Ciência.
39. ADORNO, S. (1995). *Violência, ficção e realidade: sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense. p. 181-188.
40. ADORNO, S. (1994). “Criminal violence”. In: *Modern Brazilian society: social changes, crime and police*. Switzerland: Harwood.
41. ADORNO, S. (1994). “Children in Brazil: legislation and citizenship”. In: RIZZINI, I. (org.). *Children in Brazil today: a challenge for the third millennium*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula. p. 103-115.
42. ADORNO, S. (1994). “Cidadania e administração da justiça criminal”. In: DINIZ, E.; LEITE LOPES, J. S.; PRANDI, J. R. (orgs.). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo; Brasília: Hucitec; Anpocs/Ipea. p. 304-327.
43. ADORNO, S. (1993). “Criança: a lei e cidadania”. In: RIZZINI, I. (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula. p. 101-112.
44. ADORNO, S. (1993). “Impasses e desafios à administração carcerária”. In: AZEVEDO MARQUES, J. B.; MACHADO, M. L. (orgs.). *História de um massacre*. São Paulo; Brasília: Cortez; OAB.
45. ADORNO, S. (1993). “The stage of knowledge in Brazil”. In: ROBERT, P. (org.). *Crime and prevention policy*. Freiburg: Max Planck Institut für ausländisches und internationales Strafrecht. p. 17-32.
46. ADORNO, S. (1992). *A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola*. Campinas: Papirus. p. 125-134. (Sociedade civil e educação).
47. ADORNO, S. (1991). “A experiência precoce da punição”. In: MARTINS, J. S. (org.). *O massacre dos inocentes: crianças sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec. p. 181-208.
48. ADORNO, S. (1991). “Educação e patrimonialismo”. In: MARTINS, C. B. (org.). *O público e o privado na educação brasileira contemporânea*. Campinas: Centro de Estudos de Educação e Sociedade.
49. ADORNO, S. (1991). “La precoce esperienza della punizioni”. In: MARTINS, J. S. (org.). *L'infanzia negata*. Chieti Scalo: Vecchio Faggio. p. 201-233.
50. ADORNO, S. (1991). “Bilan des connaissances au Brésil”. In: ROBERT, P. (org.). *Les politiques de la prévention de la délinquance*. Paris: L'Harmattan. p. 29-42.
51. ADORNO, S. (1990). “Nos limites do direito, nas armadilhas da tradição”. In: COGGIOLLA, O. (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Fronteira; Edusp. p. 181-191.
52. ADORNO, S. (1989). *As raízes da colonização. História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense. p. 335-343.
53. ADORNO, S.; CASTRO, M. A. (1987). *A arte de administrar a pobreza: a assistência social institucionalizada em São Paulo*. Foucault vivo. Campinas: Papirus. p. 101-109.
54. ADORNO, S. (1985). “No tripúdio dos vícios e das paixões. Pequenas notas sobre a questão do obsceno na obra de José de Alencar”. In: *Jornadas impertinentes: o obsceno*. São Paulo: Hucitec. p. 90-96.

Bibliografia

- ADORNO, S. (1993). “A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático”. *BIB – Boletim Bibliográfico e Informativo em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, p. 3-24.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. (2010). “A violência na sociedade brasileira”. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla. v. 1. p. 303-374.

- JACKSON, L. C. (2007). "Gerações pioneiras na sociologia paulista (1940-1965)". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 19, p. 115-130.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. (2000). "Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123.
- LIMA, R. S. (2011). *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. (2013). *Estado, polícias e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas da Fundação Getúlio Vargas. (Texto para discussões).
- LIMA, R. S.; PAULA, L. (orgs.). (2013). *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto. v. 1
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. A. (orgs.). (2011). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: FBSP; Anpocs; Urbana.
- LIMA, R. S.; SINHORETTO, J. (2012). "Qualidade da democracia e polícias no Brasil". In: DURÃO, S.; DARCK, M. (orgs.). *Polícia, segurança e ordem pública – perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. v. 1. p. 53-72.
- PAULA, L. (2013). "Violência, Estado e sociologia no Brasil". In: SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. (orgs.). *Manual de sociologia jurídica*. São Paulo: Saraiva. v. 1. p. 309-326.
- VASCONCELOS, F. T. R. (2009). *Violência e academia: a construção político-institucional do Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- _____. (2011). "A polícia à luz da sociologia da violência: 'policiólogos' entre a crítica e a intervenção". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 5, p. 72-87.
- ZALUAR, A. (1999). "Violência e crime". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs. v. 1. p. 15-107.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Resumo

A influência da trajetória intelectual de Sérgio Adorno nos estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil

O presente artigo visa, a partir de uma discussão acerca do papel de Sérgio Adorno para a consolidação do campo de estudos sobre violência, democracia e segurança pública no Brasil, refletir sobre a trajetória intelectual desse importante sociólogo brasileiro e de seu impacto na sociologia da violência no país. O texto discutirá aspectos pessoais, mas, sobretudo, aspectos institucionais de formação do campo de pesquisa e de suas principais características.

Palavras-chave: Trajetórias intelectuais; Sociologia da violência; Campo de estudos sobre segurança pública e sociedade no Brasil; Sérgio Adorno.

Abstract

The influence of the intellectual trajectory of Sergio Adorno in the studies on violence, democracy, and public security in Brazil

Based upon a discussion on the role of Sergio Adorno for the consolidation of the field study on violence, democracy and public security in Brazil, the article aims to reflect on his intellectual trajectory and its impact upon the Brazilian sociology of violence. Although discussing some personal aspects, the article focuses mainly on the institutional organization of this research field and its principal features.

Keywords: Intellectual trajectories; Sociology of violence; Field study on public security and society in Brazil; Sergio Adorno.

Résumé

L'influence de la trajectoire intellectuelle de Sérgio Adorno dans les études sur la violence, la démocratie et la sûreté publique au Brésil

Cet article a pour objectif, à partir d'une discussion sur le rôle de Sérgio Adorno pour la consolidation du domaine d'études sur la violence, la démocratie et la sûreté publique au Brésil, de proposer une réflexion sur la trajectoire intellectuelle de cet important sociologue brésilien et de son impact dans la sociologie de la violence au Brésil. Le texte abordera des aspects personnels mais, surtout, des aspects institutionnels de formation du domaine de recherche et de ses principales caractéristiques.

Mots-clés: Trajectoires intellectuelles; Sociologie de la violence; Domaine d'études sur la sécurité publique et société au Brésil; Sérgio Adorno.

Marxismo como ciência social, de Adriano Codato e Renato Perissinotto, recebeu o prêmio Anpocs de melhor obra científica em 2012 e consiste na reunião de nove artigos já publicados sobre Estado, política institucional e ação de classe em Marx e em alguns marxismos posteriores, como afirmam os autores na Apresentação. De início, defendem o marxismo como “uma ciência social normal”, cujos postulados deveriam ser entendidos como hipóteses passíveis de serem confirmadas ou refutadas. Ponto de vista esse que tornaria possível o diálogo “com as teorias sociais não marxistas ou explicitamente antimarxistas” (p. 227).

Não se trata de uma obra fácil de ler e resenhar, tanto devido ao conteúdo teórico denso como ao distanciamento crítico dificultado pelas lembranças que a leitura provocou: dos estudos de juventude e das conversas em torno ou por efeito das aulas do Prof. Décio Azevedo Marques de Saes, a quem o livro é muito justamente dedicado. Porém, resolvi arriscar abordando os capítulos com foco na temática da articulação entre as instâncias política e econômica. Tema central no livro, discutido, sobretudo, a partir de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e de um marcado interesse pela autonomia do mundo político – ao encontro da proposta dos autores: de diálogo entre marxismo e teoria das elites.

No capítulo 1, Lendo Marx à luz de Marx, na contramão das interpretações que

consideram brilhantes os textos de história política (*18 Brumário; As lutas de classes na França*) em oposição aos de economia (evolucionistas, mecanicistas, economicistas), a análise de Codato encanta pela ousadia em defender o “favoritismo do econômico” n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em consonância com o Prefácio de 1859 da *Crítica da Economia Política*. Do contrário, afirma o autor, tratar-se-ia “[...] de um caso curioso de involução. Marx teria desaprendido o marxismo sofisticado entre o livro sobre a política bonapartista (1852) e o volume sobre a economia política clássica (1859)” (p. 7).

A impressão de identificação do materialismo histórico à primazia do econômico se desfaz à medida que a leitura avança e a tese da correspondência entre as instâncias política e econômica vai ocupando espaço no livro. A Codato parece interessar fundamentalmente a junção de “dois Marx” à luz de Marx, não havendo como discordar da “autoridade do econômico”, também em *O 18 Brumário*, tendo em vista a posição de Codato acerca do econômico:

Penso que o econômico pode ser entendido mais exatamente como: (i) o interesse geral da classe burguesa – o *ordenamento* capitalista – que deve ser garantido sempre, mesmo quando a burguesia “perdeu sua vocação para governar” (18 Br., p. 500); (ii) a variável que em última instância determina – o *condicionamento*, portanto – as ações políticas, as representações ideológicas etc. dos agentes sociais; (iii) a realidade última – o fundamento – dos conflitos entre as classes (p. 23; *grifos dos autores*).

O capítulo 2, O Estado como Instituição, procura demonstrar como “Marx possui uma concepção de Estado que leva em conta sim sua dinâmica institucional, seus procedimentos organizativos, sua hierarquia interna sem, entretanto, abrir mão da perspectiva classista” (p. 38). Conforme Codato e Perissinotto, é possível identificar nos textos políticos de Marx dois níveis: em um mais geral e abstrato, os Estados francês e alemão são compreendidos a partir das suas funções reprodutivas; enquanto, no nível mais conjuntural, se impõe a “separação” entre *poder de Estado* e *poder da classe*, dimensão na qual é possível compreender o Estado como instituição autônoma, tanto que:

Na briga política, os grupos políticos e sociais percebem o Estado como uma poderosa organização capaz de definir a distribuição de recursos diversos (ideológicos, econômicos, políticos). Em função disso, lutam entre si para *controlar* diretamente ou *influenciar* à distância os diferentes ramos do aparelho estatal (e não necessariamente para *dominar*). Nesse nível da análise é possível admitir o Estado, de um lado, e a(s) classe(s) em nome da(s) qual(is) ele governa, de outro, *como realidades diferentes e autônomas, isto é, separadas*. É possível, portanto, pensar o *poder de Estado* como distinto do *poder da classe* e em relação conflituosa com ela (p. 44; *grifos dos autores*).

Neste capítulo, está em debate a tese da “[...] *funcionalidade* da superestrutura jurídico-política (em particular do Estado) para a realização dos interesses ‘a longo prazo’, ‘em termos gerais’ da classe dominante” (p. 57; *grifos dos autores*). Basicamente, parece que os autores estão a afirmar que assim como a noção de autonomia relativa do Estado é tema para pesquisa empírica, igualmente o é a tese da *funcionalidade*, a qual “[...] não pode ser nem pressuposta, nem derivada como um corolário da Grande Teoria” (p. 58). Dessa forma, a tese da *funcionalidade* do Estado não estaria imbricada na tese da *correspondência* entre estruturas política e

econômica, pois, se assim fosse, segundo os autores, isso acabaria por dispensar a pesquisa de orientação materialista acerca da funcionalidade estatal.

Temática retomada no capítulo 3, Marx e a Teoria Contemporânea do Estado. A partir da comparação entre as posições de Marx n’*O manifesto* e n’*O 18 Brumário*, Perissinotto reafirma a grande inovação introduzida pela ideia de que a natureza de classe do Estado independe do controle direto pela burguesia, como pode sugerir sentença d’*O manifesto* – do Estado como comitê executivo dos negócios gerais da burguesia. Impossível dar ideia do quanto o capítulo é bom, abordando a necessidade de destruição do Estado burguês pela revolução proletária; a funcionalidade do Estado a partir da distinção entre interesse geral e interesse particular; e a autonomia do processo político, cuja dinâmica própria pode produzir (e produz com frequência) efeitos indesejáveis e disfuncionais à função obrigatória do Estado de manutenção da ordem capitalista.

No capítulo 4, Poulantzas 1, 2 e 3, Codato aborda as diferentes concepções do autor grego a respeito do Estado – estrutural, funcional e relacional – em convergência com as posições políticas-estratégicas que Poulantzas vai abraçando. Vale registrar sobre a primeira posição, do Estado como estrutura e fator de coesão social, que os efeitos de isolamento dos agentes em indivíduos particulares e de representação de unidade no povo-nação, produzidos pela estrutura jurídico-política, não devem ser vistos como meras “ilusões” produzidas por uma suposta instância ideológica, que, como pondera Codato, não existe como instância específica.

No capítulo 5, O Espaço Político segundo Marx, a questão é retomada por um posicionamento (apresentado no capítulo 1) contrário ao do alegado antagonismo entre

“aparência e essência” n’*O 18 Brumário*. Em resumo, Codato defende que a aparência não seja vista como mera ilusão a ser desmistificada a fim de que se alcance a essência de tudo: a luta entre classes sociais. Não, a ilusão é real, responsável por “[...] uma sorte de fetichismo político análogo ao fetichismo da mercadoria” (p. 129), que permite avanços históricos através do mundo político, na medida mesmo em que os efeitos concretos do direito burguês/burocratismo condicionam a atuação do Estado capitalista.

A proposta é que o espaço político seja encarado em sua autonomia “[...] como um mecanismo de mediação entre a estrutura política e a estrutura econômica” (p. 147; *grifo dos autores*), cujo papel não se reduz à função de ocultação aos agentes sociais da divisão e dominação de classes. Ao que tudo indica, Codato quer conservar a separação analítica entre as instâncias política e econômica, atribuindo ao espaço político o papel de articulá-las na prática, nem sempre no sentido da funcionalidade. O objetivo principal parece ser o de defender que “[...] as análises políticas do mundo político, das suas forças, dos seus personagens, dos seus discursos não são tão desprovidas de interesses assim” (p. 158).

No capítulo 6, Considerações sobre o Marxismo Analítico, Perissinotto relaciona alguns problemas do marxismo analítico: as críticas que autores filiados à corrente fazem à explicação funcional, “tipicamente marxista”, abordando ainda a insuficiência do individualismo metodológico, da teoria da escolha racional e teoria dos jogos como ferramentas para o “[...] marxismo vencer o vazio explicativo da explicação funcional” (p. 175). O autor reconhece as dificuldades do marxismo contemporâneo em discutir o “[...] problema da classe social como ator político coletivo” (p. 181) e avança sobre o tema no capítulo 7, Marx e a Análise Contemporânea de Classe.

Seguindo com *O 18 Brumário*, Perissinotto demonstra como a análise classista da política por Marx não se reduz ao vínculo econômico. O capítulo traz considerações interessantes sobre o conceito de classe na visão culturalista (de Pierre Bourdieu e Klaus Eder) e em defesa da perspectiva marxista – das classes como atores políticos importantes que agiriam mediados por uma minoria politicamente ativa (a elite política). Proposta de diálogo entre marxismo e teoria das elites, da qual os autores se ocuparão nos capítulos 8 e 9 – Marxismo ou Elitismo? e Por uma Análise Societalista da Política.

Nestes capítulos finais, o mercado interesse pela autonomia do mundo político assume sentido maior, o da proposta de diálogo entre marxismo e teoria das elites. Uma tentativa de pensar as complexas ligações entre o nível político e o econômico por meio das duas tradições teóricas, “[...] a despeito de todas as suas notórias diferenças ideológicas” (p. 226). Analiticamente, trata-se de identificar a representação dos interesses de classe na atuação da minoria politicamente ativa: (1) estudando os processos decisórios – no campo das ações da elite política; (2) analisando o conteúdo das produções discursivas, envolvidas nas manifestações escritas ou faladas (artigos de jornais, intervenções em periódicos, entrevistas, discursos parlamentares, publicações de entidades de classe); e (3) investigando a origem social dos seus membros.

Nesse terreno, acredito que sejam os procedimentos acima importantes à análise social, especialmente da política econômica, a fim de se comprovar como as ações do Estado correspondem muito mais aos interesses de classes/frações dominantes que aos interesses das demais forças sociais. Não obstante, por mais que a proposta dos autores possa ser pertinente, é controversa da perspectiva marxista, na medida em que parece conferir autonomia e importância demais às elites

políticas. Ainda que de grande interesse, sobretudo devido às possibilidades de desvendamento dos interesses de classes, a inversão da ordem dos fatores pode alterar o produto. Dessa ótica, ninguém diria que central n' *O 18 Brumário* sejam os personagens políticos, suas ideologias, partidos, discursos etc.

Por fim, a insistência na pesquisa empírica como critério de cientificidade pode aborrecer os menos rigorosos, mas a centralidade e análise d' *O 18 Brumário*, a qualidade da redação, a ironia fina, a tomada de posições claras e instigantes fazem da leitura do livro um enorme prazer.

Palavras-chave: Marxismo; Ciência social; Teoria das elites; Estado e política.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa – COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento – CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea – CEDEC
www.cecdec.org.br

Centro de Estudos da Religião – CER – USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea – CPDOC –
FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais – FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião – ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepec/depto/iri

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi – UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA – UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural – UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia
[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.mestradosociais,ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pgsc.ufma.br

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prgp.ufpb.br

UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio

UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museu hp/pesq.htm

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br

UFRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br

UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ppgs.ufscar.br

UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ;
www.unicamp.br/santiagodantassp;
www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/

arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodiam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/ Unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Biblioth que Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ci ncias Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. Jos  Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Tem ticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
http://catalog.loc.gov

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informa o em
Ci ncia e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especializa o em Organiza o de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religi o
www.iser.org.br

Instituto Universit rio de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontif cia Universidade Cat lica de Minas
Gerais (Gradua o em Ci ncia da Informa-
 o)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontif cia Universidade Cat lica de S o
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
ca o e Semi tica –  rea: Tecnologias da
Informa o)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Gradua o em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ci ncias da Informa o/Depto. de
Hist ria (Gradua o em Arquivologia;
Especializa o em Ger ncia de Unidades e
Servi os de Informa o)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Gradua o em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documenta o (Gradua o em Arqui-
vologia, Especializa o em Planejamento,
Organiza o e Dire o de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Bras lia/Depto.
de Ci ncia da Informa o e Documenta o
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Bras lia/Depto.
de Ci ncia da Informa o e Documenta o
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
menta o –  rea: Planejamento de Proces-
sos Document rios)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/postgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnt/home.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (Scielo
Brazil)
www.scielo.br/

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Mesiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais* e *Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro* e *Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira* e *Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna*, *Maria Alice Rezende de Carvalho* e *Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo* e *Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estadais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruschinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuzza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “*Path dependency* e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação *versus* Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jaquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrizio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica no Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertonceo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: Uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: Quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: Um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

BIB 69

Gabriel Cepaluni, “Coalizões Internacionais: Revisão da Literatura e Propostas para uma Agenda de Pesquisa”; *Odaci Luiz Coradini*, “Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman”; *Aline G. Hellmann*, “Análise de Redes e Desigualdade Social: a Abordagem Relacional de Charles Tilly à Luz da Lei de Potência de Barabási”; *Ricardo Fabrino Mendonça*, “Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano”; *Juliana Mezzomo Allain e Julia S. Guivant*, “O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa”.

BIB 70

Marcelo de Almeida Medeiros, Augusto Wagner M. Teixeira Jr. e Elton Gomes dos Reis, “O Mercosul na Agenda de Pesquisa contemporânea da Política Internacional”; *Renato Perissinotto e Adriano Codato*, “Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista”; *Gilmar Rocha*, “O Circo no Brasil – Estado da Arte”; *Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro*, “Determinantes do Tempo da Justiça Criminal: Perspectiva Comparada entre Brasil, Portugal e Estados Unidos”; *Cleber da Silva Lopes e Andrei Koerner*, “As Tensões entre Segurança Doméstica e Direitos Cíveis nos EUA pós-11 de Setembro”; *Wagner de Melo Romão*, “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo”.

BIB 71

Patrice Schuch, “A vida social ativa da ética na Antropologia”; *André Filipe Pereira Reid dos Santos*, “Principais abordagens sociológicas para análises das profissões”; *Raquel Andrade Weiss*, “Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim”; *Aureo de Toledo Gomes*, “Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica”; *Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo*, “Revisitando os estudos do desenvolvimento”; *Lucas Coelho Brandão*, “A literatura sobre movimentos

sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional”.

BIB72

Claudia Fonseca, “Tecnologias de Governo, Família e Humanitarismo em um Mundo Globalizado”; *Amâncio Jorge de Oliveira, Janina Onuki e Wagner Pralon Mancuso*, “Política Comercial, Instituições e Grupos de Interesse”; *Elaine Meire Vilela e Livia Beatriz Ferreira Lopes*, “Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil”; *Nuno Oliveira*, “Três Grandes Súmulas de Teoria Social para o Século XXI”; *Elisa Klüger*, “As Sociologias da Ciência Econômica”; *Maurício Hoelz*, “O Sertão & a Cidade: Maria Sylvania de Carvalho Franco e a Sociologia da Violência Contemporânea”.

BIB73

Luiz Inácio Gaiger, “Práticas Sociais e Conhecimento Acadêmico no Campo da Economia Solidária”; *Patricio Tierno*, “Teoria Política Grega da Democracia: Demarcação e Métodos de um Cânone Histórico e Intelectual”; *João Paulo Bachur*, “Inclusão e Exclusão na Teoria de Sistemas Sociais: um balanço crítico”; *Gustavo Batista Araujo*, “Contribuições de Campanha: Problemas e Dificuldades da Agenda de Pesquisa Quantitativa”; *Renato Sérgio de Lima*, “A Influência da Trajetória Intelectual de Sérgio Adorno nos Estudos sobre Violência no Brasil”; *Angelita Matos Souza*, “Marxismo como ciência social, de Adriano Codato e Renato Perissinotto”.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos devem ser encaminhados para análise pelo e-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Os textos aprovados para publicação deverão ser entregues para edição organizados da seguinte maneira:

- em programa Word for Windows, em fonte Times New Roman, corpo 12, em espaço 1,5, com margens superior e inferior, 2,5; direita e esquerda, 3,0; parágrafo com recuo de 1ª. linha padrão; páginas numeradas;
- o título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços, em corpo 14, fonte Times New Roman, negrito, alinhado à direita; nome do autor logo abaixo, em itálico, corpo 12, letra clara;
- se uma versão do artigo já houver sido publicada, esses dados (publicação, data, título) deverão entrar no rodapé, com asterisco vinculado ao título atual;
- se houver agradecimento, este entrará no rodapé, com um ou mais asteriscos vinculados ao(s) nome(s) do(s) autor(es);
- o artigo integral não deve ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas por página) ou cerca de 6 mil palavras;
- o texto deve ser acompanhado de um resumo em português (se possível, também em inglês, *abstract*, e francês, *resume* – com seus respectivos títulos) e de 5 palavras-chave (*keywords*, *mots-clés*), bem como de uma minibiografia do(s) autor(es) (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e 2 últimos livros ou artigos publicados, se for o caso);
- é preferível que quadros, mapas, tabelas etc. já estejam inseridos no corpo do texto. Mas, se em arquivo separado, devem ter

indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos;

- as menções a autores, no decorrer do texto, seguem a forma (Autor, data) – se apenas referência – ou (Autor, data, página) – em caso de citação. Exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, diferenciar com letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc. Fazer esta marcação também na bibliografia;
- checar se constam corretamente TODAS as referências a autores na bibliografia;
- nas notas de rodapé entram apenas informações sintéticas, complementares e de natureza substantiva, procurando não ultrapassar 6 linhas. O texto das notas de rodapé é em corpo 10;
- as citações devem sempre ser acompanhadas de sua fonte (Autor, data, página). As citações que ultrapassem 5 linhas no corpo do texto do artigo devem ser destacadas (separadas) em corpo 10, com recuo à esquerda de 1,25 e texto justificado à direita. Se em língua estrangeira, devem ser traduzidas. Se tradução livre, o texto original deve entrar no rodapé;
- a bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, conforme os exemplos abaixo.

1) Livros

SEITENFUS, Ricardo (1991). *Mercosul: impasses e alternativas*. São Paulo: IEA/ USP. (coleção Documentos – série Internacional, 14).

2) Parte de livros

Mesma autoria

BENJAMIN, Walter (1983). “O narrador”. In: *Textos escolhidos*:

Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. 2. ed. Trad. José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural. p. 57-74.

Autoria diferente

ALTVATER, Elmar (1976). “Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado”. In: SONNTAG, Heinz R.; VALLECILLOS, Hector (eds.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI. p. 88-133.

3) Artigos em periódicos

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006), “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.

MILNER, Helen V. (1992), “International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses”. *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.

4) Dissertações e teses

DIAS, João M. (2006). *O orçamento participativo na cidade de São Paulo: confrontos e enfrentamentos no circuito do poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

RIBEIRO, L. M. L. (2009). *Administração da justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise dos casos de homicídio*. Tese de doutorado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

5) Outros

Congressos, seminários,

publicação eletrônica:

FOLMER, Raquel; YOUNG, Maycke (2008). “Análise de redes sociais: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS. Disponível em: <http://www.redeapasul.com.br/publicacoes/analise_de_redes_sociais_elementos_para_uma_discussao_teoricom Metodologica_2008.pdf>. Acesso em: 6 out. 2011.

BATTIUCCHI, E. C.; CRUZ, M. V.; SILVA, B. I. (2006). Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais. In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (Anpocs), Caxambu, MG.

Mais de 3 autores

CRISHTI, M. A. *et al.* (2003). *America's security, civil liberties*

and national unity after September 11. Washington: Migration Policy Institute (MPI).

Várias obras de mesmo autor, data em ordem crescente

ROCHA, Gilmar (2007). “‘O maior espetáculo da terra’ – circos, monstros, fronteiras e ‘self’ na sociedade moderna”. *Transit Circle*, UFF, n. 6, p. 10-31.

_____. (2008). “A cidade em festa” – evocações do circo de infância na arte moderna brasileira”. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, UFMG.

_____. (2009a). “Cultura popular: do folclore ao patrimônio”. *Mediações*, v. 14, n. 1, p. 218-236.

_____. (2009b). “‘Fazer a praça’ – a montagem do circo como processo ritual”. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo. *As festas e os dias – ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa. p. 142-168.

Sem autoria declarada, entidade ou documento como um todo

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, 1996-

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO (1987). *Circo – tradição e arte*. Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional do Folclore.

BID/INTAL – Instituto para Integração da América Latina e do Caribe. *Informe Mercosul*, n. 13 (2007-2008) [*on-line*]. Disponível em: <www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/p_Informe_MERCOSUL_13.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Anpocs.

Endereço: EDITORIA BIB

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Cidade Universitária – CEP 05508-900 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3091-4664
Email: bib@anpocs.org.br

Publicações ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
1º andar - Cidade Universitária
CEP 05508-010 São Paulo SP
www.anpocs.org.br

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)**, criada em 1986, se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a **RBCS** é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros.

É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

e-mail: rbc@anpocs.org.br

Assinatura Anual da RBCS:

R\$ 75,00 (03 edições)

Números Avulsos:

R\$ 30,00 cada

Depósitos em conta corrente:

Banco do Brasil
Agência 3559-9
Conta Corrente 15801-1

Enviar comprovante para:

publicacoes@anpocs.org.br
Telefax (11) 3091-4664
(11) 3091-5043